

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**FELIPE VIEIRA FILIPPETTO**

***Dios lo volt!:* peregrinação e cruzada na crônica de Foucher de Chartres.**

**CURITIBA**  
**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**FELIPE VIEIRA FILIPPETTO**

***Dios lo volt!:* peregrinação e cruzada na crônica de Foucher de Chartres**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas de Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcella Lopes Guimarães

**CURITIBA**

**2014**

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Filippetto, Felipe Vieira

*Dios lo volt!* : peregrinação e cruzada na crônica de Foucher de Chartres /  
Felipe Vieira Filippetto – Curitiba, 2014.  
158 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcella Lopes Guimarães  
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Cruzadas - História. 2. Literatura medieval. 3. Peregrinos e  
peregrinações cristãs. I. Título.

CDD 940.18



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

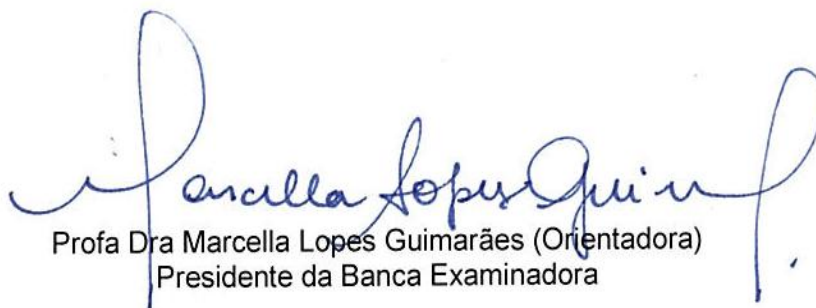
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

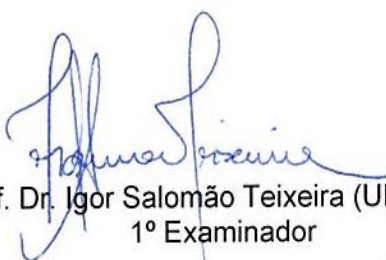
### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Felipe Vieira Filippetto, intitulada: *Dios lo volt! peregrinação e cruzada na crônica de Foucher de Chartres*, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e cinco de abril de dois mil e quatorze.



Profa Dra Marcella Lopes Guimarães (Orientadora)  
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira (UFRGS)  
1º Examinador



Profa Dra Fátima Regina Fernandes Frighetto (UFPR)  
2º Examinador

*Ao meu querido nonno.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer deveria ser fácil, cotidiano, comum e desnecessário. Assim como também deveria ser natural. Porém, demonstrar gratidão, muito mais do que dizer obrigado como demonstração de boas maneiras, é um ato de carinho. O que faz com que se torne em alguns casos, uma reserva limitada. Ao pensar naqueles relacionados a realização desta dissertação percebo que alguns definitivamente me ajudaram a escrever e construir cada uma destas páginas. E por isso eu devo a elas palavras de agradecimento e carinho que não estou acostumado a dizer muitos.

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar de toda a minha família que me acompanhou e motivou sempre na realização do curso de mestrado. Nestes dois anos muitas coisas importantes e que para sempre serão lembradas aconteceram, como o meu casamento, a saída da casa dos meus pais, o falecimento do meu nonno, a mudança de emprego e da dinâmica cotidiana como um todo. Como a escrita desta dissertação foi feita entre todos estes acontecimentos eu diria que estão totalmente (e para sempre) ligados, assim como todos aqueles que participaram deste exercício de concentração. A família não foi diferente, e por isso agradeço a meus pais, Regina e Licínio, que tiveram a paciência de enfrentar na mesma proporção todas estas mudanças e mesmo assim permaneceram apoiando, sempre ao meu lado. Olhando para trás é óbvio que devo muito a eles e sou extremamente agradecido por isso. Da mesma forma, a minha vó Irene e minha madrinha Liliane que também souberam me dar ajuda e se manter presentes sempre, inclusive se interessando em entender o que eu estudo, por mais que seja difícil explicar em poucos minutos.

Aos meus amigos mais antigos e mais próximos, Gustavo e Vinícius, assim como meus padrinhos de casamentos, Felipe e Fabrizia, eu agradeço a companhia na hora de criticar, de rir, de fazer (muito) barulho, comemorar as mais diversas datas festivas e ver uma boa partida de qualquer esporte coletivo na tv. Quero lembrar também do meu grande amigo, companheiro de profissão e de fé, Guilherme, que apesar de distante no último ano continua sendo muito presente por aquilo que me ajudou a conquistar. Cultivo poucos, mas me orgulho daqueles que posso chamar de amigos.

Não posso deixar de citar também quem me acompanhou na aventura que é dar aulas. Digo tanto dos colegas de sala dos professores, quanto dos alunos. Foi para mim extremamente saudável e muito enriquecedor escrever ao mesmo tempo que lecionava história para crianças e adolescentes e recomendo para qualquer um. Aos companheiros

do Colégio Lourdes, eu agradeço as fofocas e as risadas, assim como as boas amizades que acredito ter dado início. Ao Colégio Medianeira, que agora trabalho, também agradeço o apoio nesta reta final, mas devo muito mais lembrar daqueles que me ensinaram quando ainda era aluno, faço menção a maior responsável por eu ter resolvido dar aulas de História, a Prof.<sup>a</sup> Geralda.

Por fim, aqueles que estavam diretamente relacionados ao simples fato dessa dissertação ter virado algo real. Primeiro, minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Marcella Lopes Guimarães, que de fato, me aponta as direções desde o primeiro dia que fui até ela e disse que tinha uma enorme admiração pela cidade de Jerusalém e gostaria muito de pesquisar sobre a sua história, isso ainda no primeiro semestre de graduação em 2007. Sou grato pelo trabalho conjunto na monografia, quando nos abraçamos aos peregrinos e também por esses últimos dois anos. Se não fosse sua ajuda, nada disso existiria, afinal, sem sua torcida eu não teria nem feito a prova de seleção.

Também devo agradecimentos ao Governo Federal e a Capes, pelo financiamento que fizeram deste meu trabalho como historiador. Se nesse período tive o privilégio de praticar simultaneamente as duas formações que tenho, como bacharel e licenciado em História é pela bolsa de pesquisa que permite isso. Sem contar a motivação enorme que é estar recebendo dinheiro público para escrever, o que muitas vezes que convenceu a fazer o que devia.

Por último, a minha querida companheira de odisseia, minha esposa Flora. Se eu disse que todos os variados acontecimentos dos últimos 24 meses fizeram com que a escrita do mestrado fosse influenciada, com certeza a nossa vida (ainda no começo) como casal também foi pela escrita. Agradeço por estar ao meu lado na leitura, na pesquisa, na enrolação, na preguiça, na preparação das aulas, nas refeições, nas compras, nos momentos de revolta, nos desafios de dar início a uma vida nova, de marcar eternamente os fugazes instantes de felicidade que tornam a vida algo divertido. Ninguém entende melhor os motivos para eu agradecer e merece que eu demonstre meu carinho a alguém pela realização dessa dissertação do que ela.

Alguém poderia se perguntar, por quê aqui? Em seguida, pode-se virar para uma estrada que desce, na direção leste, vindo do bairro Judeu, ou para o oeste, sobre o Monte das Oliveiras, e de repente, diante de seus olhos está a enorme e celeste redoma dourada, flutuando suspensa naquele lugar extraordinário que os muçulmanos chamam, com uma boa razão, o *Haram al-Sharif*, “o Nobre Santuário”. Este é um local santo muçulmano, um pedaço de Jerusalém reclamado por apenas um grupo, e ainda assim o Domo da Rocha, de alguma forma explica e revela todas as outras Jerusaléms, particularmente àquela que deu origem a ideia. Aqui de fato é a Casa de Deus.

F. E. PETERS



## RESUMO

A *Historia Hierosolymitana* é uma obra de cunho historiográfico escrita por Foucher de Chartres ao longo de mais de 25 anos de sua vida, no início do século XII. Dividida em três livros, o primeiro trecho contém sua visão e interpretação dos acontecimentos ligados à expedição iniciada em 1096, liderada por membros da nobreza cristã ocidental em resposta a convocação feita pelo Papa Urbano II (1088 – 1099) no concílio de Clermont - Ferrand no ano anterior, o que viria a ser nomeada primeira cruzada. Uma vez que a expedição tinha forte caráter de ineditismo na união de suas características, Foucher de Chartres escreveu e analisou a jornada a partir de parâmetros anteriores da sociedade do século XI. A presente dissertação busca problematizar a relação estabelecida pelo autor entre a expedição que participou e outras formas de exercitar a espiritualidade da época como a guerra santa e principalmente a peregrinação. Apresentamos no trabalho o estudo destes conceitos, junto dos cruzamentos feitos pelo autor com a expedição. Da mesma forma, esta análise nos possibilita compreender parte do processo de construção do conceito posterior de cruzada.

Palavras-chave: cruzada, peregrinação, crônica medieval

## ABSTRACT

The *Historia Hierosolymitana* is a historiographic work wrote by Foucher of Chartres over nearly 25 years of his life, at the beginning of the 12th century. Divided in three books, the first contains his visions and interpretations of the events connected to the expedition initiated in 1096 led by members of the occidental Christian nobility as an answer to the summoning of Pope Urban II (1088 – 1099) on the Council of Clermont – Ferrand in the year before, which would be later known as the first crusade. Once the expedition had a strong character of originality on its own characteristics, Foucher of Chartres wrote and analyzed the journey from the previous parameters of the 11<sup>th</sup> century society. The present dissertation demands to problematize the relation established by the author between the expedition he participated and another ways to exercise the spirituality on that time, like holy war and mostly pilgrimage. This work present the study of those concepts, with the crossings made by the author with the expedition. On the same way, this analysis make possible the comprehension of part of the process of construction of the later concept of crusade.

Keywords: crusade, pilgrimage, medieval chronicle.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
------------------------	-----------

### **CAPÍTULO I – Cruzada: conceito e projetos**

1. Guerra justa e guerra santa: onde está a cruzada?.....	34
2. A primeira expedição: vozes e reverberações.....	50
3. O Reino de Jerusalém.....	66

### **CAPÍTULO II – O cronista e a crônica.**

1. Quem é Foucher de Chartres?.....	79
2. A crônica e a organização da escrita.....	87
3. Homens de saber, historiadores e literatos.....	96

### **CAPÍTULO III – Cruzadas, cruzados e peregrinos.**

1. A peregrinação cristã medieval.....	112
2. A Espiritualidade e os paralelos entre peregrinação e cruzada.....	124
3. Foucher de Chartres e a invenção da Cruzada.....	136

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>147</b>
-----------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>152</b>
--	------------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>157</b>
--------------------	------------

## INTRODUÇÃO

A edição brasileira do livro *Homens e Saber na Idade Média* de Jacques Verger tem em sua apresentação uma frase que chama a atenção: “a Idade Média está na ordem do dia”. O período que por muito tempo, principalmente fora da Europa, foi compreendido como um específico e isolado objeto de estudo, pode ser agora visto por outro prisma.

Os estudos medievais no Brasil são um campo consolidado. E não apenas em pesquisas acerca de contextos inseridos na cronologia clássica entre os séculos V e o XIV, ou na geografia da Europa ocidental cristã. Diversos são os campos de estudo além destas fronteiras temáticas ou temporais canônicas, como a análise das navegações ultramarinas dos ibéricos nos séculos XV e XVI, na instalação de colônias na América, na fundação de movimentos como a Reforma e o Renascimento, ou mesmo a Antiguidade Tardia. Muitas podem ser as intenções de um historiador que se debruça sobre as múltiplas características sociais, culturais, econômicas e políticas direta ou indiretamente relacionadas ao medievo.

Dentro desse amplo leque de possibilidades alguns assuntos se destacaram. Infelizmente, também criaram imagens marcadas a ferro nas mentes de classes e mais classes que passaram pelos bancos da escola. As invasões bárbaras decretando o “fim” do Império Romano, o feudalismo como a romântica e bucólica era dos castelos, dos cavaleiros e dos camponeses, o auge do controle da Igreja Católica sobre a sociedade europeia e as trevas culturais que isso produziu, a fé irascível e descontrolada dos cruzados, templários e hospitalários que tomaram a Terra Santa dos “infiéis”.

A temática das cruzadas não é um assunto limitado, nem isento de conhecimentos antigos marcados no senso comum. Muito pelo contrário, é um fenômeno específico do contexto medieval com margem extensa para discussões e reavaliações. Um dos motivos para isso é a importância ainda atual que o acontecimento destas expedições tem na cultura e na história dos envolvidos. É impossível dizer que não impactaram as sociedades envolvidas ou que não têm importância na organização política, econômica ou cultural na história da Terra Santa. Se considerássemos, por exemplo, que Jerusalém continua sendo a Cidade Santa para cristãos, muçulmanos e judeus e que a região ao redor dos locais sagrados ainda está envolvida em conflitos armados por sua posse, já teríamos motivos suficientes para justificar os estudos acerca das cruzadas na origem do fenômeno.

Porém, muito além da história local da região da Palestina, estas jornadas são também referência na relação entre cristãos latinos e gregos, explicitando as diferenças entre a sociedade bizantina e a cristandade ocidental. Da mesma forma, o confronto entre cristãos e muçulmanos é relacionado diretamente como parte da longa história de conflitos que a região da Terra Santa e o oriente médio em geral tem. Neste mesmo sentido, a interação positiva e negativa dos chamados povos do livro no período é lembrada como exemplo da forma como estes povos se trataram no passado.

Pois, essa “ordem do dia” pode nos ajudar, além de expandir o campo de estudos e reavaliar as antigas afirmativas colocadas como lugar comum sobre o mundo medieval, também a elucidar questões presentes no mundo contemporâneo, como é o caso da delicada geopolítica e história da Terra Santa. Assim, um trabalho atual com o tema das cruzadas do oriente, como esse que aqui se apresenta, abrange questões que envolvem religiosidades, etnias e costumes da região, e assume a responsabilidade de buscar informar sobre novos pontos de vista do movimento e propiciar uma compreensão mais abrangente sobre o contexto da cristandade latina que produziu todas as expedições.

As cruzadas para o oriente foram vistas de diferentes formas em diferentes momentos da produção historiográfica ocidental. Como se poderia esperar, os historiadores analisaram e interpretaram as expedições segundo seus contextos e visões de mundo. Propondo assim diversas justificativas para as expedições, como a visão da marcha dos latinos para a Terra Santa apenas como pano de fundo para abrir novas rotas comerciais e canalizar a economia crescente do ocidente franco para novos parceiros asiáticos. Assim como destaque à explosão demográfica europeia e a necessidade de conquista de novas terras, ou simplesmente a descrição de um grande conflito militar que por algumas décadas mostrou a grandiosidade dos cavaleiros francos. A explicação passou também pela responsabilidade quase total da autoridade papal e à sua vontade de controlar toda a cristandade. De fato, diferentes facetas das cruzadas ao oriente já foram destacadas, possivelmente algumas estejam elencadas entre os apontamentos deste trabalho, mas nenhuma pareceu esgotar as explicações por si só.

A historiografia sobre o assunto tem uma longa duração, iniciando justamente por aqueles que buscaram descrever os acontecimentos a partir de sua ocorrência, como os três cronistas que acompanharam a primeira expedição e relataram em seus trabalhos o que viram. Estas obras, que incluem a *Historia Hieorosolymitana* de Foucher de

Chartres<sup>1</sup>, a nossa fonte principal, descrevem a partir do concílio de Clermont – Ferrand, onde o papa Urbano II (1088 – 1099) fez a convocação da chamada primeira cruzada em 1095. A partir dos escritos dos participantes da expedição como Foucher, outros estudiosos relataram também os acontecimentos, principalmente após a conquista de Jerusalém, ou seja, do sucesso da empreitada. Com informações copiadas e interpretadas, além de outros relatos, muitas obras apresentam variados pontos de vista dos fatos envolvendo a primeira expedição. A medida que as décadas e séculos passaram e outras jornadas se sucederam, o mesmo processo se repetiu. Assim, obras foram sendo desenvolvidas, historiográficas ou não, como crônicas, *gestas*, canções e até mesmo relatos pessoais de acontecimentos ligados às cruzadas.

Era comum pelos primeiros escritores da expedição, a análise das jornadas como respostas a fatos ocorridos anteriormente e a partir das estruturas e conceitos que o contexto dispunha.<sup>2</sup> Dessa forma, era costumeiro a busca de explicações imediatistas, como por exemplo, as possíveis agressões islâmicas aos cristãos no Oriente. Outros ainda davam grande destaque às visões apocalípticas comuns da virada do milênio e a argumentos escatológicos e milagrosos, como é o caso de escritos como os de Guibert de Nogent e Albert of Aix.<sup>3</sup>

Com uma proximidade aos ocorridos, além da busca de explicações imediatamente relacionadas, uma característica importante e comum destas narrativas é o destaque que cada autor faz em seu trabalho para personagens da nobreza presentes nas expedições. Podemos notar isso nas três obras de participantes da primeira cruzada. Na *Gesta Francorum*<sup>4</sup> são exaltadas constantemente as ações do normando Boemundo de Taranto, o que nos faz suspeitar que o autor anônimo da obra era também um normando, ou pelo menos acompanhava as suas hordas. No caso de Raymond d'Aguilers, autor da *Historia Francorum*<sup>5</sup> o destaque é feito a Raimundo de St. Gilles, conde de Toulouse e um dos líderes da expedição, de quem Raymond era capelão. No caso de Foucher de Chartres o destaque fica com o nobre que o protegia, de quem também era capelão, Balduino de Bolonha. Sem distanciamento temporal, estas obras

---

<sup>1</sup> Fulcher of Chartres, *A History of the Expedition to Jerusalem, 1095 - 1127*. Translation: Frances Rita Ryan, S.S.J. Ed. with an introduction by Harold S. Fink. W.W. Norton & Company, Knoxville, 1972.

<sup>2</sup> CONSTABLE, Giles. "The Historiography of the Crusades." In: LAIOU, Angelika E. & MOTTAHEDEH, Roy P. (org.) *The Crusades from the perspective of Byzantium and the Muslim World*. Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington, Estados Unidos, 2001, p.4.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>4</sup> Anônimo, *Gesta francorum et aliorum Hierosolymitanorum*. In: PETERS, Edward. *The First Crusade. The Chronicle of Fulcher of Chartres and other source materials*. 2ª ed., University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1998.

<sup>5</sup> Raymond d'Aguilers, *Historia Francorum qui ceperunt Iherusalem*. In: PETERS, *Op. Cit.*

descreviam o que havia ocorrido a partir da experiência de quem escreveu ou de testemunhas. Analisavam e ao mesmo tempo promoviam as ações e intenções das expedições, ou seja, defendiam sob o seu ponto de vista aqueles que colocaram em prática a convocação de 1095. E por consequência, reproduziam e defendiam os nobres a quem deviam lealdade, uma vez que no caso dos clérigos capelães tinham como função acompanhar as ações de seus protetores.

Ao longo dos séculos seguintes, principalmente no decorrer do XII e do XIII, com o acontecimento de outras expedições, convocadas pelos pontífices ou espontâneas, destinadas ao Oriente, a descrição e a análise por parte dos cronistas seguiam os parâmetros das obras sobre a primeira cruzada. Com o enaltecimento de alguns personagens importantes em cada contexto específico, geralmente as lideranças advindas da nobreza e do clero. Porém, aos poucos a noção de continuidade e relação entre as diferentes jornadas foi surgindo, assim como o conceito de cruzada. As descrições dos acontecimentos das expedições mais tardias do século XIII, assim como destacavam suas características próprias, foram feitas também de forma a estarem ligadas às características da expedição de 1096, principalmente pelo fato de terem sido em sua grande maioria fracassadas, ao contrário do sucesso da primeira expedição.

A partir do início do século XIV, quando já não haviam mais territórios latinos na Palestina e as jornadas com objetivo ao Oriente, oficialmente convocadas por papas deixaram de ocorrer, a rememoração e o exercício historiográfico sobre as expedições anteriores passaram a ser feitas de acordo com as necessidades do contexto. Confrontos de cristãos contra muçulmanos, pagãos ou outros inimigos estimulavam o interesse pelo passado das expedições iniciais. O caso da queda do Império Bizantino e o posterior avanço dos Turcos pelos Balcãs no século XV e XVI é um exemplo. Assim como as guerras de religião na França e os conflitos de espanhóis e portugueses em suas específicas expansões ultramarinas. O uso, ou mesmo a caracterização de uma guerra santa de cristãos europeus na época era o suficiente para trazer nova vida aos relatos das jornadas ao Oriente. Relacionado a isso, alguns historiadores atuais conferem o conceito cruzada a expedições armadas ocorridas até estes períodos, algo que comentaremos mais à frente.<sup>6</sup>

Com o Iluminismo, o combate ao poder eclesiástico fazia uma forte demonstração de fervor religioso como as cruzadas serem vistas sob um ar de selvageria e fanatismo,

---

<sup>6</sup> CONSTABLE, *Op. Cit.* p.8.

como descreveram Voltaire e Gibbon, por exemplo.<sup>7</sup> Curioso notar que nos séculos seguintes isso mudou novamente, com o surgimento de um pensamento nacionalista e a exaltação do medievo feito pelo Romantismo, as cruzadas passaram de cenas de barbárie para provas do heroísmo e honra dos cavaleiros europeus. As expedições começaram a fazer parte da história local, com destaque à vida de personagens importantes de cada país europeu, ou a características como a força e a coragem dos francos, o determinismo do inglês Ricardo Coração de Leão e o poder dos imperadores germânicos como os Hohenstaufen.<sup>8</sup>

Uma parte da historiografia do século XIX dessa forma exaltou o passado cruzado e a realização das expedições criando algumas impressões muito presentes no conhecimento comum até hoje, como o já citado heroísmo dos cristãos frente os muçulmanos. Contudo, foram feitos também por diversos historiadores avanços na busca das fontes, além das primeiras traduções de diversos documentos e as análises críticas destes escritos. Destacamos aqui o trabalho de F.P.G. Guizot, que fez a primeira tradução das crônicas da primeira cruzada a partir dos originais em latim. Passando para o francês ainda em 1825, em sua grande compilação de importantes documentos, por ele selecionados, da história francesa.<sup>9</sup> O trabalho de Heinrich Hagenmeyer que analisou as crônicas da mesma forma e as traduziu para o alemão, também é importante sendo que suas notas e indicações serviram de base para posteriores traduções para o inglês no século seguinte.<sup>10</sup>

Neste momento do avanço da compreensão da história como uma ciência crítica, em suas diferentes ondas de pensamento, a pesquisa sobre o tema das cruzadas passou por mudanças drásticas. Percebemos que documentos das expedições passaram a ser estudados com distanciamento e olhar crítico, da mesma forma que passaram a ser traduzidos de seus originais e postos à disposição de novos pesquisadores.<sup>11</sup>

Este foi também o ponto de partida dos historiadores para uma compreensão das cruzadas como um fenômeno cultural e social específico e digno de uma análise

---

<sup>7</sup> CONSTABLE, *Op. Cit.*, p.8.

<sup>8</sup> *Idem*, p.9

<sup>9</sup> O que claramente incluía as cruzadas ao Oriente como um episódio central na formação do “povo francês”, assim como a busca por uma raiz comum europeia, na época em formação. A relação construída entre os eventos de um passado formador e o nacionalismo crescente do século XIX também influenciou na historiografia das cruzadas, suscitando mais pesquisas e trazendo uma nova preocupação com o evento. Um exemplo disso é a dedicação de uma ala no Palácio de Versalhes dedicada para as cruzadas, construída por ordem do então Rei Luís Filipe e inaugurada em 1839. Com a permissão que descendentes de cruzados colocassem seus brasões familiares na sala foi muito comum a multiplicação de provas documentais de participação.

<sup>10</sup> CONSTABLE, *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>11</sup> CONSTABLE, *Op. Cit.*, p. 11.



profunda, já que apesar de prolífica a pesquisa historiográfica tendia a ver as jornadas como eventos exóticos, colocados em uma redoma nebulosa, fosse por uma visão romântica dos combates ou da justiça religiosa.<sup>12</sup>

A partir do início do século XX e principalmente com o acontecimento das duas guerras mundiais, a necessidade de se compreender as ideias que motivaram as cruzadas cresceu, na mesma proporção que a guerra perdeu sua beleza e honraria, nos horrores dos dois combates. Conceitos como os de guerra santa e principalmente de guerra justa passaram a fazer parte das discussões dos estudiosos das cruzadas que tinham a vontade de compreender e justificar os motivos de tantos homens terem largado suas vidas em prol da conquista militar na Terra Santa.

Ao mesmo tempo, as críticas à agressão que os latinos promoveram em território muçulmano e bizantino entraram na pauta da historiografia. Promovendo estas análises, citamos aqui dois dos mais importantes historiadores das cruzadas da primeira metade do século e muito respeitados até os dias atuais, Steven Runciman e René Grousset.<sup>13</sup> Ambos incluíram em suas grandes compilações o uso inovador de fontes armênias, gregas e muçulmanas, além de relatos dos cristãos orientais.

Importante citar também concomitante aos estudos destes dois historiadores na Europa, o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema nos Estados Unidos, inicialmente na Universidade da Pensilvânia e posteriormente no estado do Wisconsin. Estas pesquisas se destacaram por buscar aspectos alternativos para analisar as sociedades surgidas dentro dos condados latinos e do Reino de Jerusalém fundados após as conquistas da primeira cruzada. Foram publicados artigos e capítulos de livros analisando a arte, a arquitetura e até mesmo canções dos participantes da expedição. Neste momento, principalmente nas universidades norte-americanas, as cruzadas não eram apenas tema da pesquisa historiográfica, mas também de trabalhos na área de letras e tradução.

Se buscarmos relações diretas entre estas importantes pesquisas da primeira metade do século XX teremos além da problematização a partir de novos horizontes e objetos de estudo, uma visão negativa sobre o acontecimento das cruzadas em geral. A célebre obra de Runciman, os três livros da sua *História das Cruzadas*, por exemplo, tem como balanço final, a pontuação das expedições como fenômenos agressivos, violentos e violadores da sociedade oriental. Gigantescas movimentações sociais feitas

---

<sup>12</sup> RILEY-SMITH, Jonathan. "The Crusading movement and historians." In: RILEY-SMITH, Jonathan. *The Oxford Illustrated history of The Crusades*. (Org.) Oxford University Press, New York, 1995, p. 5.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 6.

em nome da fé e que produziram violência exagerada, desarticulando relações entre gregos, muçulmanos, judeus e outros povos locais.<sup>14</sup>

A partir da segunda metade do século XX, com estes grandes trabalhos como referência, diferentes historiadores<sup>15</sup> apontaram que o ideal de cruzada necessitava ser o questionamento básico da pesquisa, ou seja, compreender os motivos das expedições, assim como as ideias que influenciaram cada homem e mulher a participar. Com o avanço dos estudos, parecia mais claro que culpar antigos argumentos aceitos pelo lugar comum não era suficiente. Um exemplo foi a queda do antigo argumento que a participação da nobreza, principalmente na primeira cruzada, se deu pela busca por riquezas dos filhos mais novos das casas europeias, desprovidos das heranças em terra de seus pais. Da mesma forma, não era possível colocar todo o peso da jornada irascível fé cristã latina.<sup>16</sup>

Até mesmo o termo em si, o conceito de cruzada, pré-disposto há alguns séculos, passou a ser questionado, uma vez que as fontes dos séculos XII não utilizavam a palavra. As expedições eram descritas e analisadas a partir de suas características práticas, ou seja, como jornadas, caminhadas, *iter*, *via*, *expeditio*, conceitos que indicam a movimentação geográfica e mudança de território. Inclusive, sendo um dos motivos para a utilização do conceito de peregrinação, *peregrinatio*, ser tão comum pelos cronistas e outras fontes da época.<sup>17</sup>

Esta dificuldade dos cronistas do período e mesmo dos estudiosos dos séculos seguintes em determinar a especificidade das expedições e, por consequência, do conceito se mantém de certa forma até a atualidade. A compreensão das características básicas de uma cruzada, neste caso como um conceito constituído pela historiografia, diferem de forma intensa em pelo menos dois grupos básicos. Os chamados tradicionalistas são aqueles que acreditam na necessidade da convocação papal para a defesa e conquista dos lugares santos no oriente, seguindo os moldes da chamada primeira cruzada de 1096.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> RILEY-SMITH, *Op. Cit.*, p.6.

<sup>15</sup> Os trabalhos aqui citados de Riley-Smith, Constable e Ayala-Martínez são diferentes obras que buscam fazer rápidas revisões historiográficas sobre o estudo do conceito de cruzada nos últimos séculos. Quanto as obras dos últimos 50 anos que são destacadas aqui como um conjunto de trabalhos que procuraram questionar pontos e argumentos já anteriormente colocados ou propor novas visões das diversas facetas que contribuem para a construção do conceito de cruzada. Nestas revisões é comum citarem trabalhos mútuos, assim como de outros historiadores também citados e referenciados ao longo dos próximos capítulos desta dissertação, como Jean Flori e Christopher Tyerman.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>17</sup> CONSTABLE, *Op. Cit.*, p.11.

<sup>18</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. "Definición de cruzada: estado de la cuestión." In: *Clio & Clemen*, nº6 (2009), p. 217.

É a partir desta compreensão que podemos, por exemplo, tentar explicar a mais comum das formas de organizar e elencar as cruzadas. Uma enumeração das expedições para o oriente em oito. Incluímos aqui além da primeira expedição, conquistadora de Jerusalém em 1099, a segunda, convocada com o auxílio de Bernardo de Claraval em 1147 com a liderança de Luís VII de França e Conrado III do Sacro Império, que conheceu um fracasso retumbante. A terceira foi convocada 1189 em resposta à comoção geral no ocidente resultante da perda da Cidade Santa para os muçulmanos liderados por Saladino. Os principais monarcas da Europa estiveram à frente da expedição, Ricardo Coração de Leão da Inglaterra, Felipe Augusto da França e Frederico Barbarossa do Sacro Império. Com uma quantidade considerável de exércitos os latinos não reconquistaram Jerusalém, mas negociaram a manutenção dos outros territórios latinos, o que eternizou tanto o líder das forças islâmicas quanto o rei inglês como protagonistas da longa história das expedições.

A quarta cruzada foi marcada por uma perversão nos objetivos originais de 1096 já que teve como alvo de ataque a capital do Império Bizantino, Constantinopla em 1204. A quinta cruzada apesar de convocada pelo papa Inocêncio III (1198 – 1216) não se dirigiu aos locais santos e sim à cidade de Damietta no Egito, um importante entreposto e fortaleza islâmica, resultando em uma derrota após vários meses de combate. A sexta cruzada foi protagonizada pelo Imperador do Sacro Império Frederico II Hohenstaufen que havia sido excomungado pelo papa pouco tempo antes. Através de negociações conquistou a cidade de Jerusalém, porém mantendo-a por menos de dez anos. As duas últimas expedições desta numeração têm como personagem importante o rei Luís IX de França (posteriormente canonizado como São Luís) e teve alvos no norte da África. Ao contrário de diversos monarcas líderes das expedições anteriores, Luís IX era reconhecido como um cristão fervoroso e virtuoso, o que explica sua vontade intensa na conversão dos muçulmanos da região, objetivo este incomum nas primeiras cruzadas. Em nenhuma das duas tentativas grandes conquistas foram feitas, terminando em verdadeiras tragédias. Após 1272, data do fim desta oitava tentativa, nenhuma outra grande expedição foi organizada com destino ao Oriente.

O principal motivo para esta cronologia envolver estas oito jornadas é o fato de que alguns anos depois em 1291, a última cidade e posse latina no Oriente, Acre, ter sido tomada pelas forças muçulmanas e oficialmente a história das conquistas dos cruzados na Terra Santa acabou. Dessa forma, as expedições lideradas por importantes personagens da nobreza neste intervalo de tempo formam esta comum seleção. Porém,

se chamarmos a atenção apenas para algumas características aqui rapidamente elencadas, percebemos que nem todas envolveram os locais sagrados na Cidade Santa, ou uma convocação papal. Ou seja, a historiografia diverge mesmo dentro deste escopo específico que é o objetivo do Oriente. Diferenças na contagem, na numeração são comuns, em alguns estudos historiadores consideram nove, com a partição da oitava em duas. Em outros a expedição de Frederico II Hohenstaufen não é considerada, afinal ele estava excomungado pelo papa naquele momento. Existem aqueles, inclusive, que consideram apenas a primeira como uma cruzada, vendo as outras expedições como acontecimentos diferentes que buscavam emular, mas não tinham as mesmas características da original expedição de 1096.

Se dentro do raciocínio tradicionalista já são comuns as divergências, a segunda vertente de pensamento pode ser ainda mais variada. Composta pelos chamados pluralistas, ao contrário dos limites geográficos, temporais e políticos vistos como necessários pelos tradicionalistas, veem o combate religioso, tendo de um lado os cristãos que defendem objetivos papais nos mais diversos cenários da cristandade, como característica fundamental. Em outras palavras, incluímos aqui não apenas as expedições para o oriente, mas outros combates que se encaixam na guerra santa do modelo da primeira cruzada, como a *Reconquista* ibérica, o *Drang Nach Osten* do norte germânico, o combate a heresias como as chamadas cruzadas *Albigenses* e até mesmo outras diversas e pequenas expedições de caráter religioso e político nos séculos XVI e XVII, já citados.<sup>19</sup>

Estes historiadores caracterizam a cruzada através da ideia de guerra santa e de guerra justa, a defesa da fé. A jornada em prol do combate contra o inimigo dos cristãos latinos, seja para o oriente ou não, com a convocação primaz do papa, ou pelo menos o seu apoio e sempre envolvendo a luta pela remissão dos pecados.<sup>20</sup> Porém, mesmo com toda esta abrangência, os pluralistas têm dificuldade para lidar com as expressões populares do desejo de combate cruzado, como os ataques às judiarias em 1096 ou até mesmo as jornadas que envolveram uma grande quantidade de pessoas nas expedições de Pedro, o ermitão, e a chamada cruzada das crianças no século XIII. A falta de oficialidade por muitas vezes impede que sejam caracterizadas como cruzadas, contudo não carecem do ideário presente nas outras expedições.

A área de estudos de cruzadas atualmente tem como principais interesses além desta já longa discussão acerca do conceito, propor novas reflexões além daquelas feitas

---

<sup>19</sup> MARTÍNEZ, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>20</sup> CONSTABLE, *Op. Cit.*, p. 14.

pelos já clássicos autores da primeira metade do século XX. Por exemplo, estudos sobre o Reino de Jerusalém e a forma como foi instalado e governado, a análise mais profunda sobre as cruzadas tardias, ou seja do século XIII e as demonstrações populares desconectadas das expedições oficiais por toda a longa duração de sua história. O certo é que especialistas desta temática se mantêm constantemente revisando e questionando o que já foi escrito.

Nas últimas décadas temos algo a mais a se levar em conta e diferenciar as obras, o ponto de vista de quem discute. A medida que trabalhos são desenvolvidos por autores islâmicos, armênios e judeus, são propostas outras formas de interpretar e analisar as fontes. Como exemplo, temos o livro de Amin Maalouf<sup>21</sup> e as pesquisas de Joshua Prawer<sup>22</sup>.

Em todos estes modelos, em comum está o espaço privilegiado que a primeira expedição ocupa como a base contextual e conceitual para o entendimento deste conceito. Com um forte caráter modélico, a convocação de Urbano II no concílio de Clermont – Ferrand demonstra todos os intrincados objetivos do pontificado ao lançar esta ideia. A forma como as lideranças da nobreza dividiram o poder sobre a expedição, suas relações com o Império Bizantino, o conflito de culturas com os orientais e por fim como tudo isso foi registrado pelos primeiros observadores e cronistas, se constituiu como base para as expedições seguintes, principalmente pelo fato de ter sido, além de pioneira, uma jornada vitoriosa em seu principal objetivo e surpreendente no sucesso militar.

A cidade de Jerusalém e seus arredores ocuparam um lugar de destaque tanto na convocação de 1095, quanto na expedição realizada no ano seguinte, por esse motivo é também um dos pontos centrais da conceituação de cruzada. Porém, antes mesmo do acontecimento das jornadas de conquista, a região já era objetivo principal das peregrinações do período. Essa importância para ambas as expedições, vinha da posição fundamental que ocupava na espiritualidade cristã no XI.

Se era vista como a mais santa das cidades para os cristãos, era porque estava repleta de locais que foram tocados por Jesus e pelos apóstolos, gerando a possibilidade de serem refeitos os passos do Messias e seus fiéis seguidores, assim como contados nos evangelhos. O Rio Jordão e o batismo com João Batista, as cidades ao redor como

---

<sup>21</sup> MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. Trad. Pauline Alphen. Editora Brasiliense, 1983.

<sup>22</sup> PRAWER, Joshua. *The History of the Jews in the Latin Kingdom of Jerusalem*. Clarendon Press Oxford, New York, 1988.

Canaã, Belém, Nazaré e outras que foram testemunhas dos milagres e sermões, mas principalmente as ruas e partes da Cidade Santa que presenciaram a paixão de Cristo. O Getsêmane, o Monte das Oliveiras, a Via Crucis, o Gólgota e a Igreja do Santo Sepulcro, notadamente a mais importante igreja do cristianismo. Estar na presença física de algo que havia tido contato com o sagrado era muito importante na religiosidade medieval. Objetos e partes do corpo de santos, dos apóstolos e até mesmo do próprio Jesus eram considerados da mesma forma sagrados e reverenciados pelos cristãos, as chamadas relíquias. Pois nesse sentido, a região bíblica da Terra Santa funcionava como uma grande relíquia a céu aberto, fazendo a viagem por si só ter um profundo valor espiritual.

Na sociedade cristã ocidental do século XI, anterior à convocação da primeira cruzada, a pessoa que quisesse atravessar a longa distância entre Jerusalém e os territórios da cristandade para visitar os locais bíblicos com um objetivo espiritual faria uma peregrinação e seria desta forma um peregrino. Pois bem, esse personagem no início do milênio e nos séculos subsequentes exercia um papel específico na sociedade medieval como a pessoa em trânsito, o viajante por excelência. Aquele que através de um voto e da indicação de seu pároco seria honrado com a possibilidade de encontrar o transcendente através da sua realização física, uma relíquia, o túmulo de um santo ou as marcas apostólicas e messiânicas onde estivessem.<sup>23</sup> Basicamente, o peregrino era o indivíduo que se distanciava de sua moradia, de sua terra natal para através e após uma longa viagem, que obrigatoriamente deveria se realizar como uma provação, um sacrifício físico, encontrar-se com um símbolo sagrado. A viagem em si era tão importante quanto a chegada, a caminhada era tão central quanto o ato de ajoelhar-se perante a relíquia.

A peregrinação é um ato comum em diversas religiões e culturas espalhadas pelo planeta, assim como ainda existe e ocorre com regularidade. Contudo, relacionada ao cristianismo latino esta atividade foi mais intensa no medievo. Por toda sua duração com objetivos diferentes de formas ora coletivas, ora mais individuais a peregrinação esteve presente, de toda forma. Podemos destacar como escreveu o historiador Hilário

---

<sup>23</sup> As relíquias estavam relacionadas às imagens e suas funções religiosas na sociedade medieval. Adorar o corpo morto, os pedaços dele, de algum santo, apóstolo, de Maria ou mesmo de Cristo estava diretamente ligado ao papel que as imagens, fossem pinturas ou esculturas exerciam na religiosidade cristã. O acesso ao sagrado a partir do contato com um objeto físico específico é uma das bases do processo peregrinatório e ao mesmo tempo transpassa a questão da aceitação da imagem como uma conexão da fé cristã medieval. Para compreender melhor esta relação de relíquia e a cultura visual religiosa, buscar a obra de SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Trad. José Rivair Macedo, Bauru, São Paulo, EDUSC, 2007.

Franco Jr. que: “A história das peregrinações na Idade Média Central poderia ser resumida, *grosso modo*, dizendo-se que o século X foi o de Roma, o XI de Jerusalém e o XII o de Santiago de Compostela.”<sup>24</sup>

Pois, este personagem viajante era a identificação do ato de se transportar por um objetivo sagrado. Curioso notar que estes peregrinos dentro do contexto medieval parecem ir contra os velhos pontos de vista de lugar comum que não davam para a Idade Média a atenção específica que o contexto recebe atualmente. Em outras palavras, tratando-se de um período da história da humanidade que por muito tempo foi vulgarmente conhecido como Idade das Trevas, estigmatizada ainda como um momento onde não se falava, não se pensava, momento em que a “luz” da inteligência humana estava apagada, é curioso notar que uma de suas instituições culturais mais famosas e características se trate do movimento de centenas de milhares de homens e mulheres simples que abandonavam seu lar, normalmente o único local que conheciam para andar milhas e milhas em uma aventura desconhecida e perigosa. Improvável pensar que estes indivíduos não trocavam informações com outras pessoas, principalmente uma vez que sabemos que caminhos de peregrinação, como, por exemplo, o de Santiago de Compostela na Península Ibérica, continham já no séc. XII estalagens, hospitais, tabernas, prestadores de serviços como sapateiros, chapeleiros, ferreiros, cavaleiros e estúbulos por seu percurso.

Se este trabalho de mestrado se estabelece através de um acontecimento que é, antes de qualquer outra coisa, uma jornada por excelência, a vitória sobre um longo território com destino ao mais sagrado dos lugares para o cristianismo, é pela sua relação direta com as peregrinações medievais. O personagem caminhante medieval e cristão dos séculos XI, XII e até o XIII exerce papel central nesta dissertação mesmo que talvez ele não esteja aqui... Este interesse não é novo, pois antes de resolver tratar do principal objetivo da peregrinação cristã, Jerusalém, pesquisamos sobre outro importante caminho peregrinatório para a cristandade europeia, Santiago de Compostela.

Como forma de completar a graduação em História, foi realizado o trabalho monográfico tendo como fonte principal o *Guia do Peregrino de Santiago de Compostela*, um escrito do séc. XIII e que compôs a compilação do *Codex Calixtinus*.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> FRANCO JR. Hilário. *Peregrinos, Monges e Guerreiros*. Feudo-Clericalismo e Religiosidade em Castela Medieval. Editora Hucitec, São Paulo, 1990. P. 83.

<sup>25</sup> Para compreensão do processo de peregrinação a Santiago de Compostela, a relação deste com a ideia de cristandade e reconquista e a tradução do Guia para o inglês, um trabalho completo é o de

uma obra feita por encomenda pontifícia, com a preocupação de certificar um caminho de peregrinação que já existia há séculos no norte da Península Ibérica. Sendo, como sugere o nome, um guia, a obra descreve todo o caminho, delimita as estradas, os diferentes povos e culturas, as relíquias e a cidade-destino dos homens que aceitassem a jornada redentora. Como é de se adivinhar, ao se esquadriñar um caminho de peregrinação, o principal personagem da obra acaba por ser o viajante, o homem que faz a jornada proposta, que aceita as informações, que confia nas palavras ali escritas, naquele caso o peregrino da cristandade em direção à Catedral Apostólica de Tiago Maior na cidade de Compostela.

Nesse trabalho tivemos a oportunidade de analisar com atenção a caracterização dos peregrinos medievais através da fonte. Mas, além disso, entender a importância que poderiam ter para os governos políticos e eclesiásticos, a forma como reis e o próprio papa poderiam se relacionar à atividade. Da mesma forma, como sociedades locais se organizavam para conviver com um grande fluxo de pessoas de todos os lugares da cristandade que chegavam e precisavam de proteção, defesa, um alimento para sustentar a caminhada e uma cama para passar a noite. Por fim, a relação do estabelecimento do caminho de Santiago com o contexto de Reconquista<sup>26</sup> demonstrou como a figura do peregrino era respeitada, em outras palavras, um personagem visto por um viés positivo de boas virtudes cristãs, poderia gerar um caráter também positivo para aqueles que o protegem, apoiam e lutam por seus direitos de caminhar. O grande exemplo na Península Ibérica foi o surgimento das diferentes imagens de São Tiago, ora como protetor dos peregrinos, ora como *matamoros*, uma incorporação do santo como cavaleiro cristão combatente contra os muçulmanos. Em outras palavras, o caminho de Santiago de Compostela no século XIII foi um exemplo de como o projeto da Igreja em

---

MELCZER, Willian . *The Pilgrim's Guide to Santiago de Compostela*. First English Translation, with Introduction, Commentaries, and Notes. Italica Press, New York.

<sup>26</sup> O processo de conquista dos territórios da Península Ibérica sob controle das autoridades muçulmanas durante a Idade Média, realizado pelos cristãos. Entre o século VIII e o XIV, diferentes reinos, grupos de povoamento e culturas surgiram no contexto de conflito e convivência com o califado e posteriormente as monarquias islâmicas na região. A construção histórica deste período por muito tempo viu o resultado da vitória cristã como uma reconquista, ou seja, a retomada do território pelos cristãos em referência a um passado visigodo e principalmente romano na Península. Além disso, a historiografia tradicional posicionou, principalmente desde o século XIX a Reconquista, como uma espécie de gestação da nação espanhola, dando mais uma vez um ar nacionalista para a análise histórica. Podemos perceber diversos paralelos entre este conceito e o de cruzada. Na época o confronto contra o “infiel” foi tratado como uma guerra santa que envolvia a remissão dos pecados, assim como a relação com a peregrinação na região. Para mais informações sobre a construção historiográfica e discussões atuais sobre o conceito de Reconquista: GARCÍA FITZ, Francisco. “La Reconquista: estado de la cuestión.” In: *Clio & Crimen*, nº6 (2009), pp. 142 – 215.



busca da união da cristandade, a luta contra o infiel foi colocado em prática em conjunto com a empresa da peregrinação.<sup>27</sup>

Ao fim daquele trabalho, algumas questões permaneceram instigantes para o futuro, por exemplo, como esse personagem estava intrincado à sociedade e quais as outras formas que ele poderia ter se relacionado aos diversos contextos do ocidente medieval como um todo, além dos Pirineus. Para responder a esse questionamento, diversos relatos e diários de peregrinos em suas viagens se apresentaram como possíveis fontes para sustentar uma pesquisa. De forma inevitável aqueles que chamavam mais a atenção eram os que se relacionavam à Cidade Santa, Jerusalém.

Ao contrário do *Guia* que era uma visão oficial, certificadora e classificadora do caminho, o diário dos peregrinos tem as letras de pessoas que fizeram suas viagens, muitas vezes de forma espontânea e por iniciativa própria. Relatam os percalços que passaram em suas viagens, as paisagens que tiveram a oportunidade de ver e os locais santos da forma como visitaram. Contudo, peregrinos quando escreviam sobre suas expedições preocupavam-se majoritariamente com a descrição dos templos, das igrejas e dos lugares sagrados que foram visitar, ao mesmo tempo em que relacionavam estes com as passagens bíblicas ilustrativas de cada, ou seja, pouco se importavam em registrar os acontecimentos da história local, caracterizar as pessoas que viviam ali, seus costumes, suas relações.

O *Guia do Caminho de Santiago de Compostela* é uma obra do século XIII, apesar da prática de peregrinação na região ser bem ancestral e já ter alcançado força no fluxo de viajantes no século XII, o estudo foi de um contexto do XIII. Porém, ao pesquisar sobre a peregrinação para Jerusalém no Mestrado, obrigamo-nos a um recuo no tempo e ao estudo do contexto do século XI e início do XII contemporâneo ao acontecimento da primeira cruzada.

Mesmo com o recuo na cronologia, os relatos de peregrinos ainda privilegiavam as descrições dos lugares bíblicos às relações culturais e acontecimentos políticos, mesmo em pleno contexto da expedição cristã de conquista da Terra Santa. Assim, buscando relacionar a prática do viajante com os interesses da sociedade e do contexto da primeira cruzada especificamente a partir dos escritos de peregrinos, encontramos os relatos dos cronistas.

---

<sup>27</sup> Quanto ao trabalho de conclusão de curso defendido no Departamento de História da UFPR, FILIPPETTO, Felipe Vieira. *Estradas e Homens: Um retrato da Peregrinação à Santiago de Compostela através do Codex Calixtinus*. Orientado por Marcella Lopes Guimarães, Curitiba, 2010.

Apesar dos participantes da expedição que responderam à convocação de Urbano II nos exatos moldes que compreendiam a prática não estarem fazendo uma peregrinação, não nos distanciamos do nosso interesse nos viajantes. Pois, com o acontecimento da jornada de conquista, a imagem de peregrino foi diretamente associada à imagem daqueles homens que costuraram cruzeiros em suas vestes e marcharam para o oriente, o que ficou registrado em várias das narrativas que descrevem a jornada, como as crônicas, histórias ou *Gestas*. De fato, diversos costumes da peregrinação para a Terra Santa foram repetidos pelos cristãos vitoriosos na captura de Jerusalém, haja vista a importância central que a Igreja do Santo Sepulcro teve naquela chegada. Além disso, atos mais relacionados à espiritualidade cristã da época, como a necessidade de purificação nas águas do Rio Jordão, tal qual fez Cristo ao ser batizado, chamam a atenção. Assim, um conjunto de ideias e presenças da espiritualidade cristã sempre referidas ao peregrino nos séc. XI e XII, se associaram também ao, posteriormente chamado, cruzado.

A fonte principal deste trabalho é a obra de Foucher de Chartres (1059 – 1127), que acompanhou a primeira cruzada, da convocação no Concílio de Clermont - Ferrand até o seu desfecho na conquista de Jerusalém. Sua crônica tem na compilação completa três livros, sendo o primeiro, nossa fonte principal, um relato sobre a expedição convocada por Urbano II sob um espectro de memórias, em outras palavras a reconstituição historiográfica dos acontecimentos, segundo sua visão. O segundo, o governo de Balduíno I à frente do recém-fundado e estabelecido Reino de Jerusalém e o terceiro sobre Balduíno II, primo do primeiro e que o sucedeu em 1118. Estes dois últimos foram escritos contemporaneamente ou em blocos, ou seja, como provavelmente ocorreu durante o reino de Balduíno I, com a compilação dos ocorridos de dois ou três anos passados em um só exercício de escrita, ou à medida que ocorriam como fica claro no livro III, quando Foucher escreve no presente, citando por várias vezes o termo *agora* em alguns capítulos seguidos, na passagem de alguns anos.<sup>28</sup> A obra termina em 1127, de forma abrupta, o que nos leva a acreditar que Foucher pode ter morrido ou ficado incapacitado de continuar a escrever.<sup>29</sup>

Apesar de diferentes, os três livros formam uma só obra, principalmente por manter o foco nos objetivos da expedição original, ou seja, nas necessidades dos cristãos para estabelecer e manter suas conquistas, os embates com as autoridades

---

<sup>28</sup> FINK, Harold S. *A History of the Expedition to Jerusalem, 1095 - 1127. (Org.)*. Introduction, W.W. Norton & Company, Knoxville, 1972, p. 25.

<sup>29</sup> FINK, *Op. Cit.*, p. 24.

muçulmanas, turcas ou egípcias, sunitas ou xiitas, e as querelas internas da nobreza latina no Oriente.

Como se pode esperar ele escreve em apoio ao movimento cristão, à convocação do papa Urbano II e às conquistas e campanhas dos francos. Contudo, Foucher nos fornece uma noção clara de como a primeira cruzada, no momento em que ocorreu, não tinha as noções de singularidade ainda formadas. Ou seja, suas descrições e opiniões muitas vezes se confundem em apoiar indiscriminadamente as ações dos cristãos ou buscar uma justificativa a partir de um quadro de virtudes. O cronista aqui descreve o que viveu e viu, mas o faz de forma inédita, pioneira, já que está relatando um fato novo e produtor de muita expectativa na sua sociedade de origem, a cristandade ocidental. Em outras palavras Foucher parte de uma tela em branco, para pintar o seu retrato particular da expedição e dos expedicionários, e é claro que o faz a partir de suas opiniões e interesses.

Uma crônica, segundo Bernard Guenée é "longe de ser a exposição ingênua de conhecimentos elementares, (...), ao contrário, é o fruto elaborado de uma erudição para qual o tempo é essencial".<sup>30</sup> A relação entre os fatos e a ordem, as datas que aconteceram eram fundamentais para o cronista, ou seja, ele descreve tudo que vê, da forma como entende e busca fazer isso na ordem cronológica como um estudioso, apoiado em seus conhecimentos eclesiásticos e da sociedade em que vive. Assim o que escreve, mesmo que através de seus olhos, sua pena e suas ideias próprias, fornece uma boa imagem da compreensão que os homens tinham do que estava acontecendo, de acordo com sua mentalidade, sua sociedade. Ao estudarmos a crônica de Foucher de Chartres para refletirmos sobre a primeira cruzada, temos a possibilidade de ler um ponto de vista deste movimento tanto daqueles que o aceitaram e praticaram, como daqueles que buscavam analisá-lo.

Neste ponto que se formou a problemática deste trabalho e que vai permear toda a sua construção. Através da crônica de Foucher de Chartres podemos analisar que aqueles milhares de homens e mulheres que acompanharam a jornada para a Terra Santa, atendendo à convocação de Urbano II, estavam exercendo uma ação que com aquelas características específicas era inédita, ainda que fortemente arraigada nas instituições já existentes, criando uma forte noção de continuidade ao invés de uma ruptura. Assim, as descrições feitas pelo cronista eram baseadas no escopo cultural e

---

<sup>30</sup> GUENÉE, Bernard. "História". Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *O Dicionário Temático do Ocidente Medieval (Org.)* Trad. Hilário Franco Junior (Org.). EDUSC, Bauru, 2006. Vol. I, p. 532.

social já existente em sua formação, ou seja, tomando como modelo outras atividades. A partir disso percebemos uma relação forte feita por Foucher e outras fontes da época da expedição com uma peregrinação e dos participantes como peregrinos. Temos aqui a figura do caminhante entrelaçada com os interesses, vontades e sentimentos de uma sociedade específica que o via como parte da realização de seus objetivos, aqui no caso a conquista de Jerusalém. O trabalho de Foucher proporciona a possibilidade de analisar tudo isso, uma vez que transporta para a escrita sua visão que se confundia com a daquela sociedade, que via a expedição de conquista rumo ao oriente como a jornada de um grupo de homens e mulheres buscando seu objetivo final e sagrado.

Contudo, é prudente lembrar que a *História* de Foucher foi escrita após o fim da expedição, que conseguiu ter sucesso e realizar seus principais objetivos. O cronista redigiu sua obra com os desejos da convocação realizados e novas expectativas surgindo a medida que os condados latinos e o Reino de Jerusalém eram fundados. Dessa forma, através de suas letras e do relato de outras fontes, buscamos compreender, partindo do princípio que havia uma diferenciação entre o participante da expedição e o peregrino da sociedade fora da realidade de cruzada, quais eram as características destes homens participantes da guerra santa que levou o cronista a caracterizá-los, entre outros perfis, a partir da imagem de um peregrino. E principalmente, quais os motivos e interesses de Foucher na sua escrita, em fazer esta caracterização. Por fim, foi possível tentar compreender todo o acontecimento da primeira cruzada como um evento singular e ao mesmo tempo dentro de uma compreensão maior do conceito em si. Da mesma forma, o papel do cronista com a tentativa de certificar e registrar em uma cronologia toda a existência e a pertinência da expedição, construindo historiograficamente o que participou.

A organização deste estudo preconiza uma divisão em três capítulos, o primeiro trata principalmente de compreendermos o contexto em que a crônica se insere, ou seja, precisamos entender o que foi a cruzada, o que significa este conceito e os diversos pontos de vista segundo os quais podemos analisá-lo; como surgiu a ligação fortíssima com o Concílio de Clermont - Ferrand, onde o papa Urbano II em seu discurso fez a convocação que praticamente construiu as bases da expedição; a jornada como guerra justa e guerra santa, além de um grande movimento demográfico rumo ao Oriente; o lado militar, a canalização da violência e a necessidade das lideranças da nobreza e do clero de certa forma reproduzindo a organização social ocidental, na jornada caminhante. Além da conceituação, precisamos compreender a prática da expedição, a

logística do movimento de gigantescas proporções, a passagem por Constantinopla e a complicada relação com o imperador bizantino, os cercos, as táticas militares, as lideranças políticas islâmicas e a necessidade de entender também o lado atacado, as terras e culturas invadidas além dos francos invasores.

Para ter uma noção mais próxima do completo da expedição, recorreremos a outras fontes e relatos, como outros cronistas francos, à obra de Anna Comnena e sua visão bizantina e até a historiadores muçulmanos do período como al-Athir e al-Qalanissi<sup>31</sup>. Assim, ao mesmo tempo em que percebemos a expedição como um movimento muito maior e com muito mais consequências que aquelas registradas pelos francos em seus relatos, também sabemos que um mesmo acontecimento é beneficiado por diversos pontos de vista, uma vez que a cruzada entrelaçou culturas, etnias e religiões diferentes ao longo de sua cronologia.

Apesar deste esforço, é importante reconhecer que não são todos os diversos grupos sociais e étnicos envolvidos com a passagem das expedições que foram abordados neste trabalho. Deixamos de fora importantes relatos do período como os escritos daqueles que presenciaram e estudaram os massacres das judiarias ocorridos em diversas cidades e povoados, à medida que as jornadas seguiam em direção à Terra Santa. Da mesma forma, passagens importantes da primeira expedição como a descoberta de um artefato dentro da igreja de Antioquia identificado como a lança do destino (a mesma que teria sido usada pelo centurião que perfurou Jesus Cristo na cruz), que causou grande impacto nos francos, também ficou de fora. Estas escolhas foram necessárias para limitar o que é apenas a primeira parte do trabalho e principalmente para corresponder ao objetivo principal que era cobrir os fatos relacionados à expedição e narrados por Foucher. Enfim, em outras palavras, no primeiro capítulo aproveitamos para discorrer sobre a crônica em si, ou seja, saber quais são os principais pontos da narrativa relacionados à jornada por ele descrita, para posteriormente poder analisar os elementos.

O segundo capítulo foi escrito com o objetivo de estudar o ofício do historiador medieval e especificamente do autor. Nossa fonte é uma crônica medieval e por isso é necessário compreender o que significava no século XII este gênero de escrita, como era feito o exercício do pensamento histórico e qual o papel de um escritor clerical ao redigir sua versão da cronologia de uma época. Essa atividade não era isenta de

---

<sup>31</sup> Os relatos dos três autores apresentados estão compilados na edição de fontes relacionadas à primeira cruzada de PETERS, Edward. *The First Crusade. The Chronicle of Fulcher of Chartres and other source materials*. 2ª ed., University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1998.

opiniões, da conferência a outros autores e a seleção de fatos de acordo com o interesse do escritor, por isso não podemos nos dar ao luxo de ler a obra como um frio registro de acontecimentos sequenciais. Se não podemos dizer que os historiadores atuais são neutros em seus trabalhos, não faria sentido achar que Foucher foi no século XII.

Além de um gênero de escrita historiográfica, a crônica também se insere no universo da literatura medieval, uma vez que esta englobava todo o mundo erudito. Dessa forma, também é fundamental localizar nossa fonte como um trabalho das letras medievais. Sem esquecermos do grupo social e da formação que o cronista tinha, uma vez que era clérigo, também analisamos a relação dos membros da Igreja como os homens de saber da época e como isso interferiu na escrita de sua obra. No final, estabelecemos uma pequena biografia do autor, a partir das poucas informações que detemos de sua vida. Algumas o próprio nos concede ao longo de sua crônica quando comenta vagamente sobre a sua idade, sua terra natal e seus deveres como clérigo.

O terceiro capítulo está focado na compreensão da caracterização dos participantes da expedição e a relação que foi criada com a peregrinação. Após delimitarmos o estudo do período, a nossa fonte e nosso autor dentro dele, na terceira parte analisamos a imagem do viajante que foi utilizada como parâmetro para a descrição dos participantes da expedição rumo à Terra Santa. Sob o raciocínio da construção de uma crônica como conhecimento para a posteridade, tentamos compreender as diversas possibilidades do uso da nomenclatura de peregrinos para os viajantes companheiros de Foucher. Fosse dito de forma generalizante, ou para alguém em específico, o personagem peregrino pode ter sido utilizado para marcar o momento e principalmente demonstrar o entendimento maior que o autor tinha sobre a estrutura e organização da expedição que participou. A relação forte com a peregrinação e os peregrinos era além de uma atribuição de valores para os personagens ali identificados, o retrato formado pelo autor como forma de dar referência e detalhamento para sua narrativa.

Ao final, sabemos que a visão de Foucher e de outros cronistas da expedição como, entre outras características, um movimento de peregrinação, pode ter colaborado com a formação do posterior conceito de cruzada. Afinal, no momento da escrita, ao longo do século XII, a concepção atual destas jornadas ainda não havia sido estabelecida pelas autoridades eclesiásticas e os trabalhos historiográficos, algo que apenas ocorreu quase um século depois.



Gostaríamos de utilizar esta introdução para mais uma questão muito importante que é referendar a historiografia de apoio. O estudo do contexto de cruzada já ocupou um lugar central entre as pesquisas icônicas do período medieval, mas (talvez por isso mesmo) nas últimas décadas sofreu um forte esvaziamento em volume de trabalhos, pensando principalmente em escala nacional. Muitos o têm utilizado apenas como pano de fundo para questões específicas ou periféricas às expedições. No caso brasileiro, mesmo tendo profundos campos de estudo sobre diversos assuntos relacionados ao acontecimento das cruzadas do Oriente, como a Reconquista na Península Ibérica, poucos trabalham com fontes e temáticas diretamente envolvidas. Um dos parâmetros que apontam neste sentido é a falta de traduções de crônicas e outros registros históricos relacionados à primeira expedição e o reino de Jerusalém. Trabalhos como a *Gesta francorum et aliorum Hierosolymitanorum* de autor anônimo, a *Historia Francorum que ceperunt Iherusalem* de autoria de Raymond d'Aguilers ou a própria *Historia Hierosolymitana* de Foucher de Chartres, que formam as três principais obras de autores que acompanharam e fizeram a primeira expedição como participantes não têm traduções em português ou mesmo em espanhol. De forma geral, trabalhos que se referem a um estudo mais aprofundado dessas fontes e a partir delas sobre o contexto e a sociedade do período seguem o mesmo princípio. Por isso a utilização em grande parte, o que pode ser percebido principalmente no primeiro capítulo pela profusão de vários trechos de fontes, da historiografia, das traduções e por consequência dos comentários feitos por autores da língua inglesa, americanos ou britânicos, e franceses.

Antes da fonte principal do trabalho, importante frisar o quão fundamentais foram as coletâneas e os estudos conjuntos às compilações de autores como Francis E. Peters, Edward Peters e John Wilkinson. O primeiro é professor aposentado da Universidade de Nova York e especialista em religiões monoteístas. Realizou um sublime trabalho sobre Jerusalem, tentando cobrir sua longa cronologia a partir de uma competentíssima compilação de extratos de fontes. O segundo é professor aposentado da Universidade da Pensilvânia de História Medieval e entre outros estudos editou e lançou uma compilação de diversas fontes sobre a primeira cruzada, sejam elas latinas, bizantinas e muçulmanas, boa parte dos trechos utilizados aqui foram tirados de seu livro. Aproveito para agradecer também a atenção em responder alguns e-mails sobre a tradução de Foucher utilizada por ele. Por fim, John Wilkinson é o nome principal pela grande

compilação de fontes de peregrinos de Jerusalém em conjunto com Joyce Hill e W. F. Ryan publicada pela Hakluyt Society, localizada em Londres e especializada em lançamentos de guias de viagem, diários de peregrinações e materiais geográficos.

Quanto à fonte principal, a *Historia* de Foucher de Chartres, existem três principais traduções, sendo que estudos com os originais em latim já impressos datam do século XVII na França. Como já citamos anteriormente, a primeira grande tradução foi publicada em 1825, por F.P.G. Guizot, francês que fez uma enorme obra que tentava cobrir toda a história de seu país até então através da tradução de muitos documentos históricos, incluindo fontes referentes à primeira cruzada. A segunda tradução foi publicada em 1913 por Heinrich Hagenmeyer, desta vez para o alemão. Trabalho minucioso e de grande erudição, específico na expedição, que serviu de base (incluindo seus comentários) para as traduções feitas para o inglês nas décadas seguintes nos Estados Unidos.

As edições utilizadas neste trabalho são as duas versões americanas, na língua inglesa, da crônica de Foucher, por três motivos principais: o acesso fácil às edições no mercado internacional de livros, por serem as mais recentes e revistas nas décadas de 60 e 70 do século XX e, por fim, e talvez a mais importante, pela compreensão do idioma. Sobre as duas versões, ambas foram feitas a partir do texto de Hagenmeyer com referências ao original em latim. A mais antiga é de autoria da Irmã Frances Rita Ryan, freira da ordem de St. Joseph, como parte da finalização de seu mestrado em Letras na Universidade de Minnesota em 1916. A tradução do Livro I da crônica foi lançada em 1921 em uma compilação de seu orientador, o professor em História Medieval August Charles Krey. Nos anos 1960, o professor Krey enviou a outro medievalista americano da época, o professor Harold S. Fink da Universidade do Tennessee os manuscritos da Irmã Frances com todos os três livros traduzidos pedindo uma revisão, conferência, atualização dos trabalhos e posterior publicação. Professor Fink lançou em 1973 a tradução revisada, comentada e com uma introdução escrita por ele localizando o trabalho de Foucher no contexto da primeira cruzada. Esta é a edição utilizada em todas as referências e de forma geral como consulta em todo o trabalho. Na compilação de Edward Peters, que contém o livro I de Foucher, a tradução ali presente não é a da Irmã Frances e sim outra feita por Martha Evelyn McGinty, uma estudante de Letras que traduziu o primeiro livro da crônica como trabalho de finalização de seu mestrado em 1941 para a Universidade do Texas. Esta segunda versão utilizo apenas como conferência.



De forma geral, a edição revisada pelo professor Fink se mostra mais atualizada, com referência a outros trabalhos contemporâneos, traduções de outras fontes do período de Foucher e notas que apontam para possíveis explicações das colocações do autor. Importante destacar que todas as referências de corpo de texto que estão apresentadas ao longo do trabalho foram traduzidas de forma livre para o português, assim como os originais em inglês são colocados nas notas. Em geral, procuramos respeitar os grifos, as palavras iniciadas em letras maiúsculas, o vocabulário e a organização das sentenças tal qual postas nas edições originais. No caso dos poemas, foi dada preferência para a manutenção dos termos do que das rimas e da métrica.

Concluindo, o acesso às compilações de fontes nos proporcionou utilizar ao longo do trabalho diversos trechos para enriquecer a análise. Desde o primeiro subcapítulo buscamos citar e referenciar a fonte principal, a crônica de Foucher, mas também outros extratos auxiliares de registros históricos, como outros cronistas latinos, escritos muçulmanos ou até diários de viagens de peregrinos. Em toda a dissertação consultamos e tentamos trazer o que Foucher escreveu para o nosso estudo. Por outro lado, enfrentamos ao longo da escrita o desafio de utilizar um autor como fonte principal que não foi ainda estudado pela historiografia brasileira, assim como um período que não tem sido privilegiado com um grande volume de pesquisas atualizadas nas últimas décadas do trabalho das ciências humanas.

Por fim, esperamos poder através deste trabalho propiciar um competente, mesmo que breve, entendimento de uma parte da obra de Foucher de Chartres e sua visão dos acontecimentos da primeira cruzada e da conquista de Jerusalém pelos francos.

## CAPÍTULO I – Cruzada: conceito e projetos

### 1.1 Guerra justa e guerra santa: onde está a *cruzada*?

Os estudos feitos acerca do assunto cruzada podem ser muito amplos, assim como foi o alcance deste movimento. Com longa duração, do século XI ao XIII e com reverberação de seus ideais nas grandes descobertas marítimas no posterior século XV e além, é impossível uma pesquisa absoluta e geral sobre o tema. Procurar razões, motivos e consequências dos movimentos cruzadísticos é analisar as diversas transformações da sociedade medieval entre a virada do milênio e a descoberta do Novo Mundo.<sup>32</sup> Da mesma forma é buscar o entendimento das relações do mundo mediterrânico e a grande maioria das influências e acontecimentos que levaram à formação e solidificação da ideia de cristandade. O Império Bizantino, o Islã com seus braços tão largos quanto a distância de Bagdá a Córdoba, as culturas nórdicas, balcânicas, germânicas e judaica, todas contribuíram com o enorme caldeirão de relações culturais, colocado sob o certificado de ser cristão.<sup>33</sup>

Dessa forma, conceituar cruzada equivale a um trabalho de composição de diferentes pontos de vista e largo resgate cronológico. Podemos enxergar nas oito tradicionais expedições espalhadas ao longo de quase 200 anos, diversas características e interesses sociais, culturais e políticos das sociedades e etnias envolvidas, iniciando pelo fato de ser um grande movimento demográfico, com centenas de milhares de pessoas que largaram suas vidas no Ocidente, nas mais diversas regiões e partiram em direção à Terra Santa e à cidade de Jerusalém. Além do impacto dessa grande quantidade de indivíduos na sociedade oriental em territórios bizantinos e muçulmanos.

Essa jornada populacional foi possível, pois toda a sociedade trifuncional do medievo, e para além dos limites em que ela se via, contribuiu com membros do clero, da nobreza guerreira e até mesmo servos, camponeses e cidadãos. A cruzada abria a possibilidade de participação a qualquer cristão ocidental, de qualquer região, cultura ou grupo social.<sup>34</sup> A adesão à proposta de Urbano II em partir para o Oriente veio tanto de estudiosos, clérigos e autoridades do saber quanto de pessoas humildes que nunca tiveram a oportunidade de se alfabetizar. Como o historiador Jonathan Riley-Smith

---

<sup>32</sup> RUNCIMAN, Steven. *A História das Cruzadas, Volume I: a primeira cruzada e a fundação do reino de Jerusalém*. Trad. Cristiana de Assis Serra. Imago Ed., Rio de Janeiro, 2002, p.11.

<sup>33</sup> FERNANDES, Fátima Regina. “Cruzadas na Idade Média”. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras* (Org.) Editora Conceito, São Paulo, 2009, pág. 100.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 126.

afirma, “encontramos (nas cruzadas) um leque de ideias muito abrangente, das mais cerebrais, as mais primitivas, dos picos da teologia moral aos pensamentos antissemitas e conflitos de sangue.”<sup>35</sup> Se juntarmos a essa diferença de conhecimento dos participantes, a variedade de suas origens, culturas e idiomas, chegamos à conclusão que é impossível homogeneizar estes homens e mulheres que assumiram a cruz e caminharam ao oriente. Assim, para propor explicações, precisamos também fincar limites na abrangência do conceito, nos campos ideológico, geográfico, social e cronológico, ou seja, buscar pontos em comum que motivavam a todos de certa forma.

A fonte central deste trabalho nos impõe o primeiro limite, o objetivo oriental. Afinal, o cronista participou e analisou o contexto das assim chamadas pela historiografia cruzadas do oriente. Existiram outras frentes de combate cristão no século XII com a utilização do mesmo pensamento e da mesma espiritualidade, como na Península Ibérica a chamada Reconquista e no norte germânico e leste europeu o Drang Nach Osten.<sup>36</sup> Contudo, o caminho para a Cidade Santa recebeu maiores atenções por ter sido a ideia originalmente apresentada e foi a esse chamado que nosso cronista respondeu.

O ponto inicial do que podemos considerar o pensamento de cruzada e também da expedição posteriormente nomeada como a primeira à Terra Santa foi a convocação do papa Urbano II (1088 – 1099) no Concílio de Clermont – Ferrand em 1095. Ali em seu discurso ele expôs a proposta e exortou os presentes a compreenderem e a apoiarem suas ideias. Na prática, explicou as justificativas para a necessidade de uma expedição cristã ocidental com destino a Jerusalém e ao mesmo tempo se autodeterminou como um dos líderes da proposta, mantendo todo o conceito como uma ideia sagrada. Podemos perceber isso em parte do seu discurso presente na Crônica de Foucher de Chartres, testemunha do concílio:

“Ele disse, ‘Desde, oh filhos de Deus, que vocês prometeram a Ele manter a Paz entre vocês mesmos e em fielmente sustentar os direitos da Santa Igreja mais sinceramente que antes, ainda se mantém para vocês, (...), uma tarefa urgente (...) na qual vocês podem manifestar a força de suas vontades. (...) Os turcos, um povo persa, tem atacado, tanto quanto vocês já sabem, e tem avançado tão longe dentro do território Romano quanto a região do Mediterrâneo chamada o Braço de São Jorge. Eles têm conquistado cada vez mais terras de cristãos, já os derrotaram sete vezes em batalhas, mataram e capturaram muitas pessoas, tendo destruído igrejas e devastado o reino de Deus. Se vocês permitirem

---

<sup>35</sup> RILEY-SMITH, *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>36</sup> FERNANDES, *Op. Cit.*, p. 102.

que eles continuem por muito mais, eles irão conquistar mais extensivamente o fiel povo de Deus””.<sup>37</sup>

Podemos assim perceber mais uma característica da cruzada para o oriente, além da movimentação demográfica, outro termo básico para a explicação do conceito é a guerra. Estas expedições tinham claro objetivo de, por meio da espada, conquistar territórios, no caso, a Terra Santa e a cidade de Jerusalém, incluindo todos os vestígios apostólicos dentro e fora de suas muralhas. Quando vemos no discurso de Urbano II a acusação dos “turcos” estarem atacando terras cristãs, ele se refere à presença dos seljúcidas, vindos da região do atual Irã para as fronteiras do Império Bizantino. As referências a ataques específicos aos locais sagrados em Jerusalém, tal como a Igreja do Santo Sepulcro, se relacionam à conquista da cidade em 1071, quando os turcos seljúcidas a tomaram do controle do califa fatímida do Egito. A notícia do ocorrido circulou pela cristandade de forma a criar um fato novo na complicada política da região. Em outras palavras o papa Urbano II estava apontando o inimigo do conflito bélico que propõe e argumentando em prol de uma reação necessária a um fato recente.

Contudo, a presença islâmica na Palestina não era algo novo, já que a região foi uma das primeiras conquistadas na expansão árabe, ainda no séc. VII. Os exércitos liderados pelo Califa Omar (634 – 644), cercaram e invadiram as muralhas da então cidade cristã de Jerusalém em 638, apenas seis anos após a morte do profeta Maomé.<sup>38</sup> Nos anos seguintes, toda a Síria se tornou parte de um gigantesco território de religião e governo islâmico, que se estendia das fronteiras ao norte da Índia até a Península Ibérica, tirando importantes e históricas províncias do Império Bizantino do controle cristão e conquistando o antigo Império Sassânida.

A autoridade de todas essas terras era o califa, palavra que originalmente queria dizer apenas sucessor, ou seja, um encargo a princípio assumido entre homens ligados ao profeta por laços de família, de amizade ou econômicos. Com o passar do tempo, esse termo congregou em um homem a liderança política e social, um governante de

---

<sup>37</sup> Fulcher of Chartres, *A History of the Expedition to Jerusalem, 1095 - 1127*. Translation: Frances Rita Ryan, S.S.J. Ed. with an introduction by Harold S. Fink. W.W. Norton & Company, Knoxville, 1972, Livro I, iii, p. 67. Traduzido livremente pelo autor do original: “He said, ‘Since, oh sons of God, you have promised Him to keep Peace among yourselves and to faithfully sustain the rights of Holy Church more sincerely than before, there still remains for you, (...), an urgent task (...) in which you can show the strength of your good will. (...) For the turks, a Persian people, have attacked them, as many of you already know, and have advanced as far into Roman territory as part of the Mediterranean which is called the Arm of St. George. They have seized more and more of the lands of Christians, have already defeated them in seven times as many battles, killed or captured many people, have destroyed churches, and have devastated the kingdom of God. If you allow them to continue much longer they will conquer God’s faithfully people much more extensively”.”

<sup>38</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.* p. 3.

poder hereditário ligado às regiões específicas do gigantesco território de influência muçulmana.<sup>39</sup> Como consequência direta disso e da extraordinária expansão geográfica, o poder não se manteve unificado por muito tempo, ao contrário, diferentes califados surgiram, além é claro dos imanatos, emirados e outras categorias de poder ligadas às esferas sociais e religiosas das comunidades islâmicas.<sup>40</sup>

Desde o início do século XI, vemos a autoridade do mundo islâmico, já não mais centralizada na figura de um único governante, herdeiro do profeta. Na verdade, os territórios têm seu poder diluído em pelo menos três califados assentados em Bagdá, no Cairo e em Córdoba, com as dinastias dos abássidas, dos fatímidas e dos almorávidas, respectivamente no poder.<sup>41</sup> Além dos califas, na virada do milênio surgiu um grupo étnico que modificou e se destacou na geopolítica islâmica asiática. Exercendo um grande poder, adquirido a partir de guerras e conquista de território, os turcos seljúcidas eram um povo de origem nômade das fronteiras leste da região do atual Irã. Ganharam a confiança do califa abássida de Bagdá e adquiriram o poder real da região até a costa do Mediterrâneo, sendo os governantes da Síria e da Terra Santa no fim do século XI. Quando as primeiras expedições ocidentais chegaram à região, caso da chamada cruzada de Pedro, o ermitão, os seljúcidas já eram os governantes inclusive da Ásia Menor, orgulhosa província bizantina por boa parte de sua história e praticamente perdida, no episódio icônico do final do século, a Batalha de Manzikert. Ocorrida em 1071, ocasionou a dizimação de um exército bizantino de dezenas de milhares de homens nas mãos de turcos, incluindo aí o inusitado fato até então de o próprio Imperador ter sido capturado.<sup>42</sup>

Os anos seguintes foram de grande caos e desorganização política em Bizâncio, ao mesmo tempo em que os seljúcidas aumentaram sua área de influência com a conquista de cidades na Anatólia e Cilícia tendo como cidade central do governo local, Niceia, que fica a pouco menos de 100 quilômetros de Constantinopla (a região chamada por Urbano II no seu discurso de Braço de São Jorge)<sup>43</sup>. Dessa forma as décadas do fim do século foram de uma intensa busca, por parte das autoridades bizantinas, por reorganizar o poder, o exército e a estrutura de influência na região oriental em declínio dos turcos. Assim, durante este período se tornou um pouco mais perigosa a travessia do longo

---

<sup>39</sup> HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Trad. Marcos Santarrita. Editora Schwarcz, São Paulo, 2006, p. 43.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 121.

<sup>42</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.* p. 72,

<sup>43</sup> MAALOUF, Amin. *As cruzadas vistas pelos Árabes*. Trad. Pauline Alphene, 4ª Ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1994, p. 20.

caminho de peregrinação entre Constantinopla e Jerusalém, e o poder turco inspirou a necessidade do resgate ocidental da Terra Santa, uma região que os bizantinos já não pareciam mais conseguir vigiar.<sup>44</sup>

Mesmo não se intitulando califas ou tendo uma grande capital como centro político e cultural (o que ocorria nas sedes dos califados), os sultões turcos se tornaram a grande demonstração de poder muçulmano no período, sendo assim extremamente presentes nos conflitos com o Império Bizantino e os grupos cruzados.<sup>45</sup> Contudo, ao fim do século a autoridade máxima do grupo estava dispersa, passando por um período de transição e regência, além de uma forte regionalização onde de fato, cada emir, em cada cidade, defendia suas terras e seus interesses.<sup>46</sup>

Desde a morte do sultão Malik-Shah em 1092, o líder político e militar que havia coordenado a invasão vitoriosa dos turcos em toda a região da Síria, os turcos tinham sua autoridade fragmentada. O enorme território conquistado nos quarenta anos anteriores entre a Transoxiana, o Cáucaso e o Levante no litoral Mediterrâneo, foi herdado e dividido entre diversos membros da família do sultão e não apenas com o primogênito, como mandavam as tradições dos nômades seljúcidas. Tínhamos assim, espalhados em diversas cidades vários sultões e emires com poder legítimo em suas terras. Como exemplo citamos os dois sobrinhos de Malik-shah, Ridwan que passou a governar Alepo e suas regiões ao redor e Duqaq que herdou Damasco. Porém, mesmo sendo irmãos, os dois eram grandes inimigos, criando uma enorme rivalidade entre suas posses e seus aliados.<sup>47</sup>

Além dos herdeiros familiares, na virada do século a autoridade também estava dividida por diversos cargos de poder dentro da hierarquia turca, exercidos por homens que não eram da família real. Um dos mais comuns era o atabegue, uma espécie de tutor, que poderia advir do exército, ou da aristocracia local, para membros menores de idade da família do sultão. Isso se tornou muitas vezes, além de comum, algo forçado, sendo que com o passar dos anos o atabegue marginalizava o “príncipe” e comandava as terras sozinho. Temos como exemplo o governante da cidade de Mosul durante o acontecimento da primeira cruzada, Kerboka. Ainda podemos lembrar dos vizires,

---

<sup>44</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.* p. 92.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>46</sup> A relação dos emires e dos sultões turcos com o poder, assim como a fragmentação do antigo reino seljúcida estão relacionadas à crise de poder que o grupo passou no final do século XI. Para melhor entendimento consultar ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001, p. 127 – 140.

<sup>47</sup> IRWIN, Robert. “Islam and the Crusades.” In: RILEY-SMITH, Jonathan. *The Oxford Illustrated history of The Crusades*. (Org.) Oxford University Press, New York, 1995, p. 218.

homens escolhidos pelos sultões para administrar as terras em seu lugar e os emires que eram autoridades regionais dentro dos sultanatos.<sup>48</sup>

Na prática, cada cidade de importância econômica, militar ou histórica nas províncias controladas pelos seljúcidas tinha um governante diferente e muitas vezes eles eram adversários entre si. Se somarmos a isso o fato de que tanto o califa abássida, situado em Bagdá, apoiador dos turcos desde o início das conquistas, quanto o califa fatímida, do Egito, inimigo declarado dos seljúcidas, terem aproveitado para reconquistar o controle em diversas terras nos anos seguintes à morte do sultão, temos um cenário geopolítico de intensa fragilidade dos turcos.

Mais um fator a se levar em conta eram as populações das cidades e suas origens e religiões. Em Antioquia, por exemplo, apesar de governada por um emir seljúcida na virada do século, a imensa maioria da população era grega, pois os bizantinos governaram a cidade até 1084. O mesmo valia para cristãos orientais, armênios e muçulmanos espalhados pelas cidades sírias e que poderiam facilmente dificultar o governo por parte de um emir ou atabegue turco.<sup>49</sup> Por fim, é importante destacar que a autoridade seljúcida que controlava a região da Ásia Menor e aterrorizava o governo imperial atacando e controlando as cidades até chegar à Nicomédia, a poucos quilômetros das muralhas de Constantinopla, não é a mesma presente no resto de seus territórios. A linhagem diferente não passou pelo mesmo processo de fragmentação que os herdeiros do sultão Malik-shah. Aliás este potentado era na verdade um outro sultanato governado por Kiliç Arslan I e conhecido como a região dos seljúcidas de *rum*, uma clara referência às terras romanas, ou seja, bizantinas.<sup>50</sup>

Todas estas questões revelam o que sem dúvida foi decisivo e beneficiou muito os líderes cristãos principalmente da primeira cruzada, assim como todas as suas conquistas na Síria e na Palestina e a posterior criação dos chamados estados latinos assim como o Reino de Jerusalém. O governo extremamente fragmentado das principais cidades e terras da região, assim como uma complexa teia de interesses, amizades e inimizades que dificultaram muito a união militar quando foi necessária para combater os latinos.<sup>51</sup>

Por fim, uma última, mas estrutural divisão dentro do território muçulmano e de suas sociedades e que atuou como fator determinante neste intrincado contexto

---

<sup>48</sup> IRWIN, *Op. Cit.*, p. 222.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 223.

<sup>50</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>51</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 63.

geopolítico da Terra Santa durante a época da primeira cruzada, foi a oposição e rivalidade entre *sunitas* e *xiitas* nos diferentes governos e califados. Esta divisão advém ainda do século VII quando da sucessão do profeta Maomé na liderança da comunidade islâmica (*ummah*). Os primeiros califas, ou seja, os homens que ocuparam este cargo de autoridade tanto política quanto espiritual entre os muçulmanos, eram próximos e conviveram com o profeta em sua vida. Generais, homens importantes e políticos na comunidade árabe e que promoveram a expansão islâmica nas primeiras décadas de existência da religião. O quarto califa a ser eleito foi Ali, primo e genro de Maomé, e que governou em um momento que o papel do líder era questionado por diferentes grupos muçulmanos.

As diferenças eram grandes quanto ao critério que deveria ser considerado para a escolha do califa. Se o principal a ser levado em conta fosse o grau de parentesco com o Profeta, caso dos apoiadores de Ali (os *xiitas*, palavra que significa o “partido de Ali”), além da valorização do muçulmano mais devoto, que vivia com mais intensidade os ensinamentos do Corão, teríamos uma facção. Em oposição, a busca por um cidadão que fosse mais indicado para o cargo, ou seja, com competência, sabedoria e estrutura para ocupar a autoridade e importância de ser um califa, além de realizar as funções militares e nem sempre puras de se governar, resultaria na facção dos *sunitas*.<sup>52</sup> Esta sensível questão de divergência não apenas política e referente ao poder do califa, mas também de uma visão absoluta sobre o ser islâmico separou e separa *xiitas* e *sunitas*.

No caso da segunda tendência, compreendendo seus líderes com as imperfeições e atribulações necessárias de um governo com interesses também políticos, por vezes militares, por vezes apegados ao controle econômico, ou seja, com suas imperfeições e impurezas,<sup>53</sup> aceitavam o governo dos primeiros califas e sua autoridade. Esta divisão se manteve e aumentou com o passar dos séculos e o distanciamento do período de vida do Profeta, à medida que novas lideranças e novas etnias passavam a fazer parte da comunidade islâmica, da *ummah*.

Ao chegarmos na virada do século XI para o XII temos a divisão de autoridade, com o califado fatímida no Cairo, que era *xiita*, enquanto o califado abássida de Bagdá era *sunita*, assim como os seus protegidos e protetores turcos seljúcidas. Dessa forma, quando as forças turcas conquistaram toda a Síria, tiraram a região da influência e do poder do califa do Cairo que apesar de ser uma autoridade também muçulmana se

---

<sup>52</sup> ARMSTRONG, *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 111.



caracterizava pela abismal distância de ser *xiita*.<sup>54</sup> Por isso, na virada do século, o califa do Egito, que tinha a região da Palestina como sua área de proteção e influência antes da chegada dos seljúcidas, tem melhores relações com o imperador Aleixo Commeno de Bizâncio (com quem divide o rancor da perda e a impossibilidade de uma reconquista) que com os emires ou com o sultão turco. Aliás, ambos veem com desconfiança a chegada dos francos, mas esperam ver a derrota paulatina dos seljúcidas e a queda uma a uma das cidades da Síria e da Palestina antes de agir.<sup>55</sup>

Fundamental constatar que para as autoridades ocidentais, no período de convocação e realização das primeiras expedições, normalmente todas essas diferenças culturais, políticas, religiosas e governamentais eram apenas vistas como características de inimigos que deviam ser derrotados, assim diferentes etnias pertencentes ao Islã com governos no Cairo, Damasco e até Bagdá eram todas generalizadas como os “infiéis”.<sup>56</sup>

Percebemos aqui a relação de cruzada com outro conceito muito utilizado nesta temática, guerra santa. Afinal, os valores de fé estão por todos os lados, seja na Terra Santa que deve ser recuperada, o inimigo de conflito apontado a partir da diferença religiosa ou a motivação em busca da redenção própria. Em praticamente todas as vertentes historiográficas este conceito se faz presente e é fundamental para a explicação da convocação de Urbano II: a proposta de uma guerra santa em defesa de um objetivo sagrado. É necessário partir do princípio de que estes dois conceitos são coisas diferentes, mas que se relacionam.<sup>57</sup>

A ideia de utilizar uma proposta religiosa para classificar uma guerra ou batalha é mais antiga e abrangente que o contexto de cruzada no século XII. Um exemplo sempre citado pelos cronistas do período da primeira cruzada como exemplo do uso da guerra santa e cristã anterior às expedições ao Oriente é o combate do exército bizantino liderado pelo Imperador Heráclito (610 – 641) contra os persas sassânidas. Em um pequeno intervalo de anos os persas atacaram e dominaram várias cidades cristãs no Oriente Próximo, como regiões da Capadócia e da Cilícia e também a Palestina,

---

<sup>54</sup> Quanto à diferença entre *sunitas* e *xiitas*, é possível encontrar uma resposta sucinta em HOURANI, *Op. Cit.* p. 43 – 64.

<sup>55</sup> MAALOUF, *Op. Cit.* p. 53.

<sup>56</sup> Necessário pontuar a existência de um outro grupo étnico e religioso dentro do universo muçulmano deste período que são os chamados “assassinos” pelos ocidentais. Promotores de uma defesa agressiva de sua visão da religião e da sociedade islâmica, este grupo era *sunita* e representou um papel fundamental para a formação desta geopolítica fragmentada do oriente islâmico já que atacou e matou diversos líderes seljúcidas nas décadas anteriores e posteriores à chegada da expedição franca. Para mais informações sobre a seita dos assassinos e a forma como ficou conhecida no ocidente, consultar: ARMSTRONG, *Op. Cit.* p. 134.

<sup>57</sup> FLORI, Jean. *La Guerra Santa*. La dominación de la idea de Cruzada em el Occidente Cristiano. Madrid, Editorial Trotta, 2003, p. 264.

incluindo a cidade de Jerusalém. No processo, o rei sassânida enviou uma carta para Constantinopla jactando-se pelas vitórias, desprezando a cultura bizantina e insultando-lhe a fé. Este fato foi motivador para Heráclito organizar um contra-ataque contra os persas para reaver o território e objetos sagrados que teriam sido levados da Cidade Santa, como, por exemplo, a cruz verdadeira. Toda a argumentação da época referente a esse embate foi feita construindo a visão dos persas como inimigos da fé e a necessidade da defesa do cristianismo ao vencer os sassânidas. Após sete anos, Heráclito chegou à vitória e caracterizou para a posteridade os persas e principalmente seu rei como derrotados de uma guerra não apenas por território, mas também pela defesa da fé cristã.<sup>58</sup>

A identificação das batalhas de Heráclito como guerra santa pode ser possível se aceitarmos as características apontadas, como a guerra pela defesa da religião, ou seja, o objetivo da derrota de um inimigo de sua fé como incentivo para a participação na luta. Poderíamos também caracterizar este conflito como uma guerra imperial de interesse da política do governo bizantino. Porém, sendo ela centralizada na figura do *basileu*, que por sua vez era o líder da igreja cristã grega, aquele que deveria defender os interesses dos seus irmãos de fé, o conflito acaba naturalmente sendo também religioso. Em outras palavras, a figura do imperador faz da guerra um combate sempre envolvido com a defesa dos interesses do cristianismo.<sup>59</sup>

As cruzadas parecem ter características comuns na aproximação da proposta de Urbano II à guerra santa. Como escreveu o historiador Jean Flori, uma batalha é sagrada se é feita pelo próprio Deus, ou os outros agentes relacionados à religião como os santos e anjos. Contudo, no plano terreno o mais próximo que se pode chegar disto é o líder da religião, que no caso da Igreja bizantina era o próprio imperador e na Igreja cristã ocidental era o papa. Assim uma proposta feita pelo pontífice, propondo a expedição e seu objetivo bélico como sagrado por estar defendendo a fé e atacando aqueles que são contra ela, fazia daquela jornada uma guerra santa.<sup>60</sup> Não é por acaso que as palavras de ordem das cruzadas, gritadas pelos presentes no concílio de Clermont – Ferrand e várias

---

<sup>58</sup> RIVEROS, José Marín. *Cruzada, Guerra Santa y Jihad*. La Edad Media y nosotros. Valparaíso, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, 2003, p. 94.

<sup>59</sup> DENNIS, George. “Defenders of the Christian People: Holy War in Byzantium”. In: LAIOU, Angelika E. & MOTTAHEDEH, Roy P. (org.) *The Crusades from the perspective of Byzantium and the Muslim World*. Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington, Estados Unidos, 2001, p.35.

<sup>60</sup> FLORI, *Op. Cit.* p. 263.

vezes repetidas nas batalhas que se sucederam nos séculos seguintes é “*Deus lo volt*”, ou seja, Deus quer, deseja.<sup>61</sup>

Como uma expedição de cunho bélico, mas que suscitava aos participantes seus sentimentos religiosos, a proposta de Urbano II se localizava no confuso terreno da violência e do derramamento de sangue na vida de um cristão. Como cita em seu trabalho o historiador Steven Runciman, “o cidadão cristão tem um problema fundamental a solucionar: terá ele o direito de lutar por seu país?”.<sup>62</sup> A questão da guerra foi durante o século XI um dilema de opiniões divergentes no espaço da cristandade. Apesar do convívio com as batalhas e os embates, mesmo entre os irmãos de fé, o ideal para muitos ainda era a imagem do puro e do pacífico.<sup>63</sup> Afinal, a importância desta paz se estabelece em conjunto à necessidade de certas virtudes, comportamentos e intenções no imaginário do bom cristão. Decididamente a violência, a raiva, a sede de sangue não possuem espaço neste retrato perfeito.

Uma das alternativas encontradas pelo clero foi a oficialização das batalhas em certo momento e sua proibição em outros no início do século XI. Assim nasceu a chamada *Trégua de Deus*, uma espécie de regularização da guerra dentro da cristandade. Nela os sábados e domingos deveriam ser dias de paz, da mesma forma que os dias dos santos principais e a semana santa. As autoridades eclesiásticas também buscaram fazer com que as localidades próximas a igrejas, mosteiros e abadias fossem guardadas das batalhas e da violência, a chamada *Paz de Deus*. Porém, esta preocupação não significou o respeito absoluto, que batalhas não tivessem sido travadas em contextos interditos. O historiador Georges Duby eternizou um grande exemplo, um combate de proporções continentais em seu livro *Domingo de Bouvines*. Ali analisou entre outras coisas como um dos conflitos bélicos mais célebres da história da região da França envolvendo seu rei, o imperador germânico e outras lideranças da nobreza, todos abençoados pelas autoridades eclesiásticas de seus reinos, pode ter ocorrido justamente no dia santo.<sup>64</sup>

O próprio Urbano II em seu discurso durante o concílio, antes de apresentar a sua ideia principal, cita e ressalta a importância de ambas as instâncias de controle da violência para a sociedade:

---

<sup>61</sup> TYERMAN, Christopher. *God's War. A new History of the Crusades*. Penguin Books, 2006. Kindle Version, cap. 2, s/n.

<sup>62</sup> RUNCIMAN, Steven. *Op. Cit.* p. 83.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>64</sup> *Idem*, p. 87.

“Qualquer um que tenha apreendido um bispo, que seja ele amaldiçoado, qualquer um que tenha apreendido monges ou padres ou freiras, e seus servos, ou peregrinos e comerciantes, e os despojaram, que seja amaldiçoado”.<sup>65</sup>

Neste trecho Foucher de Chartres defende a *Paz de Deus* e a proteção ao clero e as terras da Igreja. Junto a isso vemos a menção a monastérios, conventos e também aos peregrinos e mercadores, lembrando dos caminhos de peregrinação e aqueles que vivem e colaboram com as estradas, os hospitais e hospedarias. Pouco depois ele cita também a *Trégua de Deus*:

“Por isso, a trégua comumente assim chamada, que foi há muito tempo estabelecida pelos santos pais, deve ser renovada. Eu seriamente admoesto cada um de vocês para estritamente aplica-la em sua própria diocese. Mas se qualquer um, marcado pela ganância ou pelo orgulho, voluntariamente infringir esta trégua, que receba anátema em virtude da autoridade de Deus e pela sanção dos decretos deste concílio”.<sup>66</sup>

Pois bem, estas duas criações se relacionam à questão estabelecida do local que a guerra tinha na cristandade, em quais batalhas esses cristãos deveriam lutar e quando a paz deveria ser quebrada. Contudo, nem mesmo as duas criações citadas foram respeitadas na prática, ou mesmo houve o fim das escaramuças dentro do medievo cristão. Como explica o historiador Christopher Tyerman, tanto a *Paz de Deus* quanto a *Trégua* “estabeleceram se não um modelo a ser seguido pela sociedade laica, um padrão para o clero que influenciou diretamente na convocação da primeira cruzada”.<sup>67</sup> Assim, entre outros motivos para a elaboração da ideia de cruzada está a necessidade de retirar as batalhas de dentro do território cristão, de canalizar esta violência em um objetivo caro ao papado, a expansão da cristandade e o conflito contra os “infiéis”.<sup>68</sup> Como aponta e literalmente convoca o papa em seu discurso a todos aqueles que praticavam a guerra em outros objetivos:

“Que aqueles que há muito tem sido ladrões, agora sejam soldados de Cristo. Que aqueles que uma vez lutara contra seus irmãos e familiares agora legitimamente lute contra os bárbaros. Que aqueles que tem sido contratados por algumas peças de prata agora atinjam

---

<sup>65</sup> Fulcher de Chartres. *Op. Cit.*, I, iii, p. 64. Traduzido livremente pelo autor do original: “Whoever shall have seized a Bishop, let him be accursed. Whoever shall have seized monks or priests or nuns, and their servants, or pilgrims or traders, and despoiled them, let him be accursed”.

<sup>66</sup> Fulcher de Chartres. *Op. Cit.*, I, iii, p. 65. Traduzido livremente pelo autor do original: “Wherefore the truce commonly so-called, which was long ago established by the holy fathers, should be renewed. I earnestly admonish each of you to strictly enforce it in your own diocese. But if anyone, smitten by greed or pride, willingly infringes this truce, let him be anathema by virtue of the authority of God and by sanction of the decrees of this council.”

<sup>67</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, capítulo 2.

<sup>68</sup> FERNANDES, *Op. Cit.* p. 108.

a recompensa eterna. Que aqueles que tem se cansado em detrimento de seu corpo e alma agora trabalhem por uma dupla glória.”<sup>69</sup>

Temos aqui claramente a intenção de promover o desvio dos *milites* para fora da latinidade levando os combates consigo, esvaziar a cristandade de conflitos internos, grandiosos ou não, na mesma proporção que promove a guerra mais correta, a *guerra santa*. Sendo que neste caso estará correspondendo aos desejos da autoridade papal e ficando sob sua autoridade direta, uma vez que é ele o enunciador da ideia, representando o próprio Deus, e líder maior da expedição. A formação de um grande exército de homens e mulheres destinados a realizar o desejo divino apresentado pelo papa configura a ideia de guerra santa e criava o que pelos cronistas da época foi chamado de *militia Dei*, ou seja, o exército de Deus.<sup>70</sup> O símbolo destes guerreiros era a cruz costurada a roupa e suas batalhas estavam certificadas e aceitas pela fé.<sup>71</sup>

Dessa forma, a pertinência e a objetivação dessa atividade bélica também se tornam importantes na convocação da *cruzada*. No mesmo local que está situada a vontade de se fazer uma guerra em prol do ser cristão está a necessidade de um motivo válido para essas batalhas, e dentro desta ideia, a luta pelos locais sagrados tem posição privilegiada. Esse motivo válido era a busca da chamada guerra justa. Relacionada à ideia de guerra santa, também é uma forma de entendermos as expedições ao oriente.

Pois bem, os chamados justos motivos para um cristão guerrear estavam relacionados também à religião. O historiador José Marín Riveros, citando Santo Agostinho, propõe que: “las causas justas que se pueden reconocer son tres: defensa de la patria y de las leyes, recuperación de bienes arrebatados injustamente, y de reparación

---

<sup>69</sup> Fulcher de Chartres. *Op. Cit.*, I, iii, p.67. Traduzido livremente pelo autor do original: “Let those who have long been robbers now be soldiers of Christ. Let those who once fought against brothers and relatives now rightfully fight against barbarians. Let those who have been hirelings for a few pieces of silver now attain an eternal reward. Let those who have been exhausting themselves to the detriment of body and soul now labor for a double glory.”

<sup>70</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, capítulo 2.

<sup>71</sup> As ideias até aquele momento teóricas, dispostas no discurso de convocação do Concílio de Clermont - Ferrand contribuíram posteriormente também a para a prática da expedição. Esses pontos, e a propriamente dita convocação e certificação papal, são centrais para a constituição do conceito de cruzada tanto para tradicionalistas quanto para pluralistas. Além disso, as palavras de Urbano II relacionadas diretamente a primeira expedição, tem centralidade para todas as outras expedições e a construção do conceito como um todo. Além destes aspectos, a importância que acreditamos ter a espiritualidade e o sentimento de cruzada presentes em outras jornadas nos séculos seguintes, inclusive direcionadas para outros alvos além da Terra Santa, nos posicionam entre os pluralistas. Percebemos a aplicação do conceito de cruzada como um conceito mais abrangente que apenas o uso nas expedições para o Oriente, consideradas clássicas. Porém, mesmo assim a estrutura apresentada por Urbano II em sua convocação em 1096 é importante para a compreensão das expedições, mesmo aquelas mais distantes das suas características centrais.

de las injurias”.<sup>72</sup> Dentro do discurso de Urbano II, podemos reconhecer estes motivos, como por exemplo, no trecho já citado, o papa deixa muito claro que a expedição deve ocorrer como uma resposta à invasão e à dominação dos muçulmanos nas cidades santas, pois as relações geopolíticas dos bizantinos com as autoridades muçulmanas foram lentamente construídas ao longo de séculos de convivência e melhor conhecimento entre si, embora não harmônicas ou sempre pacíficas, desde o início da expansão islâmica.

Com a proximidade da virada do milênio, e em boa parte do século XI, os imperadores de Constantinopla mantiveram certa estabilidade com as autoridades do califado fatímida do Egito, mesmo que com eventuais escaramuças, trocas de poder na fronteira da Síria e acordos e tréguas.<sup>73</sup> A mudança na diplomacia e política da região e estopim para a visão ocidental de necessidade de uma resposta contra as forças muçulmanas vieram na segunda metade do século após uma grande mudança de poderes no Islã. Como já vimos, os turcos seljúcidas se tornaram uma força crescente, rivalizando, inclusive, com o próprio califado e trazendo uma nova instabilidade a todo o Oriente Médio.

Contudo, esta argumentação em prol da necessidade de um conflito militar como resposta a uma invasão só se relaciona ao conceito de guerra justa se pensarmos que aquele território havia sido séculos antes parte do Império Bizantino e antes disso romano. Portanto, “originalmente” tendo pertencido aos cristãos. A legitimidade de posse de um território, mesmo que isso se refira a séculos no passado, é fundamental no conceito de guerra justa. Vimos que a referência à invasão dos turcos na Cidade Santa serviu como um fato recente e motivador da convocação, porém a necessidade de retomar os locais sagrados para os cristãos está relacionada ao muito mais antigo, quando a Palestina ainda era uma província bizantina. Dessa forma, o combate é justo porque se baseia como um resposta legítima, uma tentativa de restaurar as terras que já haviam sido cristãs anteriormente, em outras palavras se defender, ou contra-atacar de uma agressão anterior.

Além disso, devemos notar que esta legitimidade advém não apenas na posse temporal do território, mas também dos valores espirituais. A existência de locais santos para os cristãos, como por exemplo a Igreja do Santo Sepulcro, e toda a história bíblica

---

<sup>72</sup> RIVEROS, José Marín. La cruzada como guerra justa. In: *Intus-Legere* n°.5, 2002, págs. 131 – 150, p. 134.

<sup>73</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.* p. 62.

relacionada ao surgimento do cristianismo, criam um argumento a mais que justifique o desejo dos latinos em reclamar o direito à posse daquela terra.

Em seu discurso, Urbano II argumenta que além de invadirem e deturparem as leis, os turcos não respeitavam a fé e subvertiam cidades e locais santos cristãos, diversos relatos propõem a destruição de locais consagrados, dando muito destaque ao desgaste infligido à Igreja do Santo Sepulcro, que sob o comando dos turcos era ocupada por cachorros e utilizada de forma marginal.<sup>74</sup> Devemos pontuar também as injúrias, ou os terrores impostos aos cristãos e relatados pelo pontífice, propondo que, além dos peregrinos serem proibidos de entrar em Jerusalém, também temiam o perigo de serem atacados ou roubados no caminho. Por fim, os cristãos nativos eram pressionados a pagar altas taxas e até o pior, a visão dos seljúcidas como assassinos, estupradores e negociadores de pessoas.<sup>75</sup>

Uma última característica do movimento de cruzada nos ajuda a relacionar os dois conceitos diferentes, mas intrínsecos à proposta de Urbano II. O que por muito tempo na historiografia foi o ponto mais característico do pensamento cruzadístico, a remissão dos pecados. Citando outro trecho do discurso, trecho da crônica de Foucher de Chartres:

“Eu falo para os presentes; eu proclamo para aqueles que estão ausentes; além disso, Cristo é quem comanda a isso. Para todos aqueles que forem para lá haverá remissão dos pecados, se eles chegarem ao fim desta pesadosa vida enquanto estiverem tanto marchando por terra, quanto cruzando por mar, ou lutando contra os pagãos. Isso eu garanto a todos que forem através do poder investido a mim por Deus”.<sup>76</sup>

Aqui ele apresenta a ideia de que qualquer cristão que aderisse à expedição e fosse para a Terra Santa atendendo ao chamado do pontífice seria perdoado pelos pecados cometidos até aquele momento, mesmo que por algum motivo pudessem vir a falecer ainda no caminho ou com espadas em punho na luta contra o inimigo. Esta remissão dos pecados estava diretamente relacionada a uma ideia de penitência, do caminho para Jerusalém (apesar do dever bélico e violento de expulsão e vitória sobre os turcos) ser um momento de sacrifício e reflexão para o cristão. Aqui o papa assume o lugar de Cristo provendo a seus fiéis não apenas o perdão de seus pecados, mas proporcionando

---

<sup>74</sup> RIVEROS, *Op. Cit.* p. 137.

<sup>75</sup> *Idem*, p.137.

<sup>76</sup> Fulcher de Chartres. *Op. Cit.*, I, iv, p. 66. Traduzido livremente pelo autor do original: “I address those present; I proclaim it to those absent; moreover Christ commands it. For all those going thither there will be remission of sins if they came to the end of this fettered life while either marching by land or crossing by sea, or in fighting the pagans. This I grant to all who go, through the power invested in me by God.”

um lugar ao lado dos salvos, dando a indulgência de toda uma vida para aqueles que atendessem à sua convocação.

Esse raciocínio de penitência, sacrifício físico e perdão sacramental aproximou a experiência de cruzada à peregrinação. Já que a jornada para a Terra Santa envolvia o desapego da vida familiar, o afastamento da realidade cotidiana e o enfrentamento da possibilidade de não existir um retorno, muitos participantes se viram como *peregrinii*, participando de uma expedição santa. Até mesmo o estandarte da cruz, que deveria ser costurado nas roupas para identificar os participantes da expedição foi associado a peregrinações. Estas sempre envolviam símbolos especiais e que os identificavam, como a concha de Santiago de Compostela, por exemplo. Dificilmente o interesse de Urbano II fosse associar estas duas coisas tão fortemente, já que o objetivo bélico estava tão demarcado em sua convocação.<sup>77</sup> Porém, além de guerra santa, os cronistas que narraram a expedição após o seu sucesso viram em todas estas características apresentadas na época, uma relação direta com o do papel do peregrino.<sup>78</sup>

Assim, podemos adicionar à conceituação de cruzada como guerra santa a remissão dos pecados dos participantes pelo pontífice da Igreja cristã ocidental, mas principalmente pelo cruzamento que isso criava com o exercício da peregrinação, possibilitando assim também o caráter de sacramento. A imagem do possível martírio argumentava também em favor do outro conceito mostrado, guerra justa. Afinal, o envio de peregrinos em suas jornadas, por muito tempo foi utilizado como a consequência de ações ruins e pecados gerais, uma penitência após ofensas à fé.

Portanto, o caráter amplo da jornada para a recuperação de Jerusalém convocada por Urbano II, posteriormente chamada de primeira cruzada, nos possibilita criar um amplo quadro de elementos dessa expedição. Sua caracterização como uma guerra santa com argumentos muito claros da necessidade para a defesa da cristandade e ao mesmo tempo dos cristãos orientais e dos lugares mais santos da religião. As bases deste conceito, a necessidade da convocação por um representante direto do transcendente, líder da religião, o objetivo que envolve a conquista de um local sagrado, a defesa e manutenção da fé ou a conversão e por último a recompensa sagrada, o perdão e o caminho para o paraíso, todas estas características estão presentes na expedição.

Vemos também uma guerra justa que, no âmbito da religiosidade de princípio pacífico que era o cristianismo, tinha bases fortes justificando o derramamento de sangue e a proposta violenta de conflito nas fronteiras da cristandade. Nesse caso, a

---

<sup>77</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, capítulo 2.

<sup>78</sup> RIVEROS, *Op. Cit.* p. 283.



defesa de suas terras e o combate em função da reconquista de um território com legitimidade anterior, além da realização por um objetivo coletivo e nobre, ao invés de guerras particulares e políticas.

Contudo, vemos a cruzada também como algo que contém pontos claros dos dois conceitos anteriores, mas que diferente deles apresenta algo próprio e a mais. E provavelmente seus laços com o contexto da medievalidade do séc. XI, as intenções pontifícias de afirmação de um projeto estrutural para a Igreja e principalmente o ineditismo da expedição nestes moldes específicos, fazem da cruzada uma ideia além da guerra santa e da guerra justa. O que podemos explicar além dos fatores políticos, materiais e militares, com uma forte motivação e intensidade religiosa dos seus participantes e componentes. Sem a ideologia por trás da expedição, sem o êxtase espiritual que os símbolos de salvação que a Terra Santa e a cidade de Jerusalém exerciam na sociedade medieval não seria possível pôr a grande quantidade de pessoas para marchar milhares de quilômetros e muito menos ser vitoriosa em seus objetivos, como a expedição foi em 1099. Este valor que a ideia de cruzada tinha dentro da fé cristã latina no século XI e XII explica em parte a identificação feita por vários cronistas da ideia de Urbano II com a prática da peregrinação. Afinal, não seria por acaso que nosso cronista, Foucher de Chartres, tenha usado em boa parte de seu trabalho a referência a ele e os outros que assumiram o compromisso santo da jornada como peregrinos, ou seja, uma caminhada com propósitos sagrados.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, cap. 3.

## 1.2. A primeira expedição: vozes e reverberações.

O estudo da primeira expedição para a Terra Santa, convocada por Urbano II deve sempre ser feito por diversos pontos de vista, por diversas fontes e relatos. Afinal, como já vimos, os impactos do Concílio de Clermont - Ferrand foram sentidos em várias sociedades, dentro e fora da cristandade. Basicamente podemos apontar além dos homens e mulheres que abraçaram a cruz, o mundo oriental que foi afetado pela chegada de tantas pessoas. O Império Bizantino inclusive teve sua história marcada pela chegada dos líderes cruzados em 1097 e principalmente com a necessidade de lidar com a flutuante ligação ora amistosa, ora agressiva que tinham com os cristãos latinos. As forças islâmicas se demonstraram mais diferentes entre si do que os ocidentais poderiam supor e precisaram superar essas fronteiras e se unir sob um líder comum para poder realmente mostrar a sua força. Por fim, aqueles que o historiador Steven Runciman aponta como “as maiores vítimas”<sup>80</sup>, os cristãos orientais, sejam armênios, jacobitas, sírios nestorianos, coptas ou ortodoxos da Palestina, ficaram no confuso território de estar, a princípio, sob a proteção de nenhum dos grandes poderes ao longo dos conflitos.

Dessa forma, qualquer que seja o episódio específico da duração da expedição, como a convocação, a chegada a Constantinopla, a relação confusa com o imperador de lealdade ou não, as primeiras conquistas em Niceia e Antioquia, os diferentes interesses e opiniões de cada nobre líder do movimento, é possível encontrarmos com certo esforço, relatos que nos mostram visões diversas.

Existem motivos para o trabalho de Foucher de Chartres ser central em meio a outras fontes latinas, um deles é o fato de não se limitar apenas à expedição, mantendo-se na Cidade Santa e cobrindo a História posterior da fundação do Reino de Jerusalém sob o mandato de Balduíno I (1110 – 1118), de quem se tornou capelão. Ali ele pôde organizar sua obra com tempo e estrutura para fazê-la confiável em sua cronologia e pesquisa.<sup>81</sup> No que se refere à expedição franca, nosso autor narra o concílio como um dos poucos que esteve realmente presente e os percalços da viagem como uma real testemunha participante.<sup>82</sup>

A crônica de Foucher não é a única fonte latina da expedição, mesmo sendo o nosso objeto de estudo principal, dentro do próprio relato se fazem presentes,

---

<sup>80</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.* p. xi.

<sup>81</sup> PETERS, Edward. *The First Crusade. The Chronicle of Fulcher of Chartres and other source materials.* 2ª ed., University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1998, p. 47.

<sup>82</sup> FINK, Harold S. *A History of the Expedition to Jerusalem, 1095 - 1127. (Org.)*. Introduction, W.W. Norton & Company, Knoxville, 1972, p. 25.

referências a escritos de outros autores, como é da natureza das narrativas medievais desse gênero, ou seja, leituras que foram necessárias para o cronista, como fontes para os momentos em que ele não esteve presente. Ora, apesar de participar desde a convocação e seguir até Constantinopla, após a conquista de Niceia uma parte das forças cristãs se desviou para Edessa, cidade a leste, fora do caminho para a Terra Santa. Foucher seguiu com a proteção, agindo como capelão de Balduíno de Bolonha. Lá o clérigo ficou até a conquista de Jerusalém, quando viajou para a Cidade Santa para fazer a sua peregrinação, ou seja, não testemunhou episódios como o cerco à Antioquia, a desavença entre os emires seljúcidas, a vontade de Boemundo de Taranto de tomar o controle da cidade contra os direitos prometidos ao *basileu* e até a marcha para Jerusalém, seu cerco e posterior conquista.<sup>83</sup>

Apesar de ser testemunha de alguns acontecimentos em Edessa, de que poderia produzir relatos detalhados, ou explicações claras, já que era o único dos cronistas da expedição que esteve lá, é evidente a preferência pelos fatos que envolvem o corpo principal das forças francas. Assim, mesmo não estando presente, nosso cronista dispõe boa parte do livro I para descrever esses acontecimentos e sua visão deles, se utilizando intensamente de outras fontes escritas. Foucher produz explicações pessoais, o que demonstra utilização de diversas informações, provavelmente relatos de testemunhas e suas opiniões sobre elas.<sup>84</sup>

Assim, com importância similar à da Crônica de Foucher, há outras fontes latinas que nos trazem outros pontos de vista como a *Gesta francorum et aliorum Hierosolymitanorum* um relato anônimo de alguém que acompanhou a primeira expedição junto dos normandos e depois seguiu com as forças francas para Jerusalém.<sup>85</sup> Por todo o relato, o nobre é protegido, exaltado e colocado como protagonista entre os líderes da expedição. Percebe-se uma visão muito positiva de Boemundo na *Gesta*, enquanto a maior parte das outras fontes o coloca como um homem ambicioso e irascível.<sup>86</sup> Foi através do normando que este relato se tornou um dos de maior circulação na Europa Ocidental. Nas regiões francas, norte da Península Itálica, a *Gesta* chegou com rapidez e se espalhou por iniciativa de Boemundo que, quando retornou da Terra Santa, buscando apoio e novos homens para formar outro exército no início do século XII, usou a *Gesta* como sua versão dos acontecimentos.<sup>87</sup> Por esse motivo, o

---

<sup>83</sup> FINK, *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>84</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>85</sup> PETERS, *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>86</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 329.

<sup>87</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 330.

trabalho anônimo foi o mais reescrito e alterado nos anos seguintes à conquista de Jerusalém, sendo utilizado por muitos autores como base para a escrita de uma História com opiniões próprias.

Outro relato muito utilizado por Foucher é a *Historia Francorum que ceperunt Iherusalem* de autoria de Raymond d'Aguilers, capelão do Conde de Toulouse mais conhecido como Raymond Saint-Gilles.<sup>88</sup> A *Historia* de Aguilers ganha importância em seus relatos principalmente a partir da conquista de Antioquia e a jornada ao sul em direção à Cidade Santa, tornando-se autoridade na narrativa dos acontecimentos, já que nem Foucher, nem o autor da *Gesta* estavam testemunhando o que ocorria com a força principal do exército franco naqueles momentos. Apesar de Raymond estar sob a proteção de Saint-Gilles, ele não defende o nobre de forma quase absoluta como o escritor anônimo faz com Boemundo. Por vezes dispõe suas opiniões, indo contra a relação amigável que seu protetor costurou com os bizantinos, já que Raymond por quase toda a expedição foi um dos líderes em quem o imperador Aleixo tinha confiança mais forte.<sup>89</sup>

Além desses dois trabalhos, podemos citar a existência de outras histórias, crônicas e outras narrativas sobre a primeira cruzada como a *Historia Hierosolymitana* de Robert de Reims, um monge que escreveu sua crônica a partir da *Gesta* e não participou da expedição, mas possivelmente esteve presente no concílio.<sup>90</sup> O trabalho de Guibert de Nogent, a *Historia quae dicitur Gesta Dei per Francos*, baseada na *Gesta*, mas com referências à crônica de Foucher e outros documentos. O abade de Nogent foi uma figura ilustre no início do século por diversos trabalhos intelectuais e de história em geral, criando também o seu ponto de vista sobre os acontecimentos da primeira expedição para a Terra Santa.<sup>91</sup> Por fim, uma fonte importante do período foi a crônica de Albert de Aix (ou Aachen), escrita posteriormente e sem testemunhos do autor, pois ele provavelmente não presenciou o concílio nem participou da expedição ao Oriente. Torna-se importante, pois proporciona a leitura de outros pontos de vista que não dos três principais já citados. Suas fontes foram possíveis relatos de sobreviventes, soldados e peregrinos que testemunharam os diversos momentos e relatos escritos que não sobreviveram aos dias atuais.<sup>92</sup> Porém, seus escritos estão também recheados de passagens fantásticas, por vezes até de origens mitológicas e acontecimentos que não

---

<sup>88</sup> PETERS, *Op. Cit.*, p. 157.

<sup>89</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 328.

<sup>90</sup> PETERS, *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>92</sup> PETERS, *Op. Cit.*, p. 103.

constam em nenhuma outra fonte, o que inspira desconfiança.<sup>93</sup> Podemos encontrar ainda outros autores e escritos, pois de forma geral a grande maioria das crônicas feitas dentro da cristandade nos primeiros anos do século XII acaba por citar as notícias da então vitoriosa jornada ao Oriente e a gloriosa conquista de Jerusalém, mas utilizam como fonte de inspiração e informação os trabalhos já citados.

O que faz estas diferentes fontes históricas do período e principalmente os relatos daqueles que não foram para o oriente (e que utilizaram massivamente os três primeiros documentos) tão ricos para a pesquisa é, além das divergências em ponto de vista e ênfase, a possibilidade que cada um ter ouvido um boato, ter encontrado um sobrevivente, ter tido contato com alguma correspondência perdida de forma única. O trânsito de informações e relatos pessoais da multidão que participou da expedição, das viagens, dos cercos, das batalhas foi enorme e eliminar uma fonte ou outra de um estudo geral sobre o tema, por possível repetição de informações e relatos, é também a possibilidade de eliminar a existência dessas pessoas nas fontes medievais. Quando o relato de Foucher apresenta informações sobre o período que ele não estava presente, que não estão nem na *Gesta*, nem na História de Raymond, podemos acreditar que esses dados foram encontrados em algum outro documento, foram criados a partir da opinião do autor, mas também da possibilidade de ele ter ouvido sobreviventes.

Se os pontos de vista de testemunhas latinas, participantes ou não da expedição, já podem ser muito divergentes, de acordo com suas opiniões, afiliação e proteção de cada nobre ou até fontes de relatos e informações, podemos considerar que a diferença é ainda maior se tratamos de origens étnicas, religiosas e culturais. Para formar um retrato cada vez mais próximo da utópica completude historiográfica precisamos buscar as outras partes envolvidas no contexto cruzadístico. Tanto os bizantinos tiveram suas próprias maneiras de ver a expedição sagrada dos latinos, como os muçulmanos também, que presenciaram suas terras serem invadidas, atacadas e conquistadas de forma rápida, voraz e assustadora.

As diferenças estão logo de início no recorte histórico coberto, afinal, se os latinos viram o nascimento da expedição e da ideia de cruzada no Concílio de Clermont, as fontes islâmicas iniciam suas descrições pela chegada, pelos primeiros cercos e pelas notícias das primeiras conquistas no norte das terras seljúcidas. Da mesma forma, o lado da batalha se demonstra pelos termos usados, se os francos querem a conquista, querem

---

<sup>93</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 331.

cumprir um dever sagrado; o mundo islâmico vê uma invasão e busca a defesa de suas terras e seu modo de vida.

Por conta da invasão franca ter sido uma grande surpresa para todo o mundo islâmico, as fontes do período que cobrem esta primeira expedição são poucas. Utilizadas por muitos historiadores temos dois cronistas que relataram com detalhes os acontecimentos ligados a suas regiões específicas.

Tendo vivido na cidade de Damasco e escrito uma crônica da história de sua cidade, Ibn al-Qalanissi (1073 – 1160) em sua obra *Zayl tarikh Dimachq* descreve fatos relacionados à invasão, aos cercos e conquistas de várias cidades da Síria e da Palestina que eram de domínio seljúcida.<sup>94</sup> Além de ser uma fonte muito respeitada como consulta à complicada organização política do território turco no final do século XI com as relações de descendência e controle sobre as diversas tribos e cidades antes controladas pelo sultão. Além disso, o desentendimento entre os emires turcos durante o cerco de Antioquia que teve papel central no sucesso da expedição e dentro dessas questões o papel do atabegue de Damasco.<sup>95</sup> Outro cronista, Ibn al-Athir (1160 – 1223) de Mosul, escreveu a sua *Al-Kamel fit-Tarikh* sobre a história de sua cidade e das posses turcas no final do século XII.<sup>96</sup> Mesmo não tendo sido contemporâneo da primeira cruzada, trabalhou com uma extensa quantidade de fontes construindo um relato de grande autoridade.<sup>97</sup>

É a *Alexíada* a mais importante fonte bizantina sobre a primeira cruzada. Foi escrita pela princesa Anna Comneno, filha do *basileu* Aleixo I Comneno. Na prática, a obra faz uma História do governo de seu pai, tendo o imperador como protagonista e procurando sempre ver o seu lado forte, justo e até heroico.<sup>98</sup> A redação foi realizada nas décadas de 1130 e 40, ou seja, no final da vida de Anna, como se utilizasse de suas memórias para tentar construir uma biografia de Aleixo. Assim, além das lembranças de seus tempos de criança e jovem, a autora deve ter consultado documentos do arquivo imperial e possíveis testemunhos de sobreviventes, como membros do exército e da equipe política e diplomática do Império.<sup>99</sup>

A leitura de todas estas fontes, além da crônica de Foucher, oferece diferentes reverberações das palavras de Urbano II, ao convocar aquela que ele acreditava ser sua

---

<sup>94</sup> MAALOUF, *Op. Cit.*, p. 247.

<sup>95</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 334.

<sup>96</sup> MAALOUF, *Op. Cit.*, p. 247.

<sup>97</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 334.

<sup>98</sup> *Idem*, p. 327.

<sup>99</sup> PETERS, *Op. Cit.*, p. 143.

ideia mais gloriosa. Mais que a ideia, as consequências das ações de todos os outros que aceitaram a proposta pontifícia como objetivo de vida e seguiram em direção a Terra Santa acreditando ter toda a razão e a benção divina necessária para modificar para sempre as sociedades do Oriente próximo.

Logo após o Concílio de Clermont, uma das respostas mais características à convocação pontifícia foi a chamada expedição de Pedro, o ermitão, ou como alguns historiadores também a denominam, a cruzada dos pobres. Os planos do papa eram que fosse organizada a saída para o Oriente a partir de agosto de 1096, com a liderança de altos nobres que trouxessem seus vassalos e organizassem as pessoas de suas terras. De certa forma a peregrinação deveria reproduzir a organização social medieval da cristandade, ou seja, era necessária a presença de líderes advindos da nobreza e do clero, afinal o movimento tinha caráter bélico e sagrado simultaneamente.

Pois em março, apenas cinco meses após a convocação, multidões de diversas regiões se reuniram, rumando à Hungria e Bizâncio. Entre eles nobres, guerreiros, mas sua maioria era de “pessoas pobres” ou comuns, como nomeiam as fontes. Sem lideranças de peso da sociedade, este grupo marchou em direção ao Oriente com a vontade de reconquistar a Terra Santa.<sup>100</sup> Entre eles, muitos relatos destacam a figura de um homem chamado Pedro, que atuou como incentivador daquele movimento popular de resposta à convocação de Urbano II:

“Assim, enquanto os príncipes, que sentiam a necessidade de muitos gastos e grandes serviços de seus criados, faziam suas preparações lentamente e cuidadosamente; as pessoas comuns que tinham pouca propriedade, mas eram muito numerosos, se juntaram a um certo Pedro, o Ermitão e lhe obedeceram como um mestre (...).”<sup>101</sup>

Neste trecho Guibert de Nogent destaca a característica popular da expedição e o papel de Pedro como um líder. Por muito tempo, para a historiografia, ele foi uma espécie de epítome do sentimento de cruzada na população comum da cristandade. Os relatos o viam como uma pessoa de grande carisma que reuniu aqueles primeiros grupos, para Runciman inclusive ele é um dos protagonistas da primeira expedição entre

---

<sup>100</sup> *Idem*, p. 103.

<sup>101</sup> Guibert de Nogent. *Historia quae dicitur Gesta Dei per Francos*. In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 103. Traduzido livremente pelo autor do original: “Therefore, while the princes, who felt the need of many expenses and good services from their attendants, made their preparations slowly and carefully; the common people who had little property, but were very numerous, joined a certain Peter the Hermit, and obeyed him as a master (...).”

os posteriores líderes nobres<sup>102</sup>. Podemos ponderar uma visão de grandiosidade e honra, uma vez que foi um dos poucos que sobreviveram a essa primeira tentativa de expedição armada, justamente porque não seguiu com ela prevendo os perigos da expedição desorganizada, mas não podemos negar os apontamentos de sua eloquência e seu papel central neste momento ainda embrionário:

“Havia um padre, chamado Pedro, anteriormente um ermitão. Ele nasceu na cidade de Amiens, que fica na parte ocidental do reino dos francos, e nomeado pregador em Berri, no mencionado reino. Em cada admoestação e sermão, com toda a persuasão que era capaz, ele pedia a saída da jornada o mais rápido possível. Em resposta a sua constante admoestação e chamada, bispos, abades, clérigos e monges saíram; em seguida, muitos nobres leigos e príncipes de diferentes reinos; depois, toda a gente comum, tanto os castos, como os pecadores, adúlteros, homicidas, ladrões, perdulários e salteadores; de fato, todo grupo profissional de Cristãos, também, mulheres e aqueles influenciados pelo espírito de penitência – todos entraram alegremente nessa expedição...”<sup>103</sup>

Pedro, o ermitão, foi o primeiro a chegar a Constantinopla e como líder de um grande grupo de latinos foi o primeiro a ser recebido pelo imperador Aleixo Comneno, algo que as lideranças da primeira cruzada também fizeram meses depois. Apesar de avisos dos bizantinos, a expedição dos “pobres” seguiu seu caminho do lado asiático do Bósforo em direção à Terra Santa. O fim desta jornada foi nos arredores da cidade de Niceia, então capital do sultanato seljúcida com uma fácil e arrasadora investida dos guerreiros turcos contra aqueles mal armados e desorganizados “soldados”. Como já dito, Pedro sobreviveu, pois foi um dos poucos que estavam no acampamento no momento do embate e fugiu em direção a Constantinopla. Foi mantido pelo imperador até a chegada dos grandes exércitos e seus líderes na virada do ano.

Um dos fundamentais pontos da cronologia da primeira cruzada é a passagem por Constantinopla e a relação dos nobres com o imperador, entremeado a isto a necessidade de se construir uma ligação clara com os “romanos”, o que não viria a suceder. A ideia de Urbano II era criar uma aliança com os bizantinos, ser uma salvação para os cristãos do Oriente como um todo, o que incluía os gregos ortodoxos. Porém,

---

<sup>102</sup> RUNCIMAN, Steven. *A História das Cruzadas, Volume II: O Reino de Jerusalém e o Oriente Franco 1100 - 1087*. Trad. Cristiana de Assis Serra. Imago Ed., Rio de Janeiro, 2002, p.15.

<sup>103</sup> Albert de Aix, *Liber Christianae Expeditionis pro Ereptione*. In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 104. Traduzido livremente pelo autor do original: “There was a priest, Peter by name, formerly a hermit. He was born in the city of Amiens, which is in the western part of the kingdom of the franks, and há was appointed preacher in Berri in the aforesaid kingdom. In every admonition and sermon, with all the persuasion of which he was capable, he urged setting out on the journey as soon as possible. In response to his constant admonition and call, bishops, abbots, clerics, and monks set out; next, most noble laymen, and princes of the different kingdoms; then, all the common people, the chaste as well as the sinful, adulterers, homicides, thieves, perjurers, and robbers; indeed, every class of the Christian profession, nay, also, women and those influenced by the spirit of penance – all joyfully entered upon this expedition...”



nem todos os latinos comungavam dessa ideia, já que para muitos o cristianismo se resumia a uma versão verdadeira e mal compreendida versus um amontoado de heresias a ser extirpadas. Por outro lado, ao fim de 1097, a conquista das terras orientais era ainda apenas uma possibilidade e os nobres latinos sabiam que seria muito complicado fazer isso sem a ajuda da estrutura e da força dos bizantinos.<sup>104</sup> Mais do que o caráter histórico, o respeito ao tamanho e a importância do império, as lideranças da primeira cruzada entendiam que era vital ter os gregos como aliados contra os turcos e não o contrário.

Contudo, isso não eliminou o estranhamento cultural, a falta de respeito com as práticas gregas de religião e poder e um vislumbre com a riqueza de Constantinopla. Da mesma forma, alguns dos nobres que ali chegaram, apesar de compreender a importância do título do imperador, não demonstravam a mesma subserviência e respeito que os bizantinos pela sua autoridade, o incômodo que isso causava fica claro nos relatos de Anna Comnena:

“Como dissemos antes, havia entre os Latinos homens como Boemundo e seus conselheiros, que buscavam obter o Império Romano para si mesmos, que vinham olhando para ele com avarice há muito tempo”.<sup>105</sup>

Ao longo do acontecimento da expedição e principalmente depois de seu fim, aquele que demonstrou mais desavença com Bizâncio foi Boemundo de Taranto, o normando que conquistou Antioquia e muito por isso teve diversos conflitos com o imperador. Mas a *Alexíada* fala dos outros líderes também:

“Além disso, um certo Hugo, irmão do Rei da França, (...) decidiu deixar a terra de seu pai e partir para o Santo Sepulcro. Quando tomou essa decisão, ele projetou o mais glorioso encontro e anunciou em cartas cheias de insolência para o Imperador: “Saiba, Ó Rei, que eu sou Rei dos Reis e superior a todos aqueles que estão sob o céu. Ser-lhe-á agora permitido cumprimentar em minha chegada e me receber com magnificência, como convém a minha nobreza”.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, I, p. 170.

<sup>105</sup> Anna Comnena, *Alexíada*. In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 159. Traduzido livremente pelo autor do original: “As we said above, there were among the Latins such men as Bohemund and his fellow counsellors, who, eager to obtain the Roman Empire for themselves, had been looking with avarice upon it for a long time.”

<sup>106</sup> Anna Comnena, *Op. Cit.*, In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 160. Traduzido livremente pelo autor do original: “Moreover, a certain Hugh, brother of the King of France, (...), decided to leave his fatherland, as if to set out for the Holy Sepulchre. Upon reaching this decision, he looked forward to a most glorious meeting and announced in letters full of swollen insolence to the Emperor: “know, O King, that I am king of kings, and superior to all who are under the sky. You are now permitted to greet me, on my arrival, and to receive me with magnificence, as befits my nobility”.

Aos poucos, todos os grandes nobres latinos da primeira cruzada chegaram a Constantinopla, foram recebidos por Aleixo Comneno e passaram ao outro lado do Bósforo, onde formaram um único exército para o início de sua jornada na Ásia. Foram eles, Hugo, o Conde de Vermandois, irmão mais novo do Rei Filipe I; Godofredo de Bulhão, Duque de Lorena e seu irmão Balduíno; Raimundo Saint-Gilles, Conde de Toulouse; Boemundo de Taranto, genro de Guilherme, o conquistador, normando da Península Itálica. Alguns meses depois chegaram, Roberto da Normandia, príncipe da Inglaterra, filho de Guilherme; Estevão, Conde de Blois e Roberto, Conde de Flandres. Poderíamos citar alguns outros nobres que acompanhavam estes já citados em seus séquitos e que ganharam importância com o desenrolar da jornada, como Tancredo, vassalo de Boemundo; Balduíno Le Bourg e Juscélino de Courtenay, ambos da região da Borgonha que acompanharam Godofredo. Além dos nobres outra liderança importante foi Adhemar, bispo de Le Puy, indicado por Urbano II como o Vicário Apostólico da expedição, ou seja, o representante pontifício na jornada, teoricamente o “verdadeiro” líder.

Voltando à relação dos latinos com os bizantinos, na prática, Aleixo Comneno sabendo da necessidade de certificar uma posição do Império quanto à marcha daqueles grandes exércitos cristãos rumo à Terra Santa, exigiu dos nobres que chegavam à sua capital algumas condições para passarem para o outro lado do Bósforo. Um juramento de lealdade, aos moldes ocidentais, fazendo de todos ali vassalos do *basileu*, a promessa de que qualquer cidade ou território reconquistado pelos latinos aos turcos (que antes tivesse sido propriedade bizantina) deveria ser reestabelecido e que eles teriam ajuda e proteção no combate aos turcos, mas não contra o califato fatímida, um antigo aliado dos romanos.<sup>107</sup>

Podemos dizer que a medida que as forças francas foram tendo sucesso, conquistando cidades e territórios das mãos dos turcos, o cenário foi mudando também na relação com os bizantinos. Por exemplo, a partir do momento em que Antioquia foi conquistada e legada às mãos dos normandos, mais especificamente de Boemundo, o juramento de devolver as antigas cidades bizantinas para o imperador foi esquecido e com o tempo fortemente combatido.

Pois bem, o combate com os turcos iniciou em Niceia, cidade muito próxima de Constantinopla e na época capital do sultão seljúcida Kilij Arslam, que tinha no ano anterior dizimado os seguidores da chamada “cruzada dos pobres”. Justamente o fato de

---

<sup>107</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, I, p. 170.

ter tido tanta facilidade em rechaçar a multidão desorganizada e carente de cavaleiros e verdadeiros guerreiros fez com que o sultão acabasse subestimando esses “novos” exércitos francos. De certa forma, ele foi pego de surpresa e antes mesmo de ter sua capital cercada e atacada, foge para Konya, mais ao sul, entregando Niceia aos latinos. A cidade foi devolvida aos bizantinos, como os nobres haviam jurado, e a marcha seguiu para o Sul.

As fontes islâmicas iniciam seus relatos sobre a chegada dos latinos a partir do momento que eles de fato interferiram nas sociedades turcas, ou seja, iniciaram os ataques com os cercos a Niceia e posteriormente Antioquia. Nas duas crônicas que relatam os acontecimentos da virada do século, os escritos de al-Athir e al-Qalanissi não trazem detalhes sobre o concílio ou algo da formulação da ideia e sim descrevem a invasão de exércitos latinos com o propósito da conquista, como podemos ver na rápida introdução de al-Qalanissi:

“Ano 490 depois da Hégira. Neste ano começaram a chegar uma sucessão de avisos que exércitos dos francos apareceram na direção do Mar de Constantinopla com forças que não podiam ser contadas menos do que uma infinidade. A medida que esses avisos foram se seguindo um a outro, e espalhados de boca em boca, as pessoas ficaram ansiosas e perturbadas”.<sup>108</sup>

Após a primeira vitória dos latinos em Nicéia, os relatos buscam descrever as ações das autoridades turcas tentando reagir e criar uma oposição àquela invasão estrangeira. Quanto aos latinos, uma parte do exército se dividiu, com Balduíno, irmão de Godofredo de Bulhão, levando suas forças e vassalos para o leste rumo à cidade de Edessa, com quem Foucher de Chartres segue. A parte maior vai em direção à cidade de Antioquia, um rico centro urbano, que até uma década antes era propriedade bizantina e ainda tinha a maior parte de sua população cristã, entre ortodoxos, sírios nestorianos e coptas. A riqueza da cidade, suas muralhas, igrejas e minaretes deslumbram os francos.<sup>109</sup>

Da mesma forma, a conquista da cidade era muito complicada, suas defesas quase inexpugnáveis e a possibilidade de se estocar mantimentos para mais de um ano

---

<sup>108</sup> Ibn al-Qalanissi. *Continuation of the chronicle of Damascus*. In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 231. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “A.H. 490. In this year began to arrive a succession of reports that the armies of the Franks had appeared from the direction of the sea of Constantinople with forces not to be reckoned for a multitude. As these reports followed one upon the other, and spread from mouth to mouth far and wide, the people grew anxious and disturbed in minds.”

<sup>109</sup> MAALOUF, *Op. Cit.*, p. 33.

tornavam o cerco longo e incerto, como o próprio Foucher, provavelmente citando a *Gesta*, certifica:

“Antioquia é uma grande cidade, bem fortificada e fortemente situada. Nunca poderia ser conquistada por inimigos de fora se os habitantes estivessem bem supridos de comida e estivessem determinados a defendê-la”.<sup>110</sup>

As forças latinas ficaram vários meses no cerco da cidade e descobriram da forma mais complicada como seria difícil a sua conquista, empregando a tática habitual latina de cerco e ataques periódicos com máquinas de guerra. Como algumas vezes aconteceu na jornada, a fome começou a reinar no acampamento franco, assim o moral foi diminuindo e as deserções se multiplicaram. Após todas as plantações que não haviam sido destruídas do lado de fora da cidade terem sido consumidas e as vilas cristãs ao redor saqueadas, as montarias, que também passavam fome, serviram de alimento, raízes mal crescidas e até couro eram da mesma forma mastigados. Aqui temos um trecho da *Gesta* sobre a fome e a falta de acordo entre os líderes francos que ocorreu por meses, destaca-se a importância dada pelo autor para Boemundo:

“Agora cereais e toda a comida começou a ser excessivamente cara antes do aniversário do Senhor. Nós não ousávamos ir para fora, nós não conseguíamos encontrar absolutamente nada para comer dentro das terras dos cristãos, e ninguém arriscava entrar nas terras dos Sarracenos sem um grande exército.(...) Eles concluíram no conselho que uma parte das nossas forças deveria sair diligentemente encontrar comida e proteger o exército em qualquer lugar (...). Ao fim, Boemundo disse: “Senhores, e mais distintos cavaleiros, se vocês desejam, e parece honroso para vocês, eu serei aquele que sairei junto com o Conde de Flandres nessa aventura”.<sup>111</sup>

De fato os dois nobres levaram forças em busca de alimentos dentro do território turco, nas montanhas e vilas do outro lado do Rio Jordão. Acabaram se encontrando com forças avançadas do atabegue de Damasco, chamado Dukak pelas fontes latinas. Ali perceberam que várias forças turcas vinham na direção de Antioquia para atacar os exércitos francos. Enquanto isso na cidade, o cerco chegava ao fim depois de nove

---

<sup>110</sup> Fulcher de Chartres. *Op. Cit.*, p. 92. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Antioch is certainly a very large city, well fortified and strongly situated. It could never be taken by enemies from without provided the inhabitants were supplied with food and were determined to defend it”.

<sup>111</sup> Anônimo, *Gesta Francorum et Aliorum Hierosolimitanorum*, In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 189 – 90. Traduzido livremente pelo autor do original: “Now grain and all food began to be excessively dear before the birthday of the Lord. We did not dare to go outside; we could find absolutely nothing to eat within the land of the Christians, and no one dared to enter the land of the Saracens without a great army.(...) They concluded in the council that one part of our force should go out diligently to collect food and to guard the army everywhere. (...) At length, Bohemund said “Seignors, and most distinguished knights, if you wish, and it seems honorable and good to you, I will be the one to go out with Count of Flanders on this quest.”

meses com a colaboração de um cidadão de dentro das muralhas que cuidava de uma das torres. Após um acordo com os nobres ele abriu uma pequena porta lateral durante a madrugada possibilitando a entrada de 500 cavaleiros. As fontes mostram este personagem de formas diferentes, o cronista islâmico o vê como um traidor que foi comprado pelos latinos:

“Depois do cerco ocorrer por um bom tempo os francos fizeram um acordo com um dos homens responsáveis pelas torres. Ele era um vendedor de couraças chamado Ruzbih, quem eles subornaram com uma fortuna em dinheiro e terras. Ele trabalhava na torre que ficava sobre o rio(...). Os francos selaram o pacto com o vendedor de couraças, Deus o amaldiçoe!”<sup>112</sup>

Já os relatos latinos colocam o vendedor de couraças como um antigo cristão convertido após a conquista da cidade pelos turcos treze anos antes. Por esse motivo, após o longo cerco ele teria resolvido ajudar os latinos a entrar nas muralhas. Foucher de Chartres vai mais além e não tendo presenciado o cerco, relata na sua crônica um pedido divino para que o sujeito liberasse a cidade. De forma poética, indica que por três vezes Deus ordenou ao homem abrir as portas para os latinos, Foucher inclusive relata um diálogo entre o vendedor de couraças e o emir sobre o sonho e uma resposta descrente de Yaghi Siyan aos avisos do Deus cristão através de sonhos:

“Nosso senhor apareceu para um turco predestinado por Sua Graça e disse a ele, ‘Levante, você que dorme! Eu ordeno que você retorne a cidade para os cristãos.’ Mesmo se questionando sobre isso o homem manteve a visão em segredo. (...). Imaginando o que ele deveria fazer, o homem foi a seu mestre, o príncipe de Antioquia e faz ele saber sobre o sonho. O outro respondeu, ‘Você quer, homem estúpido, obedecer um fantasma?’(...). Novamente o Senhor apareceu para ele, dizendo, ‘Por que você ainda não fez o que Eu lhe comandeí? Não é para você hesitar, pois Eu que comando sou o Senhor de tudo’. O turco não mais duvidando, discretamente fez um plano com nossos homens pelo qual eles deveriam obter a cidade.”<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> Ibn al-Qalanissi, *Op. Cit.* In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 230. Traduzido livremente pelo autor do original: “After the siege had been going on for a long time the Franks made a deal with one of the men who were responsible for the towers. He was cuirass-maker called Ruzbih, whom they bribed with a fortune in money and lands. He worked in the tower that stood over the river-bed, (...). The franks sealed their pact with the cuirass-maker, God damn him!”

<sup>113</sup> Fulcher de Chartres, *Op. Cit.*, p. 98. Traduzido livremente pelo autor do original: “Our Lord appeared to a certain Turk predestined by His grace and said to him, ‘Arise, you who sleep! I command you to return the city to the Christians’. Although wondering about it the man kept the vision a secret. (...). Wondering therefore what he should do the man went to his master, the prince of Antioch, and made know the vision to him. The latter replied, ‘Do you wish, stupid man, to obey a ghost?’ (...). Again the Lord appeared unto him, saying, ‘Why have you not done what I have commanded? It is not for you to hesitate, for I who command this am the Lord of all’. The Turk no longer doubting discreetly made a plot with our men by which they should obtain the city.”

A cidade foi conquistada, o emir fugiu e depois foi morto sozinho longe das muralhas de Antioquia por um camponês armênio.<sup>114</sup> Pouco depois dos latinos terem assumido controle, um gigantesco exército formado pela união de várias autoridades seljúcidas se aproximou com a intenção de derrotar as forças latinas e afastar o perigo que eles aparentavam ser para os turcos, os sitiados se tornaram sitiados.<sup>115</sup>

A principal destas autoridades era o atabegue de Mossul, Karbuka. Um homem poderoso em sua cidade e que viu na defesa de Antioquia e derrota dos francos a possibilidade de espalhar sua influência por toda a Síria. Importante dizer que os herdeiros turcos que detinham poder na região eram os dois emires de Alepo e Damasco, Redwan e Dukak, herdeiros do antigo sultão seljúcida que tinha conquistado décadas antes a região dos bizantinos. O problema que os dois irmãos haviam dividido o poder justamente por não se entenderem, na prática eram inimigos declarados e nem o oponente comum foi capaz de fazer os dois se unirem.<sup>116</sup>

A chegada de mais de 30 mil homens sob o comando de Karbuka deu origem a mais uma espera por parte dos latinos que apesar de serem em menor número, desta vez tinham as muralhas do seu lado. Porém, o que derrotou os muçulmanos não foi a força dos francos ou as defesas de Antioquia, mas sim a desorganização política em que os seljúcidas se encontravam. Como al-Athir diz com aparente desânimo:

“Quando todos os francos vieram e nenhum restou dentro de Antioquia, eles começaram a atacar fortemente, e os muçulmanos se viraram e fugiram. Isso foi culpa de Karbuka, primeiro porque ele tratou os muçulmanos com desprezo e escárnio, e segundo porque ele os tinha prevenido de matar os francos. Os muçulmanos foram completamente desbaratados sem desferir um simples golpe ou atirar uma única flecha”.<sup>117</sup>

O atabegue de Mosul uniu os seus 30 mil homens com o apoio de outros emires da região e soldados vindos de cidades sob a proteção de outras autoridades como o Dukak em Damasco. Dessa forma, a medida que o exército foi caminhando rumo a Antioquia, a liderança de Karbuka foi lentamente minada por sua pretensão de aumentar sua influência na Síria. Quando fizeram o cerco aos francos, os muçulmanos eram um grupo enorme de soldados que respondiam a emires diferentes e que por sua vez não se davam bem. No final do século XI, os turcos ainda estavam mais preocupados com seus

---

<sup>114</sup> MAALOUF, *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>115</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>116</sup> *Idem, p. 33*

<sup>117</sup> Ibn al-Athir, *Sum of World History*. In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 234. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “When all the Franks had come out and none was left in Antioch, they began to attack strongly, and the Muslims turned and fled. This was Kerbuqa’s fault, first because he had treated the Muslims with such contempt and scorn, and second because he had prevented their killing the Franks. The Muslims were completely routed without striking a single blow or firing a single arrow”.

próprios problemas políticos do que com os francos. Na prática o Islã demorou algumas décadas para realizar o perigo que os latinos eram e se unir para formar uma oposição séria. Isso ficou claro no cerco de Antioquia, já que os muçulmanos perderam a batalha mais importante contra os cristãos na primeira cruzada sem nem sequer desembainhar as suas espadas.<sup>118</sup>

O importante episódio seguinte na jornada convocada no concílio de Clermont destacado nas fontes é o cerco; depois, a conquista e a posterior adaptação da cidade de Jerusalém. Em todas as fontes esse último momento tem importância central, afinal era o objetivo maior desde o início. Porém, o que realmente chama a atenção é a própria cidade, é Jerusalém por si só, a Cidade Santa para os cristãos, muçulmanos e judeus. Falaremos mais sobre a cidade em si no subcapítulo seguinte, seus detalhes urbanos e como os latinos buscaram modificar os espaços, inclusive os sagrados, para a visão europeia.

Após a vitória em Antioquia os cristãos, agora reduzidos em número, descansaram por alguns meses e seguiram ao sul, com destino à Cidade Santa. Fizeram o caminho pelo litoral, distanciando-se de Damasco. Passaram e conquistaram diversas pequenas cidades como Jabala, Maracleia e Tortosa, além de outras que se tornariam importantes com a fundação do Reino de Jerusalém no ano seguinte, como Trípoli, Beirute e Acre.<sup>119</sup> Iniciaram o cerco em junho e pouco mais de um mês depois conquistaram o objetivo principal da jornada que havia começado três anos antes no Concílio de Clermont - Ferrand.

O cerco de Jerusalém não foi demorado como o de Antioquia, nem teve relacionado conflitos com lideranças políticas externas do mundo árabe. Na verdade, ao sul da Síria, as terras eram propriedade do califado fatímida do Egito e, quando os peregrinos chegam a Jerusalém, a cidade estava sob comando de um governante xiita que respondia ao vizir do Cairo al-Afdal, na prática, a autoridade do califado. Faziam poucas semanas que as forças fatímidas haviam conquistado a cidade dos seljúcidas, fazendo assim com que as defesas estivessem ainda enfraquecidas.

Por apenas um mês os latinos cercaram as muralhas, pois sabiam que se demorassem mais acabariam obrigados a desistir dado a fome e principalmente a sede por que passavam. Por isso fizeram diversos ataques, utilizando grandes armas de guerra contra as forças egípcias, que não eram em grande número, e as defesas de Jerusalém. Organizando a ofensiva por vários lados simultaneamente, em 14 de Julho

---

<sup>118</sup> MAALOUF, *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>119</sup> PETERS, *Op. Cit.*, p. 238.

de 1099, os homens de Godofredo de Bulhão conseguiram atingir o topo das muralhas próximas ao chamado Portão das Flores e, aos poucos, cavaleiros latinos foram entrando na cidade e, logo após, conseguiram abrir o portão principal dando vazão à grande massa de ocidentais sedentos pela conquista da Cidade Santa.<sup>120</sup>

O que se segue é um triste consenso entre as fontes, com mais ou menos destaque. A conquista de Jerusalém ficou marcada em qualquer relato pelo brutal e sanguinário massacre de praticamente toda a população muçulmana da cidade. Uma vez que os latinos entraram muralhas adentro e derrotaram as últimas tropas que a defendiam, seguiram aos locais sagrados e depois a todas as residências e imóveis, tomando parte de seu butim e passando à espada homens, mulheres e crianças. O nosso cronista Foucher de Chartres é breve no relato, mas demonstra certo sentimento de vergonha ou ressalva quando descreve o massacre:

“Aproximadamente dez mil foram decapitados no Templo. Se você estivesse lá, seus pés teriam sido cobertos até os tornozelos no sangue dos massacrados. O que eu devo dizer? Nenhum deles restou vivo. Nem mulheres, nem crianças foram poupadas”.<sup>121</sup>

Foucher não estava presente na conquista e no massacre de Jerusalém, porém mais à frente em sua crônica, quando relata sua peregrinação a cidade pouco mais de um mês após estes acontecimentos, novamente descreve que as marcas das mortes no pátio do Templo ainda estavam presentes e os corpos de muitos ainda apodreciam pelas ruas. Outras fontes descrevem a euforia latina e as mortes dos residentes da cidade:

“Alguns de nossos homens (e esses eram os mais piedosos) cortavam as cabeças de seus inimigos; outros atiravam neles com arcos, assim eles caíam das torres; outros os torturavam por mais tempo, jogando-os no fogo. Pilhas de cabeças, mãos e pés eram vistos nas ruas da cidade. Era necessário escolher um caminho entre os corpos de homens e cavalos. Mas esses eram assuntos pequenos comparado com o que aconteceu no Templo de Salomão, um lugar onde serviços religiosos são normalmente feitos. (...) É suficiente dizer que, no mínimo, no Templo e no pátio de Salomão, homens andavam sobre o sangue na altura de seus joelhos e de suas rédeas”.<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, I, p. 285

<sup>121</sup> Fulcher de Chartres, *Op. Cit.*, p. 122. Traduzido livremente pelo autor do original: “Nearly ten thousand were beheaded in this Temple. If you had been there your feet would have been stained to the ankles in the blood of the slain. What shall I say? None of them were left alive. Neither women nor children were spared.”

<sup>122</sup> Anônimo, *Op. Cit.* In: PETERS, *Op. Cit.*, p. 260. Traduzido livremente pelo autor do original: “Some of our men (and this was more merciful) cut off the heads of their enemies; others shot them with arrows, so that they fell from the towers; others tortured them longer by casting them into the flames. Piles of heads, hands, and feet were to be seen in the streets of the city. It was necessary to pick one’s way over the bodies of men and horses. But these are small matters compared to what happened at the Temple of Solomon, a place where religious services are ordinarily chanted. (...) So let it be suffice to say this much, at least, that in the Temple and porch of Solomon, men rode in blood up to their knees and bridle reins.”



Por fim, o massacre de Jerusalém ficaria para sempre marcado como um dos mais tristes episódios das cruzadas e seria lembrado outras vezes, como quando os muçulmanos, liderados por Saladino, reconquistaram a cidade e procederam de forma oposta, deixando claro que não tinham o mesmo comportamento.

### 1.3 O Reino de Jerusalém

A conquista de Jerusalém significou o fim de uma expedição que se havia iniciado quase dois anos antes. Dessa forma a grande maioria dos latinos que sobreviveram a todos os percalços do caminho, como a fome, a sede, o calor e os combates nos diferentes cercos, voltaram para suas casas na cristandade europeia. O voto dos peregrinos que abraçaram a cruz e largaram suas vidas para responder à convocação de Urbano II estava resolvido, a promessa sagrada de libertar o Santo Sepulcro e toda a Terra Santa dos “infiéis” havia sido, em parte, cumprida. Esse movimento de retorno incluiu os líderes da longa jornada, ou seja, os nobres que estavam ali para orientar a grande massa de latinos.

No caso do nosso cronista foi diferente, pois Foucher foi um dos membros da minoria dos cristãos ocidentais que preferiu se fixar no oriente e naquela região passar o resto de suas vidas. Percebemos isto na escrita de sua obra, pois enquanto o primeiro livro é dedicado à descrição e análise da expedição conquistadora, os outros dois se referem à política e ao governo do Reino de Jerusalém. Veremos aqui um pouco do que foi escrito em relação a este segundo momento da história dos latinos no Levante ao mesmo tempo que utilizamos os escritos da crônica além da descrição da primeira cruzada.

Apesar da possível ambição de muitos dos participantes da expedição, foram poucos aqueles que conquistaram terras para si e mantiveram suas vidas no Oriente. As exceções foram Boemundo de Taranto, o príncipe normando que havia conseguido Antioquia para si, e Balduíno de Bolonha, irmão de Godofredo que estava em Edessa, controlando a cidade de maioria armênia desde os primeiros meses após a saída de Constantinopla. Por isso mesmo, nenhum dos dois seguiram a força principal e não participaram da conquista de Jerusalém. Além deles, dos que estavam no ataque à Cidade Santa, apenas Godofredo de Bulhão e Raimundo Saint-Gilles permaneceram no oriente até o fim de suas vidas, as outras lideranças voltaram para a Europa e consigo foram seus homens, deixando para trás muitas necessidades e poucas pessoas para atendê-las.

Se a expedição original chegava ao seu fim, uma nova história se iniciava com todas as terras e cidades que os latinos haviam conquistado e agora precisavam administrar. Não sabemos ao certo se havia, por parte dos membros laicos da expedição, um planejamento anterior ao início da jornada quanto ao que fazer com as terras

conquistadas, ou pelo menos a antecipação das suas ações caso fossem vitoriosos. Possivelmente existia entre diversos dos nobres ali presentes, a ambição de poder conquistar terras, afinal são variados os casos daqueles que venderam tudo o que tinham antes da partida para a Palestina, ou ainda, o exemplo de homens que saíram em viagem junto com toda a família. Uma exceção foi justamente Balduíno que partiu em direção ao Sepulcro com a esposa e os filhos, além de todas as suas riquezas (os familiares morreram pelas agruras da expedição pouco depois da passagem por Constantinopla).

De toda forma, uma grande estratégia de ação pré-determinada de instalação na Terra Santa como possibilidade real e antecipada de forma palpável é pouco provável. O fato é que dificilmente existiria um protocolo quanto à criação de uma administração temporal das terras agora latinas na região da Síria e da Palestina.<sup>123</sup>

Um dos motivos para essa falta de planejamento sobre o controle posterior das terras foi o fato de a campanha ter iniciado com uma aliança com o Império Bizantino. Uma das principais promessas feitas em Constantinopla para Aleixo I Comneno pelos líderes da expedição foi a de devolver as terras tiradas dos turcos que previamente haviam sido dos gregos. Ou seja, toda a região da Ásia Menor e da Síria, se vitoriosos, os latinos deveriam salvaguardar os direitos dos bizantinos em voltar a controlar e reanexar ao império. Contudo, a medida que a expedição se desenrolou e principalmente à medida que os francos tiveram suas vitórias, as cidades e as melhores terras foram sendo divididas entre seus líderes. Como melhor exemplo, temos a cidade de Antioquia e o conflito que Boemundo criou ao se negar a devolver o controle aos gregos. Assim, na prática, o que determinou a posse das terras no Oriente pelos latinos foi o direito de conquista, o espólio da vitória nas batalhas. Para exercer essa vontade, os francos passaram por cima do poder dos antigos proprietários que atuavam como a autoridade do território anteriormente à invasão seljúcida.<sup>124</sup>

No centro e no papel principal dos territórios conquistados estava Jerusalém. Para manter uma sociedade latina na região, as primeiras necessidades que os conquistadores precisavam resolver era descobrir quem seria o governante e como se organizaria seu poder sobre as terras. Dada a magnitude tanto da grandeza da cidade de Jerusalém no imaginário cristão ocidental, quanto da relação daquela conquista como a realização do objetivo principal da expedição, sugeriu-se a criação de um reino, mas escolher quem

---

<sup>123</sup> RICHARD, Jean. "The Political and Ecclesiastical organization of the crusader states." In: SETTON, Kenneth M., LACOUR, Norman P., HAZARD, Harry W. (Org.) *A History of the Crusades: The Impact of the Crusades on the Near East*. University of Wisconsin Press, Madison, 1985, p. 193.

<sup>124</sup> *Idem*, p. 197.

exerceria esta função não foi algo simples. A princípio, o historiador Steven Runciman aponta que existia nas origens da expedição a intenção de colocar o legado papal Bispo Adhemar de Le Puy no poder, e criar desta forma um estado eclesiástico autocrático, já que a primeira cruzada tinha essa natureza de comando (pelo menos na teoria da convocação de Urbano II). Porém, ele havia falecido durante o longo cerco a Antioquia, o que enfraqueceu o poder eclesiástico de liderança diante de toda a expedição e seus desdobramentos. Isto além do fato do bispo Adhemar, além de prelado do papa, ter sido um homem que gozava de um grande respeito com os outros líderes e participantes. Um novo prelado foi nomeado assim que a notícia da morte de Adhemar chegou em Roma, porém desembarcou na Palestina apenas algumas semanas depois. Em outras palavras, desde a segunda metade da jornada até os momentos iniciais da organização dos potentados latinos no Levante, as decisões ficaram nas mãos dos líderes dos *milites* ali presentes.

Dessa forma, era claro que se uma administração nobiliárquica seria formada no Oriente, um dos membros da nobreza, protagonistas da expedição que conquistou a Cidade Santa deveria ser escolhido como rei. Após uma reunião entre os presentes, uma espécie de eleição foi realizada e Godofredo de Bulhão foi eleito monarca pelos seus pares. Porém, não aceitou o título, sendo declarado *Advocatus Sancti Sepulchri*, protetor do Santo Sepulcro, já que ele não achou correto ser declarado rei na cidade que Jesus Cristo teria usado a coroa de espinhos.<sup>125</sup> Os motivos para a escolha de Godofredo estão relacionados, além da sua atuação durante o cerco e conquista de Jerusalém, principalmente com a sua idade, já que era o mais velho entre as lideranças que pretendiam permanecer vivendo no Oriente.

Com o líder político posto, foi escolhido e nomeado um patriarca para a cidade quando Arnulfo, Bispo de Martunaro, um normando, chegou de Roma como o substituto de Adhemar. Assim, o rito grego foi rechaçado. Com essa decisão, ficou claro que os ocidentais seriam mandatários muito mais agressivos com os cristãos orientais do que os muçulmanos. A indicação de um bispo latino para um antigo e tradicional patriarcado grego foi apenas o início das restrições aos cristãos de ritos locais. Dentro do Santo Sepulcro, os altares referentes a jacobitas, sírios nestorianos, coptas, armênios, georgianos e ortodoxos gregos, presentes e permanentes durante boa parte do governo fatímida da cidade e durante momentos do período de poder seljúcida, foram destruídos e o templo, dedicado apenas ao rito românico. A partir daquele momento, os cristãos

---

<sup>125</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p.292.

não-românicos ficavam proibidos de entrar e rezar no Sepulcro, mas podiam frequentar a parte externa da Igreja, assim como a cidade e os outros templos.

Com a divisão do “espólio de guerra” dos latinos, as terras, riquezas e o governo da Cidade Santa, temos uma definição para a primeira cruzada que contrariava um dos principais pontos da convocação de Urbano II, pelo menos se pensarmos em seu discurso público. Apesar da expedição como um todo iniciar sob a efígie de um auxílio, uma aliança com os cristãos orientais, estes na prática, continuavam a ser tratados como diferentes, ou para utilizarmos o termo comum nas fontes já referenciadas, heréticos.<sup>126</sup>

Os governos sobre os territórios latinos no oriente foram fundados a partir das cidades conquistadas à medida que a primeira expedição seguia com destino a Jerusalém. Na prática, os territórios cristãos eram, no verão de 1099, o condado de Edessa, com população majoritária de armênios e governada por Balduíno de Bolonha, irmão mais novo de Godofredo de Bulhão; as terras comandadas por Boemundo de Taranto e a casa normanda, centralizadas em Antioquia, sendo que em decorrência do seu soberano, receberam o título oficial de principado; uma faixa de terra ligando o norte latino da Síria até a Cidade Santa, incluindo as praças de Tiberias, Belém, Hebron e o porto de Jaffa, governadas também pelo protetor do Sepulcro; e por fim, dois anos depois o Conde Raimundo de Toulouse conquistou o controle da cidade de Tripoli, estabelecendo o quarto território latino no oriente.<sup>127</sup> Seus destinos e possessões foram variados, intermitentes e desarticulados entre si, com histórias diferentes ao longo dos séculos XII e XIII.

Este cenário não demorou a mudar, já que o *Advocatus Sancti Sepulchri*, Godofredo de Bulhão, não sobreviveu muito para governar as terras que ganhou, falecendo apenas um ano após a conquista de Jerusalém. Nos meses seguintes, a sucessão do poder marcou a geopolítica do Oriente próximo. Como não havia herdeiros diretos, a ideia dos nobres presentes foi a de manter a casa da Borgonha no poder da Cidade Santa, assim o irmão mais novo de Godofredo, Balduíno, desde 1098 no controle do condado de Edessa, foi chamado e elevado no dia de Natal em 1100 a Rei de Jerusalém.<sup>128</sup> No primeiro parágrafo do Livro II de sua obra, Foucher de Chartres descreve positivamente o momento em que seu protetor ficou sabendo da notícia e resolveu marchar para receber seu novo cargo:

---

<sup>126</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, p. 294.

<sup>127</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, capítulo 6, sem página.

<sup>128</sup> *Idem*, p. 326.

“Quando foi anunciando ao Senhor Balduíno que todas as pessoas de Jerusalém o esperavam para suceder como o príncipe hereditário no reino, ele se entristeceu pela morte de seu irmão, mas regozijou-se ainda mais pela sua herança. Após se aconselhar ele cedeu a terra que possuía para um certo Conde Balduíno, seu primo. Em seguida, assim que juntou seu pequeno exército, contando aproximadamente duzentos cavaleiros e setecentos homens de infantaria, ele iniciou sua jornada para Jerusalém no sexto dia antes dos Nonos de Outubro.”<sup>129</sup>

Aqui ele cita a saída da cidade de Edessa, não apenas de Balduíno, mas de todos aqueles que compunham o grupo que o tinha como protetor. Além dos seus cavaleiros e soldados, também o próprio cronista. O comando do condado ficou em cargo de um primo de segundo grau chamado Balduíno Le Bourg, que não apenas se tornou o herdeiro da soberania de Edessa como 18 anos depois também recebeu o cargo de monarca em Jerusalém. A forma que Foucher descreve o conde neste trecho nos demonstra como a escrita da obra foi feita aos poucos, em blocos a medida que os anos passavam, de modo que se naquele momento o cronista soubesse que aquele “certo” primo seria o Rei Balduíno II, seu futuro soberano, o tratamento certamente seria outro.

O governo dos condados e do principado latino no Levante ganhou um apoio enorme com o surgimento de um monarca, afinal teriam uma referência para a organização implantada, que tentava repetir o modelo praticado no interior da cristandade. Foi seguido o formato ocidental, ou seja, com as divisões nobiliárquicas e hierárquicas ligadas por juramento de suserania e vassalagem. Isto foi feito mesmo com a clara diferença de sociedade ali formada, uma vez que os latinos eram proprietários de uma área distante de seus pares, cercada pelos inimigos, carente de apoiadores e população para o desenvolvimento de agricultura e pouca terra fértil. Dessa forma, por toda a existência dos condados latinos na região da Palestina e da Síria, a instabilidade foi constante. Tanto pelo ataque das autoridades islâmicas, quanto pela luta diária dos governos em criar tratados e alianças que possibilitassem a vinda de suprimentos, riqueza, transporte e mão-de-obra.

Nesse sentido, os grandes parceiros logísticos do Reino de Jerusalém foram os genoveses, e por vezes, os pisanos, variando ao longo do século, pois utilizavam suas frotas em favor de acordos vantajosos, como por exemplo o uso e cobrança do porto de Jaffa. Sem falar nas autoridades bizantinas que, mais uma vez variando ao longo do

---

<sup>129</sup> Fulcher de Chartres, *Op. Cit.*, II, i, p. 137. Traduzido livremente pelo autor do original: “When it was announced to the Lord Baldwin that all of the people of Jerusalem expected him to succeed as hereditary prince in the kingdom, he grieved somewhat at the death of his brother but rejoiced more over his inheritance. After taking counsel he granted the land which he possessed to a certain Count Baldwin, his cousin. Then after he had gathered together his little army, numbering nearly two hundred knights and seven hundred footmen, he began the journey to Jerusalem on the sixth day before the Nones of October.”

século, conferiam ajuda, proteção e até mesmo sustento aos latinos em troca de interesses nas áreas de influência.

Para esta tentativa de organizar uma espécie de sociedade e governo adaptados do feudalismo<sup>130</sup> ocidental funcionar naquele contexto, era fundamental a existência de um grupo grande de camponeses tanto para praticar a agricultura que daria o sustento à sociedade em geral, quanto para ocupar as áreas rurais mais afastadas das cidades. Pois, a região da Palestina e da Síria anteriormente e à época da primeira cruzada e do assentamento dos latinos havia se tornado uma sociedade predominantemente urbana, o que era estranho e incomum para os conquistadores ocidentais.

Isto ocorreu por motivos diversos, incluindo a sucessão de desastres e a alta insegurança que impediram a organização do interior e da agricultura em grande escala, como terremotos, invernos rigorosos, as invasões seljúcidas e por último a própria expedição latina. Afinal, em cada conflito, o pequeno cultivo era o primeiro a ser alvo das razias, assim como os camponeses que facilmente perdiam suas casas ou eram feitos escravos. Isto quando o próprio detentor das terras não queimava suas colheitas para prejudicar a alimentação dos exércitos inimigos.<sup>131</sup>

Após um século XI agitado neste sentido, o início do XII, com o domínio latino em boa parte da região foi um momento de reconstrução necessária de todo o sistema agrário. Se considerarmos que as fronteiras dos condados continuavam perigosas e alvo de ataques, uma vez que os latinos eram constantemente assediados pelas forças do califa fatímida e outras autoridades islâmicas desde seus primeiros meses de existência e principalmente na segunda metade do século por uma mais organizada oposição, o desafio era ainda maior.

---

<sup>130</sup> Durante principalmente a primeira metade do século XX e com reflexo até as décadas seguintes, a forma mais comum que diversos historiadores, como é o caso do aqui citado Joshua Prawer, utilizaram para explicar o assentamento latino e cristão a partir da expedição, foi com o uso de conceitos que tentavam abarcar as características de isolamento e conquista na formação do território e seu governo. Como, por exemplo, a ideia de colonização. Porém, nos últimos vinte anos o termo tem sido repudiado pela sua contaminação e associação direta com os contextos referentes às navegações ibéricas a partir do século XV. Além da fraqueza da argumentação em prol de uma busca econômica na região do Levante, afinal a criação de colônias teria como fundo também a exploração do território, fosse de forma comercial ou extrativista. Da mesma forma, a utilização do conceito de feudalismo como o sistema econômico implantado, apesar de ter sido mimetizado e ter claras diferenças impostas pela realidade diversa, tem sido questionado, afinal esta adaptação seria sempre imperfeita. Mesmo a objetivação de uma ocupação, como ocorreu na Península Ibérica com o processo da *Reconquista*, não encontra justificativa, o que motivou a fundação destes territórios, os condados e o Reino de Jerusalém, são os mesmos ideais espirituais e sociais que motivaram a expedição conquistadora em si. A manutenção do território pelos latinos é uma consequência direta da primeira cruzada e de suas ideias.

<sup>131</sup> PRAWER, Joshua. "Colonization Activities in the Latin Kingdom of Jerusalem". In: *Revue belge de philosophie et d'histoire*. Année 1951, Volume 29, n° 29 – 4, pp. 1063 – 1118.

Os soberanos e principalmente o rei de Jerusalém procuraram resolver esta questão espalhando o benefício da posse da terra para cavaleiros, ao mesmo tempo que lhes fornecia um motivo para se fixarem na região. Outra estratégia foi a construção de fortalezas nas fronteiras dos potentados cristãos, que exerciam uma função dupla, de centro de ataque e apoio militar e ao mesmo tempo proteção para a população camponesa que vivia ao redor. Estas fortalezas tinham um soberano nomeado que em troca também jurava lealdade ao reino.

Boa parte destas atribuições, tanto a soberania de fortalezas, quanto dos conjuntos de terras férteis, foi inicialmente realizada por cavaleiros que participaram da expedição de conquista e posteriormente, em sua maioria por representantes das ordens de cavalaria. Como, por exemplo, a fortaleza conhecida como *Krak des Chevaliers*, que foi posse dos Templários até sua conquista pelas forças muçulmanas no final do século XIII.<sup>132</sup>

O primeiro grande desafio de Balduíno I era fazer as conquistas territoriais se tornarem solidamente um reino, com fronteiras estabelecidas, abastecimento de mercadorias, uma organização que possibilitasse a solidificação de uma sociedade nos moldes latinos. O maior obstáculo a isso era o constante perigo de estar cercado por sociedades e autoridades muçulmanas e ter pouco contingente humano para combatê-los. Como a grande maioria das forças que haviam conquistado a cidade voltou para o Ocidente, o rei tinha um exército pequeno e, para piorar, pobre, sem muitos recursos.

Outra característica deste reino em formação é a convivência e a responsabilidade para com os outros potentados latinos no oriente. Oficialmente, o rei de Jerusalém era suserano dos condes de Edessa, Antioquia e Trípoli, uma vez que estes fizeram o juramento de lealdade para ele. Porém, isso não quer dizer que estes territórios estavam totalmente submetidos ao poder do monarca da Cidade Santa, uma vez que os herdeiros deveriam refazer os juramentos no momento que se tornassem soberanos. Questão esta que foi um problema constante ao longo do século XII, tanto a sucessão de poder, quanto a relação com o monarca. Neste sentido, podemos dizer que as relações políticas oficiais entre estes condados era um pouco confusas, já que existiam de forma paralela e nem sempre com relação nobiliárquica entre si estabelecida.

Um exemplo desta conflituosa relação é o fato de que ambos os soberanos do principado de Antioquia e do condado de Edessa estavam submetidos por juramento ao reinado, porém, da mesma forma tinham relação de vassalagem sacramentada também

---

<sup>132</sup> PRAWER, *Op. Cit.*, p. 1070.



com o imperador bizantino. De qualquer forma, pela extensão dos territórios, o título nobiliárquico e possivelmente a grandeza da importância cultural e religiosa da cidade, o rei de Jerusalém exercia na prática uma superioridade sobre os seus pares, assim como dava assistência militar e econômica sempre que possível. O contrário também acontecia, sendo que temos exemplos de momentos que os soberanos de Antioquia e Edessa ajudaram o monarca e vice-versa.<sup>133</sup>

Com certeza os personagens principais dos livros II e III são os reis que governam a monarquia latina no Oriente, de quem Foucher é protegido, tanto de Balduíno I nos primeiros 18 anos de sua vida no Levante, quanto de Balduíno II, nos 9 anos seguintes. Porém, da mesma forma o símbolo de fé que está no centro de toda a proposta da expedição e da crônica desde o seu princípio, ou seja, Jerusalém, também recebe atenção do cronista quando descreve de forma intensa as relações e transformações da sociedade que tem os locais sagrados como centro nervoso e espiritual de seu cotidiano.

Assim, não podemos falar da *Historia Hierosolymitana* de Foucher de Chartres sem pensarmos e compreendermos que o reino fundado como produto da expedição sagrada estava situado na Cidade Santa. Tal qual a grande maioria dos acontecimentos relacionados aos conflitos de cristãos e muçulmanos no século XII, sem compreender a importância da cidade que era objeto de veneração dos três povos do livro. Afinal, todos estes confrontos na região na época, como já sabemos, não podem ser explicados apenas com características políticas, sociais e econômicas que se excluem mutuamente.

Definitivamente, em se tratando da Terra Santa, todo e qualquer conflito envolvendo indivíduos dos povos abraâmicos tem como justificativa também o valor espiritual e religioso da região na base da cultura destas pessoas. Se a cidade de Jerusalém tem até os dias atuais uma centralidade acentuada no imaginário religioso mundial, sendo sagrada para judeus, muçulmanos e cristãos, ainda motivo para conflitos e destino de peregrinos de todas as partes do mundo nos dias atuais, já criava da mesma forma a admiração e a vontade de posse no século XI.

Jerusalém é santa para os judeus por ser, desde tempos imemoriais, considerada a capital da nação hebraica, a cidade da terra prometida. Centro nervoso da fé dos hebreus foi local da construção dos dois Templos, sendo o primeiro feito a mando do rei Salomão e destruído pelos babilônios e seu rei Nabucodonosor no século VI a.C.. O segundo foi feito no mesmo local com o financiamento do governante romano Herodes e destruído em 70 d.C. a mando do imperador romano Adriano. Para os cristãos, a

---

<sup>133</sup> PHILLIPS, Jonathan. "The Latin East. 1098 – 1291". In: RILEY-SMITH, Jonathan. *The Oxford Illustrated history of The Crusades*. (Org.) Oxford University Press, New York, 1995, p.112.

importância religiosa está no papel da região como local de vida e obra de Cristo e as localidades da cidade de Jerusalém como o ambiente da paixão, ou seja, seu martírio e ressurreição, o que se centraliza na Igreja do Santo Sepulcro. Por fim, para os muçulmanos a cidade se tornou importante pela menção na tradição religiosa que o espírito do profeta Maomé teria ascendido aos céus a partir da pedra do rochedo<sup>134</sup>, fazendo de Jerusalém a terceira cidade mais sagrada do Islã, após Meca e Medina. Dessa forma os três povos do livro e que atualmente constituem mais da metade da população mundial têm um centro histórico de menos de um quilômetro quadrado como vitais para as fundações fortes de suas fés.<sup>135</sup> Pois, como podemos concluir esse caráter já existia na virada do milênio, assim como os conflitos das culturas. As marcas mais fortes estão reunidas durante o medievo nas expedições dos séculos XI ao XIII de latinos para o Oriente.

A cidade é descrita no livro I da crônica quando o autor narra o cerco e a posterior conquista. Utiliza, provavelmente, muito do que viu quando fez a sua peregrinação meses depois da tomada pelos cristãos e aquilo que se acostumou a contemplar nos anos seguintes que viveu lá. O destaque fica para os espaços religiosos, como o chamado por ele de Templo e pátio de Salomão, desde o século VI o Domo da Rocha, a mesquita construída no local onde ficava o antigo Templo.<sup>136</sup> Ele chama a atenção também para a Igreja do Santo Sepulcro, principal templo cristão do planeta e alvo e desejo de todo e qualquer peregrino medieval, construída sobre o local do martírio e da ressurreição. Locais bíblicos como o Monte das Oliveiras, o Jardim do Getsêmane e as ruas da Via Crucis também têm descrições. Por fim, Foucher como escreve para a posteridade, para aqueles que não podiam estar presentes e ver a Cidade Santa do início do século XII,

---

<sup>134</sup> Local que Abraão teria usado para preparar o sacrifício de seu filho por ordem de Deus, acontecimento que é fundamental no estabelecimento do judaísmo e de certa forma na tradição monoteísta a partir de Abraão. O Templo de Salomão teria sido construído sobre essa pedra, o segundo Templo também e após a sua destruição, desde o século VI se encontra dentro da Mesquita do Domo da Rocha.

<sup>135</sup> O papel de Jerusalém no imaginário mundial é incomensurável por estas ligações com o monoteísmo abraâmico. Dessa forma, diversos livros tentam relatar a longa história da cidade passando por toda a sua existência desde centro da nação hebraica até a Diáspora, passando pelas cruzadas até a volta ao centro dos conflitos religiosos com a constituição do Estado de Israel no século XX. Para detalhes consultar PETERS, F. E. *Jerusalem*, que constrói a cronologia com ajuda de extratos de fontes e para uma leitura menos comprometida com a historiografia, mas com um recorte maior ARMSTRONG, Karen, *Jerusalém*, Uma cidade, três religiões, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>136</sup> Os cristãos não tinham conhecimento da existência do Domo da Rocha, uma vez que eram proibidos de entrar nas áreas de valor religioso para os muçulmanos na cidade. Dessa forma, muitos chamavam o local de pátio de Salomão, Templo de Salomão ou simplesmente o “sagrado dos sagrados”, fazendo referência às antigas construções bíblicas do local. Toda esta área era ao mesmo tempo uma novidade para os latinos no momento da invasão e um símbolo de riqueza dentro do imaginário comum dos participantes do cerco. Mais informações sobre os locais específicos da Jerusalém Abássida e Latina: WILKINSON, John. *Jerusalem Pilgrimage 1099 – 1185*. The Hakluyt Society, London, 1988, p. 28.

também comenta o clima, a topografia e a natureza ao redor das muralhas, como esta breve introdução:

“A cidade de Jerusalém está localizada em uma região montanhosa, desprovida de árvores, córregos e fontes com exceção apenas da Piscina de Siloam, que está a um tiro de arco da cidade. Às vezes, há água suficiente, e às vezes uma deficiência devido a fraca drenagem. (...). É geralmente aceito que a cidade está disposta em uma proporção correta, não parece ser nem muito pequena, nem muito grande. Sua largura de muralha a muralha é de quatro tiros de arco. A Oeste está a Torre de Davi, com as muralhas da cidade em cada flanco; ao Sul está o Monte Zion, um pouco mais próximo que um tiro de arco; e a Leste, o Monte das Oliveiras a mil passos fora da cidade.”<sup>137</sup>

Apesar do clima e da geografia da região, a vida dentro de Jerusalém era possível pela organização da cidade com suas antigas fontes e sistema de esgoto romano que traziam e levavam a água de dentro das muralhas. Outros relatos da época falam também das cisternas que coletavam água da chuva e o quão fundamental elas eram para a hidratação dos habitantes. Ainda sobre a natureza do local, por várias vezes diferentes relatos comentam como a região é seca e quente, muitas vezes se questionando do porquê logo a Cidade Santa ficar em uma região tão inóspita e denunciando o desconforto dos ocidentais com este aspecto da Palestina. É o caso do Abade Daniel, peregrino russo que visitou os locais santos quatro anos após a conquista e fez o registro de sua visita. Em um pequeno trecho, comenta também os frutos que, apesar do calor e da terra seca, crescem ao redor das muralhas.

“Esse é um lugar absolutamente destituído de água; não se encontra nenhum rio, nem poços, nem nascentes próximas a Jerusalém, com exceção da Piscina de Siloam. (...). A benção de Deus não se situa sobre essa terra sagrada? Nas redondezas da cidade há muitos parreirais e pomares; figueiras, sicômoros, oliveiras, alfarrobeiras e um infindável número de outras árvores”.<sup>138</sup>

Outro aspecto presente na descrição da cidade é a referência à longevidade de Jerusalém, quanto a isso Foucher cita o passado romano da Cidade Santa. Ele faz

---

<sup>137</sup> Fulcher de Chartres, *Op. Cit.*, p. 116 - 117. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “The city of Jerusalem is located in a mountainous region which is devoid of trees, streams, and springs excepting only the Pool of Siloam, which is a bowshot from the city. Sometimes it has enough water, and sometimes a deficiency due to a slight drainage. (...). It is generally conceded that the city is laid out in such proper proportion that it seems neither too small nor too large. Its width from wall to wall is that of four bowshots. To the west is the Tower of David with the city wall on each flank; to the south is Mount Zion a little closer than a bowshot; and to the east, the Mount of Olives a thousand paces outside the city.”

<sup>138</sup> Daniel, Abade. *The pilgrimage of the Russian Abbot Daniel in the Holy Land*. In: PETERS, F. E., *Op. Cit.*, p. 296. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “It is a place absolutely destitute of water; one finds neither river nor wells nor springs near Jerusalem, with the exception of the Pool of Siloam. (...). Does not God’s blessing rest upon this hallowed land? In the neighborhood of Jerusalem there are plenty of vineyards and fruit trees; fig trees, sycamores, olive trees, carob trees and an infinite number of other trees.”

menção ao período de mandato dos césores na Palestina quando lembra, logo após o trecho citado acima, que “o imperador Aelio Adriano decorou a cidade magnificamente e ajustadamente adornou as ruas e quadras com pavimentação”.<sup>139</sup> Em vários momentos da crônica podemos ver referências a um conhecimento sobre a história romana, principalmente no vocabulário bélico de alguns termos utilizados no império, ou de cidades que Foucher insiste em nomear a partir de seus antigos títulos latinos<sup>140</sup>. Aqui o que se destaca é a visão positiva feita sobre o Imperador e seu marco na história da cidade. Normalmente Adriano, quanto a Jerusalém, é lembrado por ter mandado destruir as construções ao redor do local do martírio de Cristo por volta do ano 70 e qualquer símbolo da fé monoteísta dos hebreus, incluindo assim o segundo Templo e a pequena Igreja no Gólgota. Além disso, mandou construir no lugar um templo pagão, dedicado à Vênus, reconstruiu toda a cidade no formato latino, com largas avenidas e um fórum. De todo modo, torna-se curiosa a referência puramente positiva ao imperador pagão que tentou apagar a presença das religiões monoteístas locais em sua época.

Pois bem, outros relatos da Cidade Santa foram feitos no início do século XII além dos cronistas já citados, um dos mais presentes é o escrito que um peregrino do norte europeu, possivelmente inglês, escreveu de sua viagem em 1100.<sup>141</sup> Saewulf visitou os lugares santos meses depois da tomada da cidade pelos latinos, dessa forma suas descrições são muito próximas as de Foucher, apesar de diferentes. Ao relatar a estrada perto da chegada de Jerusalém, ele destaca a presença de muitos cadáveres amontoados:

“Qualquer um que tenha pegado àquela estrada pode ver como vários corpos humanos estão na estrada e próximos a ela. Há incontáveis corpos, os quais foram rasgados por bestas selvagens. Deve ser questionado porque tantos corpos de cristãos estão lá não enterrados, mas na verdade isso não é surpresa. (...). Qualquer um que fizesse isso para cavar uma cova, o faria não para um parceiro cristão, mas para si mesmo”.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> Fulcher de Chartres, *Op. Cit.*, p. 119. Traduzido livremente pelo autor do original: “The Emperor Aelius Hadrian decorated this city magnificently and fittingly adorned the streets and squares with pavements.

<sup>140</sup> Em diversos momentos ao longo da crônica, o editor da versão utilizada Harold S. Fink mantém em destaque a nomenclatura de armas, batalhões, soldados e outros exemplos de vocabulário bélico romano que Fulcher utiliza. Alguns eram ainda usados no contexto da crônica, outros aparentam ser apenas intenção de Fulcher fazer a referência ao passado imperial, como ao citar o nome de diversas cidades em suas antigas versões latinas. Fulcher de Chartres, *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>141</sup> WILKINSON, *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>142</sup> Saewulf, In: WILKINSON, *Op. Cit.*, p.100. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Anyone who has taken that road can see how many human bodies there are in the road and next to the road, and there are countless corpses which have been torn up by the beasts. It might be questioned why so many Christian corpses should lie there unburied, but it is in fact no surprise. (...). Anybody who did this would dig a grave not for his fellow Christian but for himself!”.

Saewulf nos dispõe a visão de alguém que até pode ser a favor dos acontecimentos de 1099 e da ocupação dos lugares santos pelos cristãos, mas que não participou da jornada de conquista. Peregrinos que visitaram a Palestina nos anos seguintes à invasão latina na região fazem descrições da cidade e de seus locais santos muito detalhadas, assim como do caminho que percorreram para chegar até lá, como era prática entre os guias de viagens na época. Porém, não encontramos em relatos de peregrinos, independentes das expedições armadas, longas menções e descrições dos episódios políticos e bélicos da época. O que são abundantes em seus relatos são as descrições do estado que as construções veneradas se encontravam, do caminho que fizeram dentro da Cidade Santa, das possibilidades e perigos que correram para refazer os passos de Cristo. Por vezes, relatos da mesma época podem se utilizar de descrições escritas por outros, principalmente para se referir a locais que eventualmente alguns deles não puderam visitar. De toda forma, os peregrinos nos dispõem a visão do período da conquista, sem estar completamente imbuídos no sentimento contagiante dos participantes ativos da jornada de conquista.

Uma característica constante dos relatos de peregrinos são as menções a passagens bíblicas e histórias do antigo testamento, ou dos evangelhos que se relacionam aos locais visitados. Saewulf ao tentar descrever o Domo da Rocha, como já vimos, chamado pelos cristãos da época de Templo, assim o faz:

“Seu pátio é grande, tanto em largura quanto em extensão e tem várias portas. Mas a principal porta, que é a que está em frente ao Templo, é chamada de ‘Belíssima’, por causa da sua escultura e da variedade de cores. Este é o lugar onde Pedro curou o aleijado quando ele e João subiram ao Templo na nona hora da oração, como está dito no Ato dos Apóstolos”.<sup>143</sup>

A esse trecho se segue uma longa descrição de diversas passagens bíblicas que fazem referência ao local. O peregrino ainda descreve outros pontos cristãos de valor religioso como a Igreja de Santa Ana, o vale de Jehosafa onde fica a Igreja de Santa Maria, o Getsêmane, o Monte das Oliveiras e proximidades do Monte Sinai, sempre comentando a localidade, possíveis detalhes geográficos e referências a passagens bíblicas do local em questão. Após isso Saewulf viajou para a Galileia, a cidade de Belém, Jericó e o Rio Jordão.

---

<sup>143</sup> Saewulf, In: WILKINSON, *Op. Cit.*, p. 104. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Its court is great both in length and breadth, and it has many doors. But the principal door which is before the Temple is called ‘Beautiful’, on account of the sculpture and the variety of colours. This is where Peter cured the lame man when he and John went up into the Temple at the ninth hour of prayer, as it says in the Act of the Apostles.”

Sobre Jerusalém em si, os relatos dos peregrinos e aqui vimos os escritos de Saewulf e do Abade Daniel, colaboram para podermos ter uma visão da cidade após a conquista, com menção a características de reformulação urbana pelos cristãos. Em outras palavras, além do valor religioso dos testemunhos dos peregrinos sobre suas viagens, eles possibilitam a caracterização urbana de Jerusalém.<sup>144</sup> Isto além do fato de que no ocidente europeu o conhecimento sobre os locais sagrados não era exato e a conquista se tornou reveladora.

Durante quase 90 anos de história do Reino de Jerusalém, tempo entre a conquista em 1099 e a perda da cidade para Saladino em 1187, algumas transformações foram feitas, como, por exemplo, o Domo da Rocha que foi transformado em uma Igreja cristã e a mesquita al-Aqsa que foi utilizada como o quartel dos Templários na cidade. Foucher viveu apenas para ver os primeiros dois reis de Jerusalém, uma vez que sua crônica se encerra em 1127, portanto, não presenciou a maior parte das transformações da Cidade Santa.

---

<sup>144</sup> PETERS, F. E., *Op. Cit.*, p. 295.

## CAPÍTULO II – O cronista e a crônica.

### 2.1 Quem foi Foucher de Chartres?

Chamado de *frater Fulcherius Carnotensis*<sup>145</sup> por um escritor anônimo contemporâneo que provavelmente o conheceu, nosso autor é um personagem histórico como muitos outros que se fez conhecer para a posteridade através de sua obra. Não existem outras fontes que possam trazer exatidão para a sua existência além daquela que ele mesmo escreveu. Dessa forma, não sabemos de sua vida anterior ao momento em que iniciou a jornada à Terra Santa, assim como não temos informações certas de como ou onde morreu. O que sabemos refere-se ao período e aos acontecimentos que ele mesmo escreveu, o que certamente não é coincidência. Em outras palavras, conhecemos Foucher de Chartres apenas como o importante personagem participante da primeira cruzada e habitante de seu mais orgulhoso produto, o Reino de Jerusalém. Em um contexto que produziu textos escritos anônimos e que são estudados por historiadores há séculos, um autor com apenas parte de sua vida conhecida não se constitui exatamente em um problema, mas em uma vantagem.

O medievo é um período da história que acostumou a historiografia às permanentes lacunas informativas, ou seja, dados e conhecimentos que provavelmente nunca serão encontrados. Contudo, o que se torna importante não são as faltas, mas sim as presenças ou o que entrevemos, aquilo que já sabemos, que sobreviveu ao passar dos séculos e nos trouxe a informação da existência de pessoas, seus modos de vida e suas obras. Esse é o caso de Foucher, suas próprias letras na crônica que escreveu e as menções feitas por outros escritores nas décadas seguintes que utilizaram os seus estudos para desenvolver suas ideias acerca da primeira expedição. Tudo isso nos proporciona a possibilidade de compreender um pouco quem ele foi.

Se o conhecemos pela existência de sua própria obra escrita, isso ocorre não apenas por localizá-lo no contexto da primeira expedição, mas também porque por algumas vezes ao longo dos três livros da obra o autor se coloca diretamente, se apresentando ou transmitindo seus pensamentos e sentimentos. Temos a oportunidade de ler na obra alguns trechos em que Foucher tenta explicar de forma muito objetiva

---

<sup>145</sup> FINK, Harold S. *A History of the Expedition to Jerusalem, 1095 - 1127. (Org.)*. Introduction, W.W. Norton & Company, Knoxville, 1972, p. 5.

seus interesses na compilação, o que analisaremos mais à frente. Nesses momentos ele se faz presente como participante e testemunha da expedição além de narrador.

Sabemos que ele assumiu o voto de peregrino e abraçou a cruz logo após a convocação de Urbano II, a qual relata como se estivesse presente no momento que o papa discursou, e seguiu para o Oriente, acompanhando às forças dos nobres Conde Estevão de Blois e do Duque Roberto da Normandia. Por conta das informações que nos proporciona da chegada e estadia em Roma e da passagem por mar até Constantinopla, Foucher é autoridade como fonte para estes momentos iniciais da expedição. Porém, a forma como escreve e relata estes acontecimentos transmite a noção de participação ativa, não apenas uma testemunha distante:

“Em seguida, nós francos ocidentais cruzamos a Gália e viajando através da Itália chegamos a Lucca, uma cidade muito famosa. Perto dali nós encontramos o Papa Urbano; e Roberto, o normando, o Conde Estevão de Blois e outros de nós que desejavam falar com ele. Após nós termos recebido sua benção, nós seguimos para Roma em alegria”.<sup>146</sup>

Este trecho descreve o encontro do grupo que seguia para Constantinopla sob a liderança dos dois nobres com o papa Urbano II, mostrando o cronista como participante da expedição e, mais do que isso, do grupo que teve a possibilidade de se encontrar com o pontífice. Isso não significa que o nosso cronista fosse alguém de grande importância social, ao lado dos nobres, afinal todos os presentes devem ter sido informados da presença do pontífice, uma forma excelente de validar a ação daqueles homens e mulheres.

A forma como está escrito demonstra na prática a colocação do cronista como testemunha dos principais fatos da jornada de perto, inclusive do encontro das lideranças. Durante o intervalo dos capítulos VII ao X do livro I de sua crônica, o autor utiliza por várias vezes a primeira pessoa na descrição dos eventos, aqui no caso no plural. Este formato nos aponta o caráter desta crônica ser mais que um trabalho historiográfico, também o de memórias.

Neste pequeno capítulo, outra informação importante nos é cedida para a investigação sobre a vida de nosso autor. No início do trecho, além de narrar na primeira pessoa, é feita uma identificação do grupo como “francos ocidentais.” Sabemos que uma das titulações mais comuns dos latinos durante o contexto de

---

<sup>146</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, vii, p. 75. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Then, we western Franks crossed Gaul and traveling through Italy came to Lucca, a most famous city. Near there we met Pope Urban; and Robert the Norman, Count Stephen of Blois, and others of us who desired talked with him. After we had received his blessing we went on to Rome rejoicing.”



cruzadas, inclusive pelas fontes gregas e muçulmanas, é o de francos, uma forma de abarcar todas as diferentes nações europeias do período que estavam unidas no Oriente sob o mesmo objetivo de conquista. Contudo, quando Foucher utiliza o termo neste trecho da obra, ele se refere de forma a não generalizar os combatentes latinos, mas especificando a origem daquele grupo. Algo destacado também em outro momento e de forma ainda mais objetiva:

“E alguém já ouviu tal mistura de idiomas em um só exército? Ali estavam presentes Francos, Flamengos, Frísios, Gauleses, Alóbroges, Lotaríngios, Alemães, Bávaros, Normandos, Ingleses, Escoceses, Aquitânios, Italianos, Dácios, Apúlios, Ibéricos, Bretões, Gregos e Armênios. Se algum bretão ou Teutônico desejasse me fazer alguma questão eu não poderia responder nem entender.”<sup>147</sup>

Em outras palavras esta enorme diferenciação de origem entre os participantes presentes, (neste caso citados não apenas os membros da nobreza e do clero, mas os homens simples que formavam a grande maioria do exército latino), na expedição fortalece também a identidade do próprio Foucher. Afinal, ele tem origem no norte franco e isto o caracteriza frente os outros. Assim como a barreira apresentada pela distância linguística entre sua língua vernácula e daqueles que vivem mais ao norte, os bretões e teutônicos, mostra os grupos étnicos que estão mais próximos de sua cultura e outros que estão mais distantes. Sabemos que a escrita da crônica foi feita no latim reservado para a erudição e o exercício do sagrado pelos clérigos, mas a linguagem oral era praticada nos dialetos locais que aos poucos ganhavam mais força e se diferenciavam à época, distanciando aqueles que falavam línguas vernáculas de origem latina daqueles que tinham a matriz germânica.

Este relato foi feito uma vez que as forças latinas estavam todas unidas, e isso ocorreu apenas após a chegada em Constantinopla no verão de 1097. Na prática, só se encontraram os diferentes grupos liderados por nobres de várias regiões do ocidente medieval do outro lado do Bósforo, uma vez que não chegaram e atravessaram a capital bizantina ao mesmo tempo. Antes disso, vindos de lugares diversos, cada grupo teve seu próprio caminho e passou por obstáculos diferentes. Se Foucher destaca o fato de serem francos ocidentais, está diferenciando seu grupo dos outros participantes da jornada que também tinham tomado o destino do oriente.

---

<sup>147</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, xiii, p. 88. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “And whoever heard of such a mixture of languages in one army? There were present Franks, Flemings, Frisians, Gauls, *Allobroges*, Lotharingians, *Alemanni*, Bavarians, Normans, English, Scots, Aquitanians, Italians, Dacians, Apulians, Iberians, Bretons, Greeks, and Armenians, If any Briton or Teuton wished to question me I could neither reply nor understand”.

Como neste primeiro momento, nosso autor acompanhou as forças do Conde de Blois, somada a sua informação de se tratarem dos francos, fica plausível aceitar a sua região natural como a da cidade de Chartres. Pois, quando se identifica pelo nome, ele faz de formas diferentes, três vezes apenas como Foucher e outras três vezes como Foucher de Chartres. Por isso os detalhes a mais aqui mostrados são importantes para determinarmos sua origem. Em um outro trecho, podemos ter uma informação ainda mais elaborada, como o que se encontra no livro II, quando é descrita uma pequena emboscada em que as forças do então Conde Balduino de Edessa caíram perto da cidade de Beirute, quando tentavam chegar em Jerusalém para que o nobre assumisse o trono da Cidade Santa e se tornasse rei:

“Naquele dia nada foi bem; nós não tivemos descanso, nem foram nossas sedentas feras hidratadas. De fato eu desejei muito estar em Chartres ou em Orléans, assim como os outros. Toda aquela noite nós definhamos do lado de fora de nossas tendas nos mantendo bem atentos”.<sup>148</sup>

Claramente, ao citar o nome das cidades de Chartres e Orléans em um momento de perigo, fazendo uma citação quase nostálgica, Foucher nos mostra que já esteve naquela região, dando assim mais uma evidência da sua origem. Fica claro também um sentimento de conforto e proteção vinculado à cidade e à região, demonstrando uma relação forte do cronista. As duas cidades ficam próximas na área central do território franco, também próximas de Blois e a residência do Conde Estevão, a quem ele seguiu. Assim com todas estas informações podemos, a partir da crônica concluir com a origem do autor nos arredores de Chartres.

O fato de Foucher ser um homem do clero medieval é claro para nós, por todos os argumentos que precisamos analisar para compreender o cronista, o homem de saber em si. Sendo um erudito, que escreveu e compilou uma obra em latim, a partir de seus testemunhos e também de um conhecimento antigo que teve acesso podemos concluir que ele era um clérigo católico. Contudo, além desta relação direta entre o papel eclesiástico e o historiador temos na sua obra outras indicações de sua função primária na sociedade.

Foucher foi capelão do Rei Balduino I de Jerusalém antes mesmo de ele ser coroado na Cidade Santa após a morte de seu irmão. Quando ainda era apenas Conde,

---

<sup>148</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro II, ii, p. 139. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “That day nothing went well; we had no rest, nor were our thirsty beasts watered. Indeed I wished very much that I were in Chartres or Orléans, and so did others. All that night we languished outside our tents keeping very watchful”.

irmão mais novo da família e iniciou sua marcha no oriente repleto de ambição pela conquista de terras e riquezas, Balduíno o conheceu e o escalou como seu clérigo pessoal, acompanhante em batalha, se necessário. Isto ocorreu logo após a saída das forças latinas das redondezas de Constantinopla e o ataque a Nicomédia. Balduíno então se separou do grande grupo e seguiu rumo à cidade de Edessa, a qual ele conquistou e da qual se tornou senhor. Dessa forma, Foucher se manteve sob a proteção do nobre e cumprindo sua função, o que continuou ocorrendo quando ambos se mudaram para Jerusalém, para se tornarem rei e capelão real respectivamente.

Até a morte do monarca, o cargo importante foi mantido. Assim, o cronista sempre esteve muito próximo aos acontecimentos do governo dos latinos, desde os primeiros anos após as conquistas da expedição. Isso propiciou a descrição de batalhas, cercos, conquistas e derrotas, além de questões políticas e econômicas de forma muito próxima e por vezes com riqueza de detalhes no livro II de sua crônica. Quando o cargo foi assumido por Balduíno II, Foucher deixou de ser capelão e passou a viver de forma mais fixa na Cidade Santa, sem ter mais tanta proximidade com o governo. Passou a ter o título e cargo de Prior do Monte das Oliveiras. Percebemos que a experiência muda a narrativa que não mais descreve as batalhas, as jornadas distantes a capital do reino e se prende principalmente aos acontecimentos de governo, os fatos que ocorriam na Cidade Santa.

O cargo de capelão lhe permitia realizar as duas atividades conhecidas de sua vida, ser clérigo e historiador. Dentro do clero católico, o capelão era um dos cargos da hierarquia que tinha maior proximidade com o cotidiano de membros das altas esferas sociais, principalmente em períodos que envolveram uma atividade bélica. Famílias de nobres, incluindo como vimos reis, costumavam manter em seus domínios capelães oficiais que cumpririam qualquer função para que um pároco fosse necessitado. Realizava sacramentos, cerimônias oficiais, servia de conselheiro e até mesmo elaborava trabalhos eruditos em prol de seus protetores. Muitos escreveram *Gestas* sobre seus protetores e suas famílias, ao mesmo tempo que tinham acesso a documentos e possíveis escritos antigos que estes nobres possuísem.

No caso de Foucher de fato ele consultou a biblioteca de Jerusalém para escrever seus trabalhos e também não podemos eximi-lo de ter por vezes engrandecido e criado em muitas passagens, principalmente no livro II, um notável protagonismo para Balduíno em sua crônica.

Era comum o capelão acompanhar o seu senhor quando este atuasse em guerras, como o provedor da benção ou de um conselho nos momentos agitados antes e depois de batalhas. No contexto das cruzadas, um movimento bélico por excelência, e também durante o período do governo do Reino de Jerusalém que exigia constantes conflitos e escaramuças entre as lideranças políticas da região, ele acompanhou Balduíno na maior parte de suas ações de guerra.<sup>149</sup> Apesar de não tomar parte nos confrontos, já que em nenhum momento da obra o cronista comenta ou aparenta ter gosto pela guerra e ter participado ativamente dela, Foucher deve ter estado presente em muitas delas, mesmo nas mais distantes da Cidade Santa.

Além do cargo que exerceu e a relação intrínseca que existia no contexto medieval do século XII entre a atuação como clérigo e a de um homem de saber, podemos ter outros indícios de que Foucher era membro do clero católico. Como, por exemplo, as citações comuns no trabalho de trechos bíblicos, relacionados a alguns acontecimentos narrados. Além disso, o cronista descreve o momento que completou sua peregrinação, indo para Jerusalém e visitando os locais santos, mostrando específica atenção ao interior do Domo da Rocha, assim como a Igreja do Santo Sepulcro. Comentando o interior da mesquita que os cristãos chamavam de Templo do Senhor, Foucher escreve:

“No meio do Templo, quando nós entramos pela primeira vez e pelos últimos quinze anos, havia uma certa rocha nativa. Era dito que a Arca da Aliança do Senhor junto da urna e da tábulas de Moisés estavam seladas dentro dela, que Josias, Rei de Judá, ordenou que isso fosse posto lá dizendo, ‘Você não deve nunca carrega-la deste lugar’ [II Crônicas 35:3]. Pois ele previu o futuro Cativoiro”.<sup>150</sup>

Neste trecho podemos perceber a referência ao conhecimento pessoal do Templo a partir do momento que os latinos puderam entrar na cidade após a conquista. Além disso, a forma como é ilustrada a visão do cronista e a descrição com a passagem bíblica do antigo testamento que faz referência direta à rocha mostra seu conhecimento clerical. Estas descrições eram comuns em diários de peregrinos do período, sendo que os relatos escritos normalmente eram feitos por clérigos que estavam exercendo seus votos de caminhantes.

---

<sup>149</sup> Importante notar que o cargo de capelão atualmente em nossa sociedade está muito mais relacionado à ação militar do que à Igreja Católica. É comum exércitos em ação por todo o planeta terem entre seus componentes um clérigo, mas podendo ser de religião variada, dependendo do credo dos soldados. Contudo, o nome do cargo se mantém como o sacerdote que acompanha as forças militares.

<sup>150</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, xxvi, p. 118. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “In the middle of the temple, when we first entered it and for fifteen years thereafter, was a certain native rock. It was said that the Ark of the Lord’s Covenant along with the urn and tables of Moses was sealed inside of it, that Josiah, King of Judah, ordered it to be placed there saying, “You shall never carry it from this place” [II Paralip. 35:3]. For he foresaw the future Captivity”.

Por fim, Foucher em todo o primeiro livro da crônica mostra muita preocupação e reserva grande destaque para as autoridades eclesiásticas relacionadas à expedição. O papa Urbano II é sempre referido com muito respeito e em papel de maioridade, da mesma forma é o prelado papal bispo Adhemar, que acompanhou as forças francas até o cerco de Antioquia, aí falecendo. Ao longo da crônica, as questões que envolvem o clero tem atenção especial, tal como o conflito de Urbano II com o antipapa Clemente III, a indecisão para o estabelecimento dos bispados nas cidades conquistadas, se deveriam ser por clérigos latinos ou gregos e o patriarca de Jerusalém que frequentemente se envolvia na política e tinha assim problemas com o rei. Esse interesse presente demonstra por parte de Foucher um entendimento e um respeito muito grande pelo clero e principalmente pelas autoridades católicas.

Em dois momentos da obra o cronista indica a sua idade, ambos no livro III, primeiro no capítulo XXIV, através de um pequeno poema ele indica ter completado 65 anos. Posteriormente, no capítulo XLIV afirma ter 66 anos, com o cálculo das datas da escrita, a partir dos fatos narrados, mostrarem os anos 1123 e 1125 respectivamente, podemos concluir que Foucher nasceu em 1058 ou 1059. Seguindo esse raciocínio, em toda a sua vida em Jerusalém ele fora um homem maduro e que envelheceu enquanto escrevia sua crônica.

O livro III da crônica termina de forma abrupta, sem antecipação ou descrição de algum motivo. A data desta interrupção é o ano de 1127, acredita-se que o fim da crônica tenha ocorrido dessa forma pela morte ou incapacidade séria de Foucher de continuar a escrever. Em se tratando de um trabalho tão longo, descritivo e em vários momentos muito atencioso para os acontecimentos centrais da política do Reino de Jerusalém, é difícil acreditar que se possível o autor não faria um final, ou pelo menos relataria um fato central como a chegada do herdeiro ao trono meses depois no mesmo ano. Assim, podemos apontar como o fim da vida conhecida de Foucher o ano de 1127, o mesmo ano que termina a sua obra.<sup>151</sup>

Mais uma vez, um dos motivos para podermos elucidar tantos pontos da vida do autor através de sua crônica de forma tão prática é o fato de ele ter escrito e compilado seus três livros sem procurar se “esconder” atrás do conteúdo da obra. Em diversos momentos Foucher escreve na primeira pessoa, seja no plural ou no singular, talvez incentivado pelo caráter de Guia ou Diário que várias partes da obra assumem já que estão sendo relatados acontecimentos recentes e de testemunho direto pelo autor.

---

<sup>151</sup> FINK, *Op. Cit.* p. 7.

Porém, de qualquer forma, é notável a facilidade que Foucher tem em se apresentar ao seu leitor, sem nenhuma censura ou obstáculo. Diversos trechos já foram mostrados e analisados para diferentes objetivos nos capítulos anteriores deste trabalho e em alguns pudemos ver o uso inclusive do *Eu*, além da identificação e nomeação de si mesmo e a indiscriminada demonstração de seus objetivos como escritor. Aqui um exemplo, quando é relatada a separação do corpo principal das forças cristãs pelo Conde Balduíno:

“Nós, então, chegamos a uma próspera cidade que se chama Marash. Nós descansamos calmamente lá por três dias. Mas quando nós já tínhamos marchado um dia de jornada de lá e estávamos agora não mais longe que três dias de Antioquia da Síria, eu, Foucher, me retirei do exército principal e com o senhore Conde Balduíno, irmão do Duque Godofredo, viramos para dentro do território à esquerda.”<sup>152</sup>

Este é apenas um de vários exemplos desta colocação própria dentro da narrativa sem nenhum tipo de empecilho. A localização de si mesmo como um personagem é uma característica presente na obra, inclusive com a ausência deste discurso quando na passagem descrita ele não estava participando. A obra não tem um narrador que se sobreponha à existência do autor, em nenhum momento ele fica submerso em sua obra ou talvez até ausente. Por esse motivo, por demonstrar uma singularidade incomum nas obras do período, talvez seja tão prático compreender a colocação do autor como também testemunha e participante dos acontecimentos narrados.

Consequentemente, também nos abre a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre o autor da obra em aspectos objetivos e específicos, já que em muitos momentos ele fornece informações pessoais, como a sua idade e a sua origem. Enfim, trabalhamos com um autor que tem claramente a intenção de salientar sua experiência pessoal como parte do processo criativo do seu trabalho historiográfico e, assim, acaba criando um caráter pessoal para a narrativa. Essa característica nos abre a possibilidade de enxergar melhor um indivíduo que só é conhecido pelas palavras que escreveu.

---

<sup>152</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, xiv, p. 89. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “We then came to a certain flourishing city which is called Marash. We rested quietly there for three days. But when we had marched a day’s journey from there and were now not farther than three days from Antioch of Syria, I, Fulcher, withdrew from the [main] army and with lord Count Baldwin, brother of Duke Godfrey, turned into the country to the left.”

## 2.2 A crônica e a organização da escrita

A realização da obra escrita que aqui analisamos como nossa principal fonte de informações para o contexto histórico analisado estava diretamente relacionada à existência e ao acontecimento da cruzada. Observando os acontecimentos da sua posição privilegiada, pois além de clérigo, capelão, homem letrado, o autor era também um dos participantes peregrinos que aceitou a convocação de Urbano II como todos os outros, ou seja, um membro da expedição. Porém, a forma como produziu sua obra, sua escrita, seus conhecimentos prévios utilizados na sua compilação está tão relacionada à sociedade oriental conquistada pelos francos quanto ao mundo deixado para trás no ocidente medieval.

Foucher de Chartres não inventou a crônica, o gênero escrito, ou a erudição letrada no mundo eclesiástico. Ele estava inserido no contexto de produção de conhecimento e isto independente do acontecimento da expedição latina para Jerusalém. Contudo, para compreendermos nossa fonte, precisamos também compreender o conhecimento letrado de Foucher como parte da sociedade que ele estava inserido, não apenas a sua origem, mas o seu ambiente de escrita.

Assim, antes de analisarmos a função de cronista e as nuances da erudição dos clérigos que realizavam esta atividade, temos que compreender algumas características da obra finalizada, principalmente de sua organização, e as relações diretas que o exercício de escrita teve com a vida de Foucher como viajante, clérigo e capelão.

A *História Hierosolymitana* é dividida em três partes: os livros I, II e III, e feita com ferramentas de narrativa diferenciadas, apesar de formar uma mesma obra estes três volumes devem ser compreendidos a partir de suas especificidades. Não seria possível analisar o livro I, como fazemos principalmente neste trabalho, sem entender a relação que existe com os outros dois. Assim como precisamos levar em conta o contexto de vida do autor em que estava inserido enquanto escrevia, o que sabemos que tem um peso enorme nos fatos elencados e descritos. Enfim, apesar de termos como fonte principal apenas o primeiro livro, precisamos compreender os outros dois e em alguns momentos também utilizá-los como forma de analisar importantes partes do raciocínio referente à expedição.

Para entendermos o funcionamento geral da obra, a organização da *História*, precisamos analisar também a narrativa após a conquista da cidade de Jerusalém, ou seja, após o fim da expedição convocada em 1095. Mais especificamente, o livro II se

inicia com a morte do Protetor do Santo Sepulcro, Godofredo de Bulhão e a escolha do Conde Balduíno de Bolonha, naquele momento soberano de Edessa, como o herdeiro. Este que, ao assumir como autoridade, passou a ter o título de rei de Jerusalém e além do poder sobre as terras, teria também a responsabilidade de governar o potentado maior, tanto em território quanto em importância na hierarquia nobiliárquica.

O monarca de Jerusalém era por regra o suserano de outros três territórios latinos, o Principado de Antioquia, o Condado de Edessa e pouco mais de um ano depois, o Condado de Tripoli, cada um com sua liderança advinda de *milites* veteranos participantes da primeira cruzada.

Para o nosso cronista que estava desde o cerco em Nicomédia acompanhando Balduíno e a partir da expedição para Edessa exercendo a função de capelão, a transformação de seu protetor no soberano maior de todo o projeto de ocupação e sociedade latina no oriente significou passar a viver na Cidade Santa e a ter uma proximidade enorme aos acontecimentos centrais da política na região da Palestina e da Síria. Ali bem instalado, com acesso ao arquivo da cidade e a alguns veteranos da expedição, ele iniciou a escrita de sua crônica, sendo testemunha de batalhas, acordos políticos, a chegada de novas expedições vindas da Europa e diversos acontecimentos centrais para o contexto da época e a realidade local após a expedição. Ao contrário dos outros cronistas participantes da primeira cruzada que finalizaram seus relatos com a conquista da Cidade Santa, Foucher ao se fixar no oriente e ter uma colocação que o permite ser testemunha do dia a dia do Reino de Jerusalém, ele continuou escrevendo. Assim, sua crônica é uma fonte rica para o estudo também da formação dos territórios latinos e seus percalços nas primeiras décadas após o assentamento no oriente.

Logo nos primeiros capítulos do segundo livro, temos a descrição de diversos conflitos armados sob o ponto de vista da testemunha que o capelão era. Como forma de defesa, Balduíno I ataca diversas praças muçulmanas nos anos seguintes à sua coroação como: Cesareia, Acre, Arsuf e Jaffa conquistando uma a uma.<sup>153</sup> Nestes primeiros anos, as forças reais também foram compelidas por diversas vezes a se defenderem de ataques islâmicos vindos do Egito, ou seja, investidas do califado fatímida, liderado pelo vizir al-Afdal, a única autoridade do Islã no início do século XII que procurava fazer frente aos latinos.

Em 1101, nas redondezas da cidade de Ramla, o primeiro destes grandes ataques acaba com vitória dos cristãos que estavam por todo o decorrer da batalha em menor

---

<sup>153</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, II, p. 71



número e em grande parte do tempo pareciam ter a derrota certa. Foucher faz na crônica a descrição do conflito de forma bem realista, podemos perceber a sua presença em face dos acontecimentos. Da mesma forma, percebemos como através dos olhos e da pena do cronista, o monarca tem grande destaque e aparece como um homem de várias virtudes, ou seja, como um guerreiro habilidoso, corajoso e de fato um líder para os cristãos. Além de tudo isso temos a possibilidade de ter contato com uma fala do rei para os seus soldados e cavaleiros momentos antes do início da batalha:

“Venham, soldados de Cristo, tenham bom ânimo e não temam nada! Conduzam a si mesmos corajosamente e nós seremos poderosos nesta batalha. Lutem, eu suplico a vocês, pela salvação de suas almas, exaltem a todo lugar o nome de Cristo a quem estes degenerados sempre vigorosamente injuriam e desgraçam, que não acreditam nem em Seu Nascimento, nem em Sua Ressureição. Se vocês forem mortos aqui, vocês certamente estarão entre os abençoados. O portão do Reino dos Céus já está aberto a vocês. Se vocês sobreviverem como vitoriosos vocês irão brilhar em glória entre todos os cristãos. Se, porém, vocês desejam fugir lembrem que a França está, de fato, à uma longa distância.”<sup>154</sup>

É marcante a forma como neste pequeno discurso motivador descrito na crônica, Balduíno I ao tentar dar argumentos e força para que seus soldados tivessem coragem frente a um exército maior no conflito que se pronunciava, diversas características que podem ser associadas ao exercício da cruzada foram levantadas. A pontuação do adversário como o infiel e inimigo da religião cristã, a lembrança da bênção e remissão dos pecados daqueles presentes, uma vez que a grande maioria dos indivíduos que ali estavam haviam participado da expedição de conquista meses antes, e a vergonha que se cairia sobre aqueles que fugissem como covardes. Sabemos que estes eram apontamentos comuns nas batalhas medievais, independentes da espiritualidade de cruzada, mas é impossível não associarmos a guerra de defesa como também parte do mesmo pensamento que propiciou a invasão e conquista anteriormente. Afinal todos aqueles homens, incluindo o que escreve, estavam imbuídos no sentido de guerra santa.

De forma geral, se pensarmos no governo de Balduíno I, podemos notar que todo o processo de formação, estruturação e manutenção do Reino de Jerusalém e dos outros potentados cristãos no Levante ocorreu entrelaçado com o mesmo sentimento e as

---

<sup>154</sup> Fulcher de Chartres, Op. Cit., II, xi, p. 157. Traduzido livremente pelo autor do original: “Come then, soldiers of Christ, be of good cheer and fear nothing! Conduct yourselves manfully and ye shall be mighty in this battle. Fight, I beseech you, for the salvation of your souls; exalt everywhere the name of Christ whom these degenerate ones always vigorously revile and reproach, believing in neither His Nativity nor Resurrection. If you should be slain here, you will surely be among the blessed. Already the gate of the Kingdom of Heaven is open to you. If you survive as victors you will shine in glory among all Christians. If, however, you wish to flee remember that France is indeed a long distance away.”

mesmas ideias que motivaram a participação na expedição de 1096. A dificuldade em se estabelecer como uma sociedade latina à medida que o confronto com as autoridades muçulmanas eram constantes e faziam com que a compreensão de estar exercitando um dever sagrado, tal qual a do viajante que atendeu a convocação de Urbano II, fosse presente. Isso não significou que com o passar dos anos e o desenvolvimento da vida no oriente por alguns dos latinos, essas ideias originais não se transformassem. Porém, a defesa do território conquistado fazia parte do mesmo espírito de cruzada que promoveu a conquista.

Como podemos perceber pelo excerto destacado, uma das características mais intensas e presentes no livro II da obra é o protagonismo de Balduíno. O conde aparece a todo momento como o personagem destacado por suas virtudes e ações em proteção dos cristãos. O próprio título dado para esta parte da crônica já indica este posicionamento, uma vez que logo na primeira página vemos a apresentação: “Aqui se inicia o segundo livro dos feitos do Rei Balduíno, o Primeiro”.<sup>155</sup> Uma vez que o primeiro livro destaca os “feitos dos Francos, peregrinos de Jerusalém.”<sup>156</sup> Enquanto o terceiro livro, destaca os “feitos de Balduíno II”<sup>157</sup>

No mesmo trecho sobre a batalha de Ramla, podemos ver uma descrição detalhada sobre a ação do monarca. Não apenas como o comandante, membro da realeza, vendo de longe a ação de seus cavaleiros e soldados, mas no meio do conflito, de lança na mão agindo de forma, assim entendida por Foucher, decisiva para o destino da batalha. A partir do ponto de vista de uma testemunha ocular, o autor nos fornece uma grande riqueza de detalhes na ação do rei:

“Quando ele viu que a força do inimigo era maior, ele cavalgou em total velocidade com seu próprio esquadrão e vigorosamente se opôs ao ataque dos infiéis. Brandindo sua lança, da qual tremulava um estandarte branco, em face do seu poder superior, ele atravessou um Árabe em sua frente. A bandeira permaneceu no ventre do Árabe quando ele foi derrubado ao chão do seu cavalo. Porém, Balduíno retirou sua lança enquanto eu, estando próximo, testemunhei, e ele de uma vez a carregou pronto para matar outros.”<sup>158</sup>

---

<sup>155</sup> Foucher de Chartres, Op. Cit., II, p. 137. Traduzido livremente pelo autor do original: “Here beginneth the Second Book of the Deeds of King Baldwin the First.”

<sup>156</sup> Foucher de Chartres, Op. Cit., I, p. 61. Traduzido livremente pelo autor do original: “(...) the Deeds of the Franks, Pilgrims to Jerusalem.”

<sup>157</sup> Foucher de Chartres, Op. Cit., III, p. 225. Traduzido livremente pelo autor do original: “(...) the Deeds of Baldwin II”.

<sup>158</sup> Foucher de Chartres, Op. Cit., II, xi, p. 158. Traduzido livremente pelo autor do original: “When he saw that the strength of the enemy was greater, he rode up at full speed with his own squadron and vigorously opposed the attack of the infidels. Brandishing his lance, from which flew a white banner, in the face of their superior might, he ran through an Arab opposite him. The flag remained in the Arab’s belly when he was knocked to the ground from his horse. But Baldwin pulled out his lance as I, standing near, witnessed, and he at once carried it ready to slay others.”

Interessante perceber a colocação na primeira pessoa que o autor faz para explicitar seu posicionamento ao lado de Balduíno durante a investida sobre as forças muçulmanas. Demonstrando grande admiração pela ação corajosa e vital para os cristãos como uma virada na batalha que pendia fortemente para as forças maiores de Al-Afdal. Porém, podemos notar também o quão assustado, para não dizer espantado, pelo forte ato de violência que presenciou.

O rei Balduíno I é colocado como senhor de diversas qualidades ao longo do livro II e nesse momento é descrito pelas virtudes do bom guerreiro, um cavaleiro corajoso, destemido e com bravura, que age sem piedade com o inimigo da fé e protege a qualquer custo seu reino e seus súditos, no caso participando ativamente da batalha, arriscando a sua vida. Ao fim, quando os cristãos saíram vitoriosos a importância do monarca é explicitada:

“Naquele dia o Rei se conduziu de forma muito valente; ele foi a maior fonte de conforto para nós e foi um guerreiro destemido. Seus soldados também, apesar de serem poucos, foram os mais bravos”.<sup>159</sup>

No ano seguinte, al-Afdal voltou à refrega e atacou as forças latinas. Mais uma vez foi derrotado, o que se repetiu algumas vezes durante o reinado de Balduíno I. Quando Foucher relata estes combates, ele sempre reserva uma posição de destaque e bravura para o rei em suas participações, seja quando realmente entrou na batalha ou quando agiu como estrategista e até atuando com esperteza para evitar o confronto em alguns momentos. Essa colocação do monarca como um homem de virtudes por parte do cronista se relaciona ao fato de ele ser o capelão real e por isso presenciar de perto os episódios centrais da política do reino e também buscar sempre colocar seu senhor como protagonista da narrativa.

Todas estas características que rodeavam a escrita nos fazem pensar que além da vontade de descrever a expedição e principalmente o seu êxito, com certeza o autor estava imbuído no processo de fundação dos governos latinos sobre os assentamentos feitos nas conquistas da primeira cruzada. Tanto as dificuldades e os obstáculos, quanto as transformações do cotidiano são descritas sob o espectro de um projeto em andamento, ou seja, a escrita da sua *História* como um todo é influenciada pelo

---

<sup>159</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, II, p. 159. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “On that day the king conducted himself most valiantly; he was the greatest source of comfort to us and was a dauntless fighter. His soldiers too, although they were few, were most brave.”

processo de fundação do Reino de Jerusalém e principalmente os papéis que os reis Balduíno I e II exerceram, pois era esse o presente vivido pelo cronista.

Se apontamos que este mesmo processo de instalação de um governo latino sobre o território e os percalços para a realização disto está ainda diretamente ligado à espiritualidade da expedição conquistadora, da mesma forma vemos diferenças que surgem à medida que o tempo passa e a realidade daqueles que estão fixados no Oriente vai se transformando. Quando Foucher escreve sua obra o faz com as duas perspectivas em mente, a sociedade que vive tanto como um resultado glorioso da jornada sagrada da qual fez parte, como um diferente processo que exige novas ideias e formas de se proceder.

O evento principal é a expedição vitoriosa, assim como o maior atrativo da obra para a época é a realização dos objetivos colocados por Urbano II em sua convocação de 1095. Porém, é impossível separarmos a realidade que o autor vivia de estar em um reino em formação e constante esforço para sua manutenção, das memórias que utilizou para a construção da crônica, principalmente no livro I que relata a expedição. Ou seja, a descrição de toda a jornada da qual ele participou foi feita sob um olhar não apenas positivo, mas de alguém que já conhece o resultado das ações. E principalmente, um resultado de sucesso e que teve como consequência a instalação dos condados latinos. Em outras palavras, o cronista registra sua visão sobre a primeira cruzada de forma a relacioná-la diretamente com a fundação do Reino de Jerusalém, local onde vive, sociedade da qual faz parte, que é governada por seu nobre protetor e que exige esforços diários para ser mantida. Inevitável dizer então que o projeto de solidificação dos territórios latinos no oriente é algo que permeia toda a obra.

Relacionada diretamente a isso, uma outra característica fundamental da *História* que deve ser considerada durante a sua análise e que fez parte do processo de trabalho e construção da obra é a diferença temporal e o longo espaço de tempo em que foi redigida. Pois os três livros que a compõem não foram escritos de uma só vez, nem ao longo de um único exercício contínuo. Aliás, não podemos dizer nem que a relação do autor com as informações utilizadas foi a mesma em todos os estágios de sua escrita. Afinal, a crônica foi feita em partes e de formas diferenciadas.

O livro I, fonte principal do nosso trabalho, que compila informações sobre o acontecimento da expedição para Jerusalém, foi escrito após a finalização da jornada. Rememorando os mais de 4 anos entre sua instalação na Cidade Santa e a convocação por Urbano II no concílio de Clermont - Ferrand, utilizando-se além da própria memória

da referência aos outros dois relatos escritos de participantes da jornada. No caso dos livros II e III os acontecimentos foram redigidos quase simultaneamente, já que o registro foi feito de forma cotidiana. Ou seja, o cronista fez de seu trabalho historiográfico, um processo de escrita quase como o de um diário, realizado em blocos. Enquanto o primeiro livro, aquele que descreve a convocação de Urbano II e a expedição que se sucedeu foi feito pouco tempo após seu término e da mesma forma, logo após a fundação do Reino de Jerusalém. Assim, realizado a partir de memórias e informações resgatadas.

Por causa desta diferença temporal nos momentos de construção da obra percebemos mudanças nas opiniões e pontos de vista do autor, de modo a podermos usar como exemplo das também mudanças que ocorreram com muitos dos latinos que participaram da expedição de 1096 e passaram a viver no Levante em seguida. Podendo, como no caso de Foucher, ter vivido o resto de suas vidas, décadas, no Oriente. O cronista ainda era um homem jovem e com ideias parecidas com aquelas que o motivaram a participar da jornada conquistadora quando escreveu o livro I e iniciou o II, enquanto envelheceu ao longo da redação do restante da obra e ao fim do livro III era um homem idoso que buscava analisar a política e a sociedade do Reino de Jerusalém na década de 1120, ao mesmo tempo que refletia sobre a sua própria vida e os resultados práticos da expedição audaciosa que participou.

Os últimos capítulos, por exemplo, foram escritos mais de 25 anos depois do início da redação, e narram de forma quase cotidiana aquilo que ocorria e para o autor era relevante. A compreensão do cronista sobre aquilo que o cerca ao longo da obra vai se transformando: a sua análise da expedição no livro I é com certeza diferente do ponto de vista sobre a política de Balduíno I no livro II. Com o passar do tempo, mudam suas opiniões pessoais sobre o reino, até chegarmos em sua forma de ver o rei Balduíno II contida no livro III. Este aspecto da *Historia* de Foucher de Chartres é definitivamente decisivo para o seu estudo e mostra a necessidade da diferenciação para cada parte da obra.

Como exemplo destes diferentes focos, processos de trabalho e opiniões do cronista ao longo da obra podemos tomar o fato de que o rei Balduíno I, principal personagem do segundo livro, aparece no primeiro apenas em um capítulo com real destaque, quando é descrito o desvio que ele faz se separando do exército e marchando em direção a Edessa, o que Foucher acompanha de perto. Podemos afirmar que o

primeiro livro tem como objetivo a descrição da expedição e como destaque os acontecimentos ligados a ela, inclusive aqueles que o autor não presenciou.

Além dos acontecimentos da política do reino e detalhes sobre os interesses dos latinos na Palestina com uma proximidade dos monarcas que apenas sua obra na época fornece, a crônica oferece a possibilidade de analisar o raro ponto de vista de alguém que presenciou a mudança do pensamento de alguns latinos referente aos orientais à medida que conviveram, mesmo que como inimigos. E da mesma forma a sua própria maneira de ver as coisas que também se transformou com a passagem do tempo. Como participante da expedição de conquista e residente do Levante nas décadas seguintes, Foucher teve a oportunidade de presenciar ocidentais mudarem seus hábitos, aceitarem a sabedoria local quanto a muitas características da vida comum e perceber que a convivência era vital para a sobrevivência, no mínimo, com os cristãos orientais.

Transformação de opinião esta que serve também para ele próprio, perceptível em sua obra. Como em um célebre capítulo na parte final do livro III, quando descreve o que F.E. Peters caracteriza em seu livro como um exemplo da *orientalização*<sup>160</sup> dos latinos que haviam chegado no início do século e lá ficaram:

“Pois nós que éramos Ocidentais agora nos tornamos Orientais, ele que era um Romano ou um Franco se tornou nesta terra um Galileu ou um Palestino. Ele que era de Reims ou de Chartres agora é um cidadão de Tiro ou Antioquia. Nós já nos esquecemos dos lugares de nossos nascimentos; já são para muitos de nós desconhecidos ou não mais mencionados. Alguns já possuem casas e criados por herança. Alguns se casaram com mulheres não apenas de sua própria gente, mas Sírias ou Armênias ou até Sarracenas que obtiveram a graça do batismo. Alguns têm seus sogros, assim como seus cunhados vivendo consigo, ou seu filho se não enteado e padrasto”.<sup>161</sup>

Como parte da comitiva real e testemunha dos problemas que os dois reis de Jerusalém até então tinham tido para governar, Foucher percebe a necessidade que os condados latinos tinham de conviver com os orientais, no mínimo com os cristãos sírios, jacobitas, nestorianos, coptas, gregos e outros. O ódio cego contra qualquer diferente era o fim quase óbvio de um reino que estava cercado por todos os lados e constantemente

---

<sup>160</sup> PETERS, F. E. *Jerusalem. The Holy City in the Eyes of Chroniclers, Visitors, Pilgrims, and Prophets from the Days of Abraham to the Beginnings of Modern Times*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1985, p. 309.

<sup>161</sup> Fulcher de Chartres, *Op. Cit.*, p. 269 – 270. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “For we who were Occidentals have now become Orientals. He who was a Roman or a Frank in this land been made into a Galilean or a Palestinean. He who was of Rheims or Chartres has now become a citizen of Tyre or Antioch. We have already forgotten the places of our birth; already these are unknown to many of us or not mentioned any more. Some already possess homes or household by inheritance. Some have taken wives not only of their own people but Syrians or Armenians or even Saracens who have obtained the grace of baptism. One has his father-in-law as well as his daughter-in-law living with him, or his own child if not his step-son or step-father.”

necessitado de pessoas e riquezas. Além do fator estratégico, nosso autor faz parte do grupo de ocidentais que aprendeu a valorizar a vida local, os hábitos cotidianos de higiene, o convívio com o calor do deserto, o conhecimento maior em algumas áreas como o caso da medicina. Essa *orientalização* como proposta de convivência, era contrastada fortemente com os cristãos europeus que chegavam da Europa, contagiados pelo ideal da guerra santa, ou seja, pelo sentimento de ódio e repulsa ao “infiel”, assim como uma vontade cega de combate<sup>162</sup> e o total desconhecimento desse processo sutil de mudança que só a convivência testemunha. A desastrada segunda cruzada vai mostrar isso e principalmente à medida que a primeira geração de latinos vai sumindo e novas autoridades e herdeiros chegam do ocidente, a situação dos territórios conquistados vai piorando. Juntando a isso, a crescente organização dos muçulmanos sob fortes líderes, ao longo do século vai iniciar o fim do sonho de Urbano II, algo que nem a criação das ordens militares vai evitar.<sup>163</sup>

Importante citar também que, com o maior tempo de cobertura dos livros II e III, Foucher descreve acontecimentos naturais que chamavam a sua atenção em Jerusalém. Como, por exemplo, dois capítulos que relatam, respectivamente, um terremoto e a aparição do que ele chama de “sinais no céu” e que explica como um cometa, também registrado por outras fontes do período. Da mesma forma ao fim do livro III, Foucher descreve alguns rios da região e os tipos de serpentes da Palestina. O último capítulo da obra é, curiosamente, sobre uma peste de ratos que assolou a Cidade Santa e seus arredores em 1127, o que nos deixa a suspeita de sua morte. Ora, não são feitos os relatos de alguns acontecimentos centrais para a política do reino no ano seguinte, como a chegada do Conde de Anjou, indicação de Balduíno II para ser sua sucessão, o que certamente, se possível, Foucher teria colocado em sua crônica.<sup>164</sup>

---

<sup>162</sup> RUNCIMAN, *Op. Cit.*, II, p. 95.

<sup>163</sup> *Idem*, p. 164.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 161.

### 2.3 Homens de saber, historiadores e literatos.

A publicação do livro *Os Intelectuais da Idade Média* na década de 50 do século XX, do historiador Jacques Le Goff, propôs uma nova nomenclatura para aqueles que seriam o objeto de estudo de seu livro, os intelectuais medievais. Situado principalmente no contexto dos séculos finais do período medieval, do XIII ao XV, procura analisar os homens das escolas urbanas e universidades que propuseram novos trabalhos de erudição e formação de conhecimento. Contudo, o próprio Le Goff explica a sua escolha e a utilização de um termo que pode ser interpretado como anacrônico, pois não era usado na época, a partir da inoperância, em sua opinião, de termos do período como clérigo ou *philosophus*.<sup>165</sup>

Jacques Verger, quase quatro décadas depois, ao publicar seu livro *Homens e saber na Idade Média*, propôs uma nomenclatura diferente ao estudar o mesmo contexto e objeto. Utilizando a expressão *gens de savoir*, ele também pratica o exercício inovador de Le Goff e da mesma forma também explica sua escolha. Um homem de saber, como podemos traduzir livremente para o português, é neste caso um homem das letras e do livro. Porém, o termo não fica limitado aos bem localizados estudiosos homens presentes em cidades como Paris, Chartres e Bolonha, os eruditos das universidades que foram criadas a partir do século XII e tomaram forma como os legítimos centros formadores do conhecimento europeu nos séculos seguintes. Apesar de a obra ter este contexto como foco principal, podemos citar também dentro do conceito os escritores anteriores a esse período e fora das renascentes áreas urbanas. Pois o conhecimento erudito já era produzido na primeira metade da Idade Média, de formas singulares, individuais, isso sem comentar os centros de estudo fora do ocidente medieval e que já existiam antes do surgimento da primeira universidade, como a escola de tradução de Toledo, a manutenção e produção do conhecimento dos *falasifa* e a permanência de estudos gregos desenvolvidos dentro do império bizantino de forma quase ininterrupta em seu milênio de existência.

Antes do século XII, podemos considerar que as características do homem de saber estão intensamente relacionadas àquelas associadas ao clérigo, ao homem da igreja, letrado, que tem acesso ao conteúdo erudito desenvolvido no mundo antigo clássico e dele pode usufruir para também produzir outras obras.<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad. Marcos de Castro, 2ª Ed., Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 2006, p. 24.

<sup>166</sup> VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. EDUSC, Bauru, 2009, p. 16.



Um dos elementos desta cultura letrada era o domínio, tanto na leitura quanto na escrita, do latim. O idioma latino no século XII no ocidente medieval existia fortemente em duas esferas, a sagrada e a letrada, que por sua vez estavam intimamente relacionadas, se na maior parte das vezes não juntas, intrínsecas. Nas mais variadas regiões da cristandade as línguas vernáculas surgiram já na Antiguidade Tardia e durante o medievo eram as únicas faladas no cotidiano. O latim era um idioma praticamente esquecido na prática comum já na virada do milênio. Contudo, na linguagem escrita, principalmente em obras literárias, antigas ou medievais<sup>167</sup>, o latim reinou absoluto até o século XIV. Ou seja, cronistas como Foucher fizeram suas obras no idioma de César obrigatoriamente, assim como quando leram as obras do conhecimento antigo, também o fizeram em latim.

Além do mundo erudito, o idioma latino era a língua sagrada, das missas, dos sacramentos, da bíblia e de todos os momentos oficiais dentro da prática eclesiástica. De todas as partes da liturgia pública, apenas o sermão aos leigos costumava ser feito na língua vernácula, regra essa que permaneceu vigente dentro da Igreja Católica até o Concílio Vaticano II já no século XX.

Nos séculos XI e XII o homem de saber que compreende e pratica o idioma latino para a sua função erudita é também aquele que o entende em seu uso sagrado. O estudioso deste período é quase obrigatoriamente um homem do clero, do dever eclesiástico, com educação dentro da Igreja. Por isso, um erudito, como um cronista, para utilizar o exemplo da nossa fonte, o é não exclusivamente, mas quando pode realizar paralelamente com outras atividades. Atua como escritor quando não está exercendo sua função principal de clérigo, no caso de Foucher, um capelão. Se nos referirmos ao trabalho de historiador especificamente, o ofício ficava ainda mais paralelo às suas outras funções, já que a História era vista como uma matéria menor, um conhecimento auxiliar, de destaque limitado perto de áreas como a teologia, o direito ou a medicina.

O historiador na Idade Média é um homem que produz um trabalho de historiografia em conjunto com outras atividades de sua responsabilidade, o que vale também para os séculos XIII ao XV, já que a História não pertencia ao conjunto principal das áreas do conhecimento estudadas nas universidades divididas na organização do *trivium* (lógica, gramática e retórica) e do *quadrivium* (geometria,

---

<sup>167</sup> Pelo menos até o nascimento dos gêneros literários medievais em romance, como as novelas de cavalaria.

aritmética, astronomia e música). O primeiro grupo eram as matérias iniciais e o segundo grupo as consideradas mais desenvolvidas.

Destes eruditos singulares anteriores ao século XII, estudos desenvolvidos sob a “sombra das catedrais” como escreve Bernard Guenée, tendiam a ser feitos por cônegos ou bispos que se utilizavam das bibliotecas monásticas ou seculares a seu dispor para construir grandes *Histórias* universalizantes, cobrindo os acontecimentos do passado distante, relacionados ao mundo clássico ou a formação dos reinos ocidentais, podendo ser em uma temática ou região específica<sup>168</sup>.

Da mesma forma, clérigos que viveram em cortes de reis ou príncipes e tiveram a oportunidade de consultar bibliotecas de posse de seus senhores, escreveram obras que relatavam os acontecimentos locais, os atos de bravura do suserano daquelas terras e sua dinastia. Uma *Gesta Real* poderia ser muito mais que a descrição dos atos como ocorreram e sim uma sequência cômica de acontecimentos que mais divertiam do que informavam. Um historiador neste caso poderia ser também o autor de fantasiosas narrativas, obras que eram mais literatura do que erudição.<sup>169</sup>

Guenée explica essa variedade de possibilidades do trabalho de um historiador medieval através da definição que a historiografia do período, não sendo delimitada, ou certificada acabava se formando a partir “do encontro de uma cultura, de um autor e de um público”<sup>170</sup>. Entre gêneros de escrita, realidades e contextos variados entre o século XI e o XV, os trabalhos de historiadores medievais são diversos e mutáveis. Nosso cronista está dentro deste parâmetro e compreender seu trabalho como específico requer a análise do seu espaço, seu contexto, seus objetivos e intenções ao escrever.

Esses tênues limites da escrita no período nos fazem questionar se poderíamos considerar o trabalho historiográfico de Foucher uma obra literária, ou mais além se devemos considerar a existência de uma literatura que possa excluir qualquer trabalho de seu conjunto. Pois a utilização deste termo para o contexto de nosso estudo, ou mesmo para toda a segunda metade do período medieval, do século XII ao XV, exige muito cuidado e precaução. A forma como compreendemos este termo atualmente, relacionado a publicações de obras escritas como um todo, mas em sua maioria ficcionais e autorais, simplesmente não existe neste contexto. Contudo, isso não significa que o termo não possa ser usado.

---

<sup>168</sup> Apenas entre os séculos XIV e XV as cortes medievais destacaram leigos para a escrita das crônicas.

<sup>169</sup> GUENÉE, Bernard. *História*. Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *O Dicionário Temático do Ocidente Medieval (Org.)* Trad. Hilário Franco Junior (Org.). EDUSC, Bauru, 2006. Vol. I, p. 528.

<sup>170</sup> *Idem, Ibidem*.

O termo literatura para a sociedade medieval é tão mais abrangente quanto aparentemente simplificado, menos específico e por isso um pouco nebuloso em suas fronteiras. Segundo Michel Zink, a *litterae* é o universo das letras, a cultura escrita, o mundo erudito e letrado, nos primeiros séculos após a virada do milênio ainda quase em absoluto latino e com o afastar das décadas se tornou lentamente também vernáculo. Em um compêndio da noção literária do século XII poderíamos incluir tanto obras clássicas de geral objetivos como aquelas escritas por Ovídio, Virgílio ou Orósio, quanto pequenos poemas e canções recém surgidas na Bretanha e no Languedoc. O mundo escrito, mas não necessariamente excluindo a linguagem falada, (ou cantada), formava em generalidade a ideia de literatura para o período. Isso incluía trabalhos que nós poderíamos classificar atualmente como diversos da literatura, como por exemplo, a História, pelos menos até que as fronteiras entre os gêneros viessem a ser questionadas na segunda metade do século XX. Considerar que a narrativa historiográfica procura a reprodução do real e do existente no passado não fazia dela algo separado da literatura ficcional e fantasiosa. O universo das letras não exclui os trabalhos que não iludem, estão todos embarcados na erudição escrita.<sup>171</sup>

Essa noção de obra literária como o grande espaço das letras no contexto medieval nos permite compreender certa liberdade de transição de gêneros de escrita e também de uso de ferramentas textuais pelo nosso autor em sua crônica. Apesar de estar buscando construir um conhecimento histórico, baseado na realidade e na cronologia dos acontecimentos da expedição para Jerusalém, Foucher não se furta ao direito de exercitar sua mente criativa em prol da escrita de pequenos versos ao longo da obra. Em alguns trechos, inclusive, faz claras criações fantasiosas em meio às descrições factuais. De forma natural, alguns curtos poemas são usados com uma linguagem diferenciada do resto da narrativa para descrever alguns acontecimentos ou suas opiniões.

Em dois momentos cruciais para o entendimento do sucesso da primeira expedição, em sua narrativa Foucher cria passagens inteiras com aspectos claramente ficcionais, tentando explicar o que para os latinos parecia inexplicável. Após mais de um ano cercando a cidade de Antioquia, os latinos conseguiram com a ajuda de um habitante que lhes mostrou uma passagem auxiliar e secreta. Contudo, neste momento as forças latinas já estavam muito além do estado de fome, tendo sofrido com a falta absoluta de alimentos, ou seja, os exércitos estavam fracos e já diminuídos depois de

---

<sup>171</sup> ZINK, Michael. *Verbete Literatura*. Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *O Dicionário Temático do Ocidente Medieval (Org.)* Trad. Hilário Franco Junior (Org.). EDUSC, Bauru, 2006. Vol. II, p. 80.

vários meses parados. Alguns dias após tomarem a cidade e iniciarem o consumo do pouco alimento que tinha ali estocado (afinal de contas os habitantes também estavam ficando sem recursos) descobriram que uma coligação de forças turcas vinha ao ataque e assim os sitiados se tornaram sitiados. Liderados pelo atabegue de Mosul, Kerboka, os seljúcidas eram em maior número e não sofriam as privações de alimento e saúde que os latinos vinham passando nos últimos meses.

A única alternativa que os nobres francos encontraram foi o ataque, mesmo em condições desfavoráveis. No momento em que a batalha se mostrava iminente, as forças islâmicas se retiraram uma a uma sem nem mesmo tentarem o combate. O que na prática foi uma falta de acordo político e a demonstração de como as autoridades turcas no final do século XI estavam distantes de uma união, foi vista pelos latinos como um milagre, explicado por muitos como uma consequência da presença de Deus no campo de batalha. Neste mesmo sentido, Foucher vai além, propõe um diálogo que pudesse ter ocorrido entre as lideranças turcas e que o medo e o fato de Kerboka ter subestimado os latinos foram os verdadeiros motivos da fuga. Ele discorre esta sua criação com trechos de poemas intercalados pelas falas de suas “personagens”.

“Então um certo Turco chamado Amirdalis, um excelente cavaleiro, quando viu nossos homens avançando contra eles, com os estandartes ao vento, ficou muito surpreso. (...). Ele estava familiarizado com Antioquia e tinha aprendido a conhecer os francos. Ele imediatamente apressou-se para Corbagath, contou o que havia visto e disse a ele, “Por que você está jogando damas? Prepare-se os francos estão vindo!” O outro respondeu, “Eles estão vindo para a batalha?” Amirdalis respondeu, “Até agora eu não sei, mas espere um pouco.”(...) Em seguida, olhando com mais atenção ele reconheceu o estandarte do Bispo de Le Puy avançando no terceiro esquadrão.

*Sem esperar mais ele disse para Corbagath,*

*“Prepare-se os francos estão vindo; fuja agora ou lute bravamente*

*Pois eu vejo o estandarte do poderoso Papa avançando a frente*

*Trema hoje para que não seja superado por aqueles que você achou que iria destruir completamente.”*<sup>172</sup>

Se é impossível que o cronista tenha presenciado esta conversa descrita entre as autoridades seljúcidas por diversos motivos, incluindo o fato de não estar em Antioquia

---

<sup>172</sup> Fulcher of Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, xxii, p. 105. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Then a certain Turk named Amirdalis, a most excelente knight, when he saw our men advancing against them with banners flying, was greatly surprised. (...) He was familiar with Antioch and had learned to know the Franks. He immediately hastened to Corbagath, told him what he had seen and said to him, “Why are you playing chess? Behold, the Franks are coming!” The latter replied, “Are they coming to fight?” Amirdalis answered, “Up to the moment I do not know, but wait a little”. (...) Then looking more closely he recognized the standard of the Bishop of Le Puy advancing with the third squadron. Waiting no longer he said to Corbagath,

*“Behold the Franks are coming; flee now or fight bravely*

*For I see the banner of the mighty Pope advancing.*

*Tremble today lest you be overcome by those whom you thought you were going to utterly destroy”.*

no momento do cerco, então além da improbabilidade de um latino poder presenciar esse momento entre os islâmicos, também devemos salientar a falta de realidade em um diálogo tão favorável para a causa dos cristãos. Em outras palavras este é um pedaço do texto escrito na *História* de Foucher que é claramente inventado, fantasioso.

O fato do trecho aqui destacado como exemplo de criação do autor para explicar os detalhes do cerco de Antioquia ser justamente um trecho da expedição em que ele não estava presente, não deve ser ignorado. Se, por consequência de não ter vivido estes fatos, como havia feito em boa parte anterior da narrativa, ele se forçou a escrever baseado em outras testemunhas ou outros escritos, podemos dizer que a criação deliberada de passagens ficcionais ou reconstituídas era uma ferramenta de trabalho da sua escrita. Assim como consultar e se necessário se apropriar do que foi criado por outros, completar sua narrativa com diálogos, visões e interações de personagens que nenhum latino pode ter tido contato é também uma forma de inserir informações na crônica. Levando em conta a flexibilidade dos limites do trabalho do historiador e cronista no contexto, Foucher é um exemplo acabado de erudito que transita entre gêneros da escrita literária sem nenhum problema.

Outra característica que podemos notar aqui é o formato escrito, o gênero utilizado naquele pequeno parágrafo que o diferencia da maioria da obra. Esta diferenciação é vista também nos poemas localizados ao longo de momentos variados da crônica. E tanto os diálogos fictícios quanto os versos são demonstrações da vontade do autor de utilizar alternativas textuais possíveis. Pequenas tentativas foram timidamente escritas em variados trechos como uma ferramenta a mais na construção de sua narrativa. Sem um critério ou uma temática específica, pequenas estrofes podem ser lidas em meio ao texto. Um exemplo é enquanto Foucher comenta os momentos posteriores à conquista de Jerusalém:

“Com espadas nossos homens correram por toda a cidade,  
Sem poupar ninguém, nem mesmo os que imploravam piedade.  
A multidão caiu como maçãs podres caem,  
De galhos fracos e arbustos de carvalho moles”.<sup>173</sup>

Apesar das palavras pesadas se referindo ao massacre dos muçulmanos dentro da Cidade Santa, algo que depois ele faz uma velada ressalva, a descrição é feita através de

---

<sup>173</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, xxviii, p. 122. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “With drawn swords our men ran through the city/Not sparing anyone, even those begging for mercy./The crowd fell just as rotten apples fall/From shaken branches and acorns from swaying oaks.”

versos, como que procuram notabilizar e destacar o momento. Em outro trecho um pequeno poema é também utilizado:

“No ano mil e cem menos um  
Do nascimento da Virgem do ilustre Senhor  
Quando Fobos já tinha iluminado Julho quinze vezes,  
Os francos em seu poder capturaram Jerusalém  
E logo fizeram Godofredo príncipe da pátria.”<sup>174</sup>

Aqui os versos demarcam a escolha de Godofredo de Bulhão como o nobre suserano do então fundado Reino de Jerusalém. O autor destaca exatamente a data que isso teria ocorrido e de forma muito bela, inclusive fazendo referência à mitologia, quando cita Fobos, a nomenclatura latina para o deus grego Apolo, responsável por trazer o sol todas as manhãs. Assim, podemos realçar então a seleção dos trechos da narrativa que se referem a acontecimentos importantes da expedição para conter seus pequenos versos, utilizando os poemas como ferramenta de destaque e enriquecimento de trechos considerados por ele mais importantes, como a conquista da cidade de Jerusalém e a escolha do novo príncipe.

Outros momentos em que são utilizadas a ferramenta dos poemas e versos, são as descrições da morte dos irmãos soberanos latinos de Jerusalém, Godofredo de Bulhão o protetor do santo sepulcro e o rei Balduíno I. Além de celebrar a vida e os feitos destas duas autoridades, também são estes momentos os dois fechamentos do primeiro e do segundo livro da obra respectivamente. Aqui vemos os versos feitos no último capítulo do livro I:

“No início do ano após a cidade ter sido capturada,  
Sobre você, Duque Godofredo, como uma coroa de mérito, o Senhor  
conferiu esta regra. Mas não por muito  
você exerceu isso quando por decreto da Natureza você pereceu.  
Quando o sol nascente entrou o Signo do brilhante Leo  
Você regozijante ascendeu aos céus carregado pelo Arcanjo Miguel.”<sup>175</sup>

---

<sup>174</sup> Foucher of Chartres, *Op. Cit.* Livro I, xxx, p. 124. Traduzido livremente pelo autor do original: “In the year eleven hundred minus one/From the Virgin Birth of the Illustrious Lord/When Phoebus had illumined July Fifteen times,/The Franks in their might captured Jerusalem/And soon made Godfrey prince of the Fatherland.”

<sup>175</sup> Foucher of Chartres, *Op. Cit.* Livro I, xxxvi, p. 136. Traduzido livremente pelo autor do original: “At the beginning of the year after the city was captured/Upon you, Duke Godfrey, as a crown of merit, the Lord/Bestowed this rule. But nor for long/Did you exercise it when by Nature’s decree you perished./When the rising sun entered the Sign of the glowing Leo/You rejoicing ascended to Heaven borne by Michael the Archangel.”

Ao fazer o mesmo no livro seguinte, percebemos um maior empenho, já que Foucher foi muito próximo do primeiro monarca da Cidade Santa em seus 18 anos de governo. Como capelão, o cronista conviveu muito com o soberano e ao longo da obra percebemos sua admiração e respeito com o rei. Quando de sua morte a descrição foi ainda mais longa através dos versos (afinal os elogios fúnebres eram realizados em versos desde a Antiguidade clássica):

“O Epitáfio do Rei Balduíno  
Quando o rei morreu a pia raça do francos chorou,  
Pois ele era o seu escudo, sua força e seu suporte.  
Ele era o braço direito de sua gente, o terror dos adversários e de seus inimigos.  
O poderoso líder de seu país, assim como foi Jesus.  
Acre, Cesareia, Beirute e Sidon também  
Ele tirou do povo nativo e ímpio  
Depois ele adicionou a seu mandato e subjugou à sua autoridade  
As terras dos Árabes ou pelo menos aquela que tocavam o Mar Vermelho.  
Ele capturou Trípoli e sem menos poder tomou Arsuth  
e também realizou muitos outros feitos honráveis.  
Por dezoito anos o Rei manteve a regra,  
Então encontrou seu destino assim como estava destinado a fazer.  
Dezesseis vezes tinha Fobos visto a Constelação de Áries  
Quando o grande Rei Balduíno faleceu.”<sup>176</sup>

Neste caso o poema foi uma forma de resgatar os feitos gloriosos e honrados do rei Balduíno e assim referenciá-lo como o importante soberano que foi para o cronista. As conquistas das cidades costeiras no litoral Mediterrâneo, o permanente estado de guerra e defesa do território, a característica de liderança aqui relacionada inclusive à figura de Cristo. O apontamento feito como título do poema, o de um epitáfio, indica essa vontade de pontuar e elencar as ações em vida que marcaram sua trajetória, e podem servir como parâmetro para conhecer a sua história. O que foi selecionado, certamente, através da ponto de vista do cronista.

De certa forma, Foucher resumiu a intenção que permeia todo o livro II da crônica em posicionar Balduíno como um protagonista da história do Reino de Jerusalém através deste poema. Fazendo assim, com esta ferramenta de escrita diferenciada, um grande destaque a todo o seu legado, não apenas como rei, mas também do

---

<sup>176</sup> Fulcher of Chartres, *Op. Cit.* Livro II, lxiv p. 221. Traduzido livremente pelo autor do original: “The Epitaph of King Baldwin. When the king died the pious race of the Franks wept/For he was their shield, their strength, and their support./He was the right arm of his people, the terror and adversary of his enemies/The mighty leader of his country, as was Joshua/Acre, Cesarea, Beirut, and Sidon also/He took from the impious native foe./Afterwards he added to his rule and subjected to his authority/The lands of the Arabs or at least those which touched the Red Sea/He captured Tripoli and with no less might took Arsuth/and likewise performed many other honorable deeds./For eighteen years the king bore rule,/Then passed to his fate as he was fated to do./Sixteen times had Phoebus seen the Constellation of Aries/When great king Baldwin passed away.”

acontecimento e o sucesso da primeira cruzada em si. Lembrando assim que todas essas demonstrações de virtudes estão diretamente ligadas também a expedição descrita na primeira parte da obra, assim como o papel do soberano como participante da jornada.

Enfim, os versos são um exemplo da diversidade de técnicas, ferramentas e formas de escrita presentes no texto da crônica, que nos mostram como era possível a maleabilidade, a transição entre diferentes gêneros. Assim como os diálogos de cunho ficcional, a linguagem poética ampliava as possibilidades do trabalho de Foucher, que como já vimos podemos considerar, no contexto da época, tanto como um literato, quanto como um historiador.

No prólogo da obra, Foucher descreve brevemente e de forma indireta seu objetivo e principalmente a especificidade de sua obra, afinal ele escreveu sobre o que viu, testemunhou e ouviu falar de sobreviventes. Seus escritos não são sobre um passado distante feito a partir da consulta de clássicos antigos, pelo contrário, apesar da referência ao conhecimento erudito, ele escreve do passado recente. Em um prólogo que provavelmente foi escrito após o fim da escrita do livro I, ele expressa alguns de seus objetivos:

“Por essa razão, movido pelos pedidos repetidos de meus camaradas, eu relatei em cuidadosa e ordenada maneira, os ilustres feitos dos Francos quando pelo mais expresso mandato de Deus fizeram uma peregrinação em armas para Jerusalém em honra do Salvador. Eu recontei em um estilo simples, mas verdadeiro o que eu achei digno de lembrança tanto quanto eu fui capaz de lembrar, ou simplesmente as coisas que eu vi com meus próprios olhos”.<sup>177</sup>

Difícilmente encontramos em um autor medieval a preocupação de registrar em sua obra as incorporações realizadas de outras fontes. Não existia a noção de referências nos trabalhos eruditos, na prática não existia nem a necessidade de mencionar a utilização das obras de outros. Por outro lado, a cópia indiscriminada de trechos inteiros era uma atividade comum e uma ação de trabalho básica dos homens de saber do medievo.<sup>178</sup> Por isso, não é estranho Foucher não citar a convenção de outros escritos sobre a primeira expedição, apesar de sabermos que ele consultou ostensivamente os

---

<sup>177</sup> Fulcher of Chartres, *Op. Cit.* Livro I, prologue, p. 57. Traduzido livremente pelo autor do original: “For this reason, moved by the repeated requests of some of my comrades, I have related in a careful and orderly fashion the illustrious deeds of the Franks when by God’s most express mandate they made a pilgrimage in arms to Jerusalem in honor of the Savior. I have recounted in a style homely but truthful what I deemed worthy of remembrance as far as I was able or just as I saw things with my own eyes on the journey itself.

<sup>178</sup> GUENÉE, Bernard. *Histoire el culture historique dans l’Occident medieval*. Aubier, Paris, 1991, p.70.



trabalhos de Raimundo de Aguilers e a *Gesta* de autor anônimo, os outros dois relatos conhecidos escritos por participantes da primeira cruzada. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, foram necessárias outras referências em sua compilação principalmente para escrever a parte final do livro I, que analisa os detalhes do cerco de Antioquia, a marcha para o sul da Palestina e a conquista da Cidade Santa, já que ele não estava presente, pois acompanhou o Conde Balduino para Edessa logo após a saída de Nicomédia. Foucher de Chartres apenas foi a Jerusalém quando pode completar a sua peregrinação nos meses seguintes à conquista, com a cidade já em posse dos cristãos.

Na prática, em um trabalho historiográfico medieval, em que se privilegiava a cronologia e os fatos ocorridos o próprio nome do autor era secundário, pois se acreditava na possível descrição dos fatos como eles ocorreram, na reescrita e na compilação do registro dos acontecimentos da forma como se fizeram realidade.<sup>179</sup> Se para um trabalho historiográfico atual, a existência de trechos copiados não se apresenta necessariamente como um obstáculo à pesquisa, desde que sejam identificados, definitivamente para tradutores e filólogos especializados no período a necessidade de compreender quais letras são originais da pena do autor estudado e quais são meras referências a informações mais antigas pode ser angustiante. Geralmente em traduções atuais de textos como o de Foucher, o trabalho de conferência com outros escritos já foi feito e em suas notas temos indicações dos outros autores que podem ter sido usados em cada momento da obra.

Ainda no mesmo trecho, o que também pode nos ajudar a compreender as intenções do autor é a utilização do termo, no original da tradução em inglês, “homely”. Aqui colocado como uma ressalva e traduzido como “simples”. Contudo, mais do que isso, tem o significado também de referência ao seu local de origem, a região de Chartres. Como se além de rústico, simples, também fizesse referência no mesmo termo para caseiro, para a terra natal. Assim, talvez aqui o cronista nos lembre de um estilo que seja praticado na cidade em que viveu e que nesse caso poderia ser um apontamento à compilação organizada e de qualidade de escrita se comparada às outras fontes do período da primeira expedição, organização que ele destaca e comenta no mesmo trecho da obra. Porém, não podemos dizer que seja um formato mais “acadêmico”, ou uma escrita erudita que antecipe os parâmetros dos estudos da posterior Escola de Chartres, efervescente a partir do século XII e principalmente no XIII. Afinal de contas, no período da vida de Foucher, antes da sua ida para a Terra Santa, ou seja, ainda no final

---

<sup>179</sup> MICHELAN, Kátia Brasilino. “Cronistas Medievais: ajuntadores de histórias”. In: *História Social*, nº17, 2º sem. 2009, p. 269.

do século XI, sabemos que a Escola não tinha se estabelecido com força e não era o mesmo local que 150 anos depois se tornaria ilustre pela produção erudita e pelas discussões do conhecimento letrado, origem da discussão filosófica medieval. De toda forma, a produção e os ensinamentos das matérias para clérigos já existia, passando assim a impressão que Foucher poderia ali ter aprendido o conhecimento que possuía e posteriormente pôs em prática na sua *História*.

Detalhe ainda interessante no excerto é a apreciação da demanda, em outras palavras, Foucher afirma que escreve para atender a pedidos dos seus camaradas, dos seus pares de expedição, possivelmente. Isto pode estar relacionado também ao seu estilo de escrita mais simples, um trabalho historiográfico que apesar de bem organizado e compilado, feito a partir de um conhecimento de erudição, mas que não é uma obra complexa, acadêmica. Pois, se um dos motivos para Foucher escrever a sua *História* foi relatar os acontecimentos da expedição, atuar como historiador, lembrando que seria de forma paralela à função de capelão real, ou seja, escreveria por sua própria vontade, era também para registrar como pedido de seus companheiros de expedição. Assim, fazer isso pela importância de escrever de forma a que todos esses pares possam compreender a informação. Em princípio, não se trata apenas de um público letrado/clérigo, mas também corteão.

Em outro trecho da obra, o autor parece ainda mais inclinado a declarar seus objetivos e suas intenções, quando após alguns capítulos o faz de forma bem direta:

“Agora eu devo voltar a minha pena para a história em ordem de contar claramente aos desinformados sobre a jornada daqueles a caminho de Jerusalém, o que ocorreu com eles, como o empreendimento e o trabalho gradualmente chegaram à bem sucedida conclusão com a ajuda de Deus. Eu, Foucher de Chartres, que fui com os peregrinos, depois diligentemente e cuidadosamente coletei tudo isso em minhas memórias por objetivo da posteridade, assim como vi com meus próprios olhos”.<sup>180</sup>

Este trecho está localizado no Livro I da Crônica, no seu capítulo V, antes do início da descrição dos acontecimentos referentes à jornada em si. Nos capítulos precedentes, Foucher descreve o Concílio, o discurso de Urbano II, a organização da liderança pontifícia pelo prelado Bispo Adhemar de Le Puy e até um trecho defendendo o papa frente ao Antipapa da época, o Bispo Guibert de Ravena que assumiu o título de

---

<sup>180</sup> Fulcher of Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, v, p. 71. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Now therefore I must turn my pen to history in order to tell clearly the uninformed about the journey of those going to Jerusalem, what happened to them, and how the undertaking and the labor gradually came to a successful conclusion with the help of God. I, Fulcher of Chartres, who went with the other pilgrims, afterwards diligently and carefully collected all this in my memory for the sake of posterity, just as I saw it with my own eyes.”

Clemente III (1084 – 1100). No capítulo VI se iniciam os registros da expedição com o apontamento dos diferentes grupos liderados pelos nobres e que se encontrariam apenas no lado asiático do Bósforo, também há a informação do grupo que Foucher acompanhava na comitiva do Duque Estevão de Blois a partir da cidade de Chartres.

Como o prólogo, que continha o primeiro trecho utilizado nesta análise, foi escrito apenas após a finalização da obra ou pelo menos após o fim da compilação do livro I, esse trecho no capítulo V pode ter sido instrumental para o autor salientar em algum momento, no início da sua escrita, suas intenções. De informações diferenciadas do prólogo está a declaração objetiva do seu interesse na posteridade, em estar registrando, compilando os acontecimentos da primeira expedição para a História. Esta era a missão principal do historiador medieval e cabia muito bem em se tratando de um acontecimento visto de forma ilustre e sagrada por aquela sociedade. Aqui ele tem todos os motivos necessários para registrar a expedição conquistadora do Santo Sepulcro, a pertinência de manter para a posteridade a vitória cristã da convocação papal. Se propormos, utilizando a afirmativa de Bernard Guenée, que o trabalho historiográfico medieval era fruto de uma cultura, um autor e um público, podemos encontrar estes três pontos relacionados diretamente ao acontecimento da expedição convocada por Urbano II.

Foucher é um clérigo erudito, um homem de saber advindo de uma região célebre na formação dos letrados da igreja, mas mais do que isso ele é um autor que produz uma obra ordenada e organizada a partir do ponto de vista de um participante do empreendimento que descreve. Pontuo aqui que mais importante para nós quanto ao caráter do autor na escrita desta crônica do que seus conhecimentos eruditos é ter produzido sua obra de forma mais ordenada que os outros relatos da expedição, é o fato de ser um historiador que registra e compila acontecimentos de um contexto que viveu, ao contrário de trabalhos de história universal com resgate de muitos séculos. Dessa forma, além de salientar interesses de sua posição social, o clero, da sua formação como letrado, de seus estudos e consultas em obras clássicas, da sua colocação na época da compilação da obra como capelão do então fundado Reino de Jerusalém, Foucher também tem uma relação de sentimento e opinião própria a partir de sua vivência. Incluindo, neste mesmo sentido o parâmetro de escrever em prol de seus camaradas, buscando não apenas referenciar um público letrado.

Em outras palavras, não podemos caracterizar a *Historia Hierosolymitana*, apenas a partir de parâmetros comuns do trabalho do historiador como um observador do

passado, mas como alguém que foi impactado pelos eventos narrados. Utilizando o termo escolhido pela historiadora Kátia Michelan, o cronista é um “ajuntador de histórias” e neste caso específico, não apenas histórias reais, ou acontecimentos protagonizados por grandes personagens do contexto, mas relatos também pessoais e particulares, histórias de uma expedição que o próprio historiador participou.

Um aspecto desta especificidade do trabalho historiográfico de Foucher está também no seu título, não é por acaso que ele nomeia seu escrito de uma *História*, mas é por muitos considerado e chamado de cronista, como fizemos ao longo de nosso trabalho, assim como sua obra também pode ser nomeada uma crônica. O contexto do século XII para a historiografia medieval teve como característica um processo de troca entre os diferentes gêneros clássicos da escrita da história, como se estivessem confundidos em seus nomes e caracterizações.

Anais, História e Crônica, estes três gêneros denominam formatos diferentes da escrita historiográfica desde sua teorização clássica pela tradição grega e posteriormente a romana. Na medida em que o período e o contexto relacionado às sociedades produtoras foram mudando, os formatos também mudaram. Assim como o volume de escrita de um ou de outro, durante a segunda metade do período medieval, Histórias e Crônicas se tornam mais ou menos comuns e em alguns momentos a mesma coisa.

O francês Bernard Guenée nos apresenta diversas explicações compostas por autores clássicos e medievais sobre o entendimento de como classificar cada gênero, baseados na organização de autores eruditos e clássicos como Eusébio de Cesareia e Isidoro de Sevilha, muitos teóricos com o passar dos séculos discordaram e transformaram as definições e utilizações de cada formato. Basicamente, poderíamos dizer que a História seria a narrativa dos fatos ocorridos e analisados sem a preocupação latente com a cronologia, enquanto a crônica daria destaque principal às datas e aos acontecimentos organizados entre elas. Isso permitiria que os trabalhos totalizantes, as tentativas de cobrir a história universal estariam mais confortáveis dentro do gênero cronístico, enquanto uma narração de fatos recentes dentro da História.<sup>181</sup> Contudo, a partir do século XII, o gênero relacionado ao destaque principal dado à cronologia era os Anais, enquanto para muitos autores História e Crônica se confundiriam em uma coisa só. A descrição necessitaria da localização temporal e o tempo teria de ser descrito com os acontecimentos, essa “confusão” se tornou normal e regra à medida que os séculos foram se passando na segunda metade da Idade Média. De fato, em um certo

---

<sup>181</sup> GUENÉE, Bernard. *História, Op. Cit.* p. 533.

momento, historiador e cronista se tornam a mesma coisa, e a historiografia medieval, além de sua obsessão pela cronologia passou a também narrar os acontecimentos, abrindo margem para examinar a relação de um parâmetro com o outro.<sup>182</sup>

O trabalho historiográfico, segundo Guenée, então desfrutava no período medieval de certa liberdade, abrindo margem para o erudito transitar entre estas regras de gêneros de acordo com suas necessidades e vontades, assim como de acordo com as exigências do contexto e da sociedade em que estava inserido. Esta liberdade existia também dada ao caráter secundário que a História tinha entre as áreas de conhecimento, o que já citamos anteriormente. Durante todo o período medieval, a historiografia não conta com os aclamados intelectuais, as mentes mais célebres de sua sociedade ou os trabalhos mais ilustres, ao contrário, a historiografia é feita por pessoas de iniciativa própria ou encarregadas especificamente para isso, o que, em alguns casos, criava o caráter de singularidade de muitas crônicas e histórias medievais, como é o exemplo de Foucher de Chartres.<sup>183</sup>

O contexto da primeira cruzada também interferiu na obra do historiador como alterou e foi marcante para toda sua vida e as sociedades no Oriente a medida que passou com seus interesses próprios sobre as organizações pré-existentes de forma avassaladora. Já comentamos no primeiro capítulo que outros trabalhos narrativos sobre a expedição foram utilizados de forma a tentar exaltar a imagem do movimento na cristandade ocidental e promover a ideia da expedição para novos possíveis viajantes. Boemundo de Taranto, da Normandia, distribuiu exemplares da *Gesta* anônima na Península Itálica em uma viagem de volta a sua terra no início do século XII.

Como o autor sempre destaca as proezas e ações heroicas de Boemundo em seu trabalho, a obra foi uma tentativa de espalhar o sucesso da primeira expedição e principalmente certo protagonismo do normando na conquista. Podemos dizer que a *Gesta* teve um público específico neste caso quando ajudou a criar uma imagem grandiosa para o príncipe de Antioquia no ocidente como herói da cruzada. Isso não ocorreu com o trabalho de Foucher, embora lido e consultado por outros eruditos da época que tentavam escrever sobre a expedição. Não houve com sua obra um efeito comum ao da *Gesta*. Ela não foi distribuída de forma considerável após a finalização da expedição por alguns motivos, dentre eles a fixação do autor e de seu protetor Balduino

---

<sup>182</sup> GUENÉE, Bernard. *Histoires, annales, chroniques*. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 28e année, N. 4, 1973. p. 1007.

<sup>183</sup> *Idem, Ibidem*.

no oriente e a continuidade na escrita com o passar dos anos com a realização dos livros II e III.

Se pensarmos então no público de Foucher devemos pensar mais uma vez que ele escrevia com um olhar em suas memórias e outro na posteridade, escrevia para o futuro, para gerações seguintes que precisariam conhecer os percalços da vitoriosa jornada. Evidentemente, mesmo que as suas letras não tenham sido lidas por uma grande faixa da sociedade contemporânea a ele, afinal, sabemos que a publicação e a circulação de livros no período eram extremamente limitadas, a expedição a Terra Santa foi um acontecimento de grande importância e que gerou grande expectativa na sociedade ocidental como um todo no século XII. Dessa forma, apesar de olhar o futuro, Foucher escreve também preocupado em informar o presente, a partir do que sabe que sua sociedade conhece ou não. Quando no livro II ele redige longas descrições sobre o Mar Morto, a cidade antiga de Petra, os rios do sul da Palestina e cidades do norte Egípcio, o faz porque sabe que na região em que viveu esses não são conhecimentos comuns. No mesmo sentido, quando descreve Jerusalém após a conquista, o faz com mais cuidado sobre o pátio do Templo e a mesquita do Domo da Rocha, os locais sagrados que sabe que são desconhecidos no ocidente. Ou seja, o público de Foucher não é um ávido grupo de pessoas que espera sua obra para compreender a expedição, muito menos ele escreve esperando disseminar sua crônica em grandes quantidades, pois essas são realidades inexistentes no século XII. Seu público é principalmente a posteridade que pode querer séculos depois compreender o ocorrido na jornada de conquista da Terra Santa pelos olhos daqueles que participaram dela.

Contudo, a expedição tem um caráter de ineditismo muito intenso, na mesma proporção que seus acontecimentos foram realizados a partir de uma grande esfera de expectativa. Assim, Foucher por mais que não espere a leitura em massa de sua obra escreve também pensando na sociedade em que vive, buscando corresponder às expectativas do contexto que conhece e da sociedade ocidental que produziu a cruzada. Em poucas palavras, apesar de dar atenção ao passado e ao futuro, é impossível para o historiador medieval, principalmente em um evento como a expedição a Terra Santa, se ausentar das preocupações do presente.

Concluimos que o trabalho historiográfico da *Historia Hierosolymitana* busca ir ao encontro de diversas demandas da sociedade que o cerca, como a necessidade de transmitir para a posteridade os acontecimentos da primeira e bem sucedida expedição ao oriente e registrar os detalhes dos cercos, das batalhas, dos relatos dos participantes

não apenas para outros clérigos e letrados como ele, mas para a sociedade cortesã. Sua atuação como historiador não parece limitada aos meios clericais, modelada dentro de normas eruditas da construção do conhecimento, apesar de ter profundas relações com este universo. Foucher teve o desejo de escrever a obra e o realizou a partir da experiência que teve participando da expedição. Sua crônica não busca uma organização cronológica e isenta dos fatos relacionados ao contexto, e sim uma detalhada narrativa dos acontecimentos através do seu ponto de vista.

Por fim, percebemos que o exercício historiográfico ao qual o autor se coloca é muito mais complexo que o compêndio de regras que poderíamos posicionar como o necessário para o trabalho do historiador na virada do milênio. A *Historia* tem características que demonstram, na estrutura da escrita do trabalho historiográfico, o estado de transformação que a sociedade do ocidente medieval se encontrava entre os séculos XI e XII: a utilização da linguagem poética, os trechos claramente ficcionais envolvendo importantes momentos da expedição, a teimosa presença do discurso em primeira pessoa e o posicionamento que Foucher faz por diversas vezes de si mesmo dentro dos acontecimentos que relata.

De certa forma, estas características presentes no texto da crônica mostram como aos poucos o trabalho historiográfico se modificava e se tornava mais dinâmico e livre ao mesmo tempo que estava ligado aos antigos formatos da erudição. Se vimos através de diversos autores como os citados no início deste capítulo, que os séculos XII e XIII são fundamentais no surgimento de novos questionamentos no trabalho dos clérigos intelectuais, dos *homens de saber*, percebemos que definitivamente a obra de Foucher escrita no início do XII, com referência à sua formação como tal ainda na segunda metade do século XI, já nos aparece com traços destas mudanças.

Pensando sobre a sociedade medieval como um todo, temos já como uma afirmação antiga o posicionamento da cruzada dentro das características que colaboraram para as transformações da época. Pois, a própria expedição armada para a Terra Santa que posteriormente vai ser conceituada como uma cruzada demonstra esse momento de fugazes mudanças. A problemática enfrentada pelos homens e mulheres medievais em tentar nomear a jornada daqueles peregrinos armados é mais um exemplo disto. A obra de Foucher está localizada neste momento em que o acontecimento da expedição é uma novidade, ao mesmo tempo totalmente ligada e relacionada com o contexto existente e instituições antigas no ocidente medieval cristão, mas também repleta de detalhes ainda por ser explicados, analisados e conceituados.

## **CAPÍTULO III – Cruzadas, cruzados e peregrinos.**

### **3.1 – A peregrinação cristã medieval**

O ato de acreditar na existência e confiar os aspectos comuns da vida mundana a entidades e poderes sobrenaturais, assim como crer na necessidade de devoção para estas representações do transcendente é uma prática presente em toda a humanidade. É privilégio das sociedades humanas exercitar a abstração mental e, junto a estas, as abstrações místicas. Ou seja, compreender a necessidade de intervenção divina através de variadas demonstrações no cotidiano sem nenhum estranhamento é uma característica intensa e geral entre as culturas do planeta. Se considerarmos isto entre os homens e mulheres medievais, percebemos que a crença da participação divina nos pequenos aspectos do dia-a-dia é extremamente presente e constante.<sup>184</sup>

O cristão medieval procura e encontra a demonstração prática do poder de Deus em todos os aspectos da vida comum, sejam eles ordinários, fantásticos, benéficos ou trágicos. O nascimento de um filho, a cura repentina de uma doença, a boa colheita, uma praga ou os invernos rigorosos que impedem a boa colheita, a vitória de seu rei na batalha ou a realização de um verdadeiro milagre inesperado. Qualquer boa-venturança poderia ser creditada às forças divinas, assim como os castigos representados pelas desgraças repentinas da vida de uma pessoa; fossem pequenos acontecimentos de ordem pessoal ou fatos que mudassem o destino de uma comunidade inteira.

Contudo, sempre foi de entendimento coletivo também a imprevisibilidade destas vontades divinas da mesma forma como a tentativa dos fiéis de desejar a canalização de específicas graças e bênçãos para as suas vidas. Aqui se localizam as preces, as penitências, os sacramentos e todas as práticas religiosas, como tentativas de comunicação entre o ser humano e a divindade. Além destas atitudes se tornou comum também a noção de que os locais e as pessoas que tiveram em algum momento do passado o privilégio de receber uma graça e benção, seja através de um milagre ou qualquer outra representação comumente compreendida como o poder divino, teriam presentes rastros dessa força que ali esteve presente. Ou seja, centros geográficos, locais da vida de pessoas, por mais distante no passado que estivesse o momento que isto tenha ocorrido, que fossem exemplos da demonstração do poder de Deus.

Assim, além de fazer preces para receber a graça divina, os fiéis tinham a possibilidade de buscar os locais que continham rastros desse poder. Esse viajante em

---

<sup>184</sup> MELCZER, *Op. Cit.*, p. 1



busca era o peregrino. Aqueles que pensam que a peregrinação é uma prática puramente medieval com certeza estão enganados, da mesma forma que a caracterização obrigatória e única com o cristianismo. Em todos os tempos e lugares é possível encontrar fiéis estrangeiros caminhantes. Fossem os judeus antigos que buscavam o Templo nos tempos ancestrais, fossem os hindus atrás do refresco nas águas do Ganges, a benção de Varanasi. Seja ainda o processo de mais de 13 séculos e ainda atual dos muçulmanos de todo o mundo que buscam a cidade de Meca, ao menos uma vez em suas vidas, percorrendo o caminho em suas vestes brancas e pés descalços.

A prática da peregrinação não era, nem nunca foi em tempos ancestrais, uma atividade somente dos cristãos, mas ganhou corpo como uma verdadeira instituição da cristandade medieval, devido ao movimento gigantesco de homens e mulheres circulando em rotas demarcadas. O entendimento de encontro com o divino quando do contato com objetos, ou partes de santos, ou do próprio Cristo, motivou a formação de diversos centros peregrinatórios e com isso uma verdadeira rede de jornadas e viagens que cruzavam todo o continente. Os três principais objetivos da cristandade medieval foram Roma e seus corpos apostólicos, Pedro e Paulo, Jerusalém soberana pela história e Santiago de Compostela com o contato também apostolar de Tiago Maior.

Pois bem, ao falarmos dos peregrinos da cristandade medieval, quatro características são básicas para estes homens que buscam: primeiro, há a necessidade da viagem, ancestralmente uma caminhada, a transposição de espaço físico. Segundo, o peregrino é e sempre será um estrangeiro, forasteiro das terras por onde passa e também diferenciado daquele indivíduo que era antes da provação, ou seja, há uma mudança espiritual. Terceiro, é necessário um objetivo forte no final, uma razão sobrenatural, o encontro com o sagrado para coroar a caminhada. Por último, todo o processo é tempo de celebração, experiência de festa para o indivíduo. Especificamente para o peregrino cristão medieval, a experiência era muito forte no esforço físico, na viagem, na caminhada, na travessia da cristandade e ainda mais forte na significância do objetivo final, uma relíquia, se de primeiro escalão, de contato com o próprio Cristo!<sup>185</sup>

A história da peregrinação está diretamente relacionada não apenas aos locais geográficos de grande representatividade pelo poder místico, mas também ao culto das relíquias. Afinal, toda a expedição de um peregrino está alicerçada sobre a vontade de encontrar e tocar uma relíquia, exemplo de santidade e do poder sagrado. Na mesma

---

<sup>185</sup> SOT, Michel. *Peregrinação*. Trad. José Rivair Macedo. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *O Dicionário Temático do Ocidente Medieval* (Org.) Trad. Hilário Franco Junior (Org.). Vol. II, EDUSC, Bauru, 2006, p. 355.

medida que os cristãos acreditaram que pedaços dos corpos de seus mártires e santos, ou os objetos tocados e utilizados por eles em vida poderiam ter rastros daquilo que os fez serem diferentes dos outros através da fé, peregrinos começaram a vir de longe para descobrir se era verdade. E a raiz disso está também na raiz do cristianismo, nas primeiras comunidades perseguidas no Império Romano.

Ainda do século II, já existem registros de culto a ossos, sangue e pedaços da roupa dos cristãos combatidos, atacados e mortos como mártires de suas comunidades pelas forças imperiais. No século IV, durante as perseguições de Diocleciano (303 – 11), os ossos e a roupa embebida no sangue de São Vicente foram recolhidas e guardadas como sinal de veneração de sua fé.<sup>186</sup> Outro exemplo famoso é o de Santa Helena, mãe do imperador Constantino que décadas depois, no mesmo século IV, foi até Jerusalém buscar os locais onde teriam ocorrido os acontecimentos da paixão de Cristo, seu martírio e crucificação. Esta é a origem da localização da Basílica do Santo Sepulcro, fundada após as indicações da mãe do Imperador do local onde ficaria a gruta que Jesus Cristo teria sido colocado após a morte na cruz. A partir disto uma rota de peregrinação ligando o ocidente com a Cidade Santa teria se iniciado. Apesar de variar muito de acordo com o contexto da época, o poder regulador da região da Palestina e as relações de guerra e paz entre os cristãos e os povos que viviam no caminho, o fluxo de pessoas querendo visitar os locais bíblicos e principalmente o Sepulcro foi grande nos séculos seguintes.<sup>187</sup> Na maior parte do primeiro milênio a principal forma que os ocidentais tinham de chegar até a Terra Santa era através de vias marítimas, cruzando o Mar Mediterrâneo; a partir do século X, com a conversão dos húngaros ao cristianismo e contando com a amistosidade de bizantinos e muçulmanos, passou a existir uma via terrestre possível e por vezes confiável.

Jerusalém e toda a Palestina ocupavam um local central no imaginário dos peregrinos, pois tinham em seu território uma carga de fatores importantes na espiritualidade cristã mais elevada se compararmos com outros alvos dos viajantes medievais. Além de ser o cenário das diversas passagens bíblicas famosas tanto do primeiro quanto do segundo testamento, de ter presenciado os milagres, as curas e os discursos de Cristo, de ser o local da paixão e da ressurreição, ainda era a possibilidade maior de se encontrar com as relíquias relacionadas a Jesus. Ou seja, uma viagem até a Terra Santa poderia ser a mais comprida, mais perigosa e sacrificante, mas para o cristão do ocidente medieval, a mais regozijante também.

---

<sup>186</sup> SUMPTION, p. 22.

<sup>187</sup> SOT, *Op. Cit.* p. 356.

Nos primeiros séculos da peregrinação cristã para a Terra Santa, era um entendimento comum a imobilidade das relíquias, afinal a demonstração do poder divino estava ligada a locais específicos e se as relíquias eram rastros materiais deste acontecimento deveriam permanecer em seus locais de origem. Peregrinação e relíquia eram dois lados de uma relação igual. A relíquia é fixa e necessita que os viajantes se dirijam até ela, enquanto o peregrino procura o sagrado e precisa realizar sua jornada para encontrá-lo.<sup>188</sup> Porém com o aumento do fluxo de peregrinos, incluindo figuras ilustres da sociedade como altos cargos da hierarquia da nobreza e do clero, se tornou um costume que relíquias fossem adquiridas de forma a engrandecer os locais de origem destas pessoas. Assim passou a ser um hábito das peregrinações ao Santo Sepulcro, que na volta para casa, o viajante trouxesse consigo alguma lembrança e se possível uma relíquia da sua jornada, afinal era improvável que ele refizesse a viagem em sua vida. Essas lembranças de Jerusalém por muitas vezes eram objetos sem relação direta com uma relíquia, como pequenos pedaços das paredes e pilastras do templo e da basílica do Sepulcro, a poeira das igrejas, o óleo de lamparinas presentes antes de eles chegarem nos lugares e pedregulhos soltos do calçamento da via crucis.<sup>189</sup> Pois a cidade como um todo e principalmente aqueles lugares de valor cristão eram em si uma grande relíquia a céu aberto, ou seja, a região como um todo ocupava um lugar nas mentes dos cristãos medievais como verdadeiramente, uma terra santa.<sup>190</sup>

No final do século XI, o processo de peregrinação medieval passou a ter como objetivo principal, o elemento divino que se estabelece no fim da longa caminhada, o contato com o corpo, a relíquia e a pessoa que ela representa (Pedro, Paulo, Tiago Maior, Jesus Cristo).<sup>191</sup> Junta-se isto ao processo do permanente caráter de estrangeiro, de expatriado que o caminhante carrega, pode-se caracterizar toda a peregrinação cristã como uma saída, um encontro, uma busca, maior que o corriqueiro e cotidiano, do divino.

Dessa forma, podemos dizer que com certeza o culto às relíquias no mundo medieval se tornou bem mais complexo do que simplesmente a sua relação com a peregrinação, afinal com o passar dos séculos estes pedaços de corpos ou objetos

---

<sup>188</sup> MELCZER, *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>189</sup> A prática de tomar objetos dos locais santos e destinos de peregrinação como lembranças sagradas, porém não relíquias, não ocorria apenas em Jerusalém. O melhor exemplo são as conchas das praias da Galícia, próximas a Santiago de Compostela e que eram coletadas pelos peregrinos. Era um costume tão forte que passou a fazer 'oficialmente' parte da jornada, a partir do século XII todo viajante que fizesse o caminho recebia uma concha junto de seu cajado e manto.

<sup>190</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>191</sup> *Idem*, p. 355.

ganharam uma importância enorme nas práticas da religiosidade cotidiana dos cristãos. Os principais motivos vêm do fato de que a partir do século X a presença de relíquias em igrejas, para ao mesmo tempo lhe dar valor sagrado e estimular a visita de viajantes passou a ser quase obrigatório. Aqueles pequenos templos devotados a santos específicos viam a necessidade de ter um objeto ou um pedaço do corpo de seu padroeiro, quase como forma de legitimar a sua existência. Da mesma forma, as grandes basílicas e catedrais das capitais dos reinos medievais continham relíquias de maior peso, como aquelas relacionadas a Cristo ou os apóstolos. Quanto maior a proximidade da relíquia com a história do Messias mais importante ela era e por consequência um templo maior e um relicário mais luxuoso ela necessitava.

Uma prova da riqueza e magnitude que uma relíquia podia fornecer ao seu dono era a enorme coleção que o Império Bizantino tinha espalhada por todo o seu território e a admiração que os latinos demonstravam por elas. As relíquias eram parte fundamental da demonstração de riqueza que o império fazia questão de deixar claro para o ocidente. O jeito como as capelas e igrejas da capital Constantinopla foram saqueadas pelos participantes da quarta cruzada em 1204 mostram essa admiração... Entre ouro, estátuas e outras formas de arte, dezenas de relicários foram retirados da cidade e seus arredores durante o grande saque. Outro exemplo da importância das relíquias para a cultura medieval foi a construção da famosa Saint Chapelle, construída por Luís IX de França para abrigar a coroa de espinhos, pedaços do Santo Lenho, um fragmento da Lança do Destino e retalhos da capa púrpura de Cristo, o que o monarca francês negociou justamente com o então Imperador Latino de Constantinopla, pouco após o triste resultado da expedição de 1204.<sup>192</sup>

A parte do valor espiritual, além do reconhecimento e da grandiosidade, outra vantagem que uma igreja, catedral e a região em geral onde fossem postas relíquias de alto valor espiritual poderia ter era receber peregrinos. Afinal um grande fluxo de visitantes favorecia a economia do local e podia legitimá-lo perante as autoridades da igreja. Os governos eram estimulados a conservar as estradas, prover segurança aos peregrinos e aos monges localizados no caminho, que por sua vez, expandiam sua influência, crescendo em um território que anteriormente poderia ser vazio de atrativos aos viajantes.

Como exemplo deste processo, mais uma vez citamos o caminho de Santiago de Compostela e a forma como lentamente foi sendo oficializado e legitimado pelas

---

<sup>192</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p. 33.

autoridades pontifícias ao longo do século XII. Ao mesmo tempo que o processo de Reconquista se tornava mais intenso e objetivo por parte da nobreza do norte da Península Ibérica, o caminho de peregrinação recebia um número cada vez maior de viajantes. Assim, para sustentar este fluxo de pessoas se fazia necessário o surgimento de uma infraestrutura. Ou seja, a nobreza era incentivada a atuar na proteção e incentivo aos peregrinos. Em contrapartida, era reconhecida como defensora destes viajantes e contribuía com uma boa imagem para seus crescentes reinos e governos.

As terras ao longo do caminho foram sendo ocupadas, com a permissão de seus novos governantes, por monges cluniacenses em novos monastérios e hospitais para também auxiliar os viajantes. Essa aliança entre o clero e a nobreza fortalecia a ideia de Reconquista, favorecia o caminho de peregrinação para Santiago e ao mesmo tempo ajudava a legitimar os novos mandatários do norte da Península. Concomitantemente, o rito românico era instalado sobre as outras formas de compreensão dos dogmas cristãos. A igreja romana exercia assim seu predomínio ideológico, levando as atribuições da reforma de Gregório VII, a uma região até alguns séculos verdadeiramente fora da cristandade cristã.

Fica destacada aqui a extremamente abrangente importância do peregrino, no culto e na história de Santiago de Compostela na tradição e na fé cristã medieval, no papel que o contexto do caminho de peregrinação exerceu na história Ibérica, na Reconquista, na relação dos reinos peninsulares com o papado, na interligação da região com toda a cristandade. Assim, como diria Franco Jr.: “Portanto, o sucesso das peregrinações compostelanas era resultado da conjunção de fatores espirituais e materiais, não se devendo privilegiar um ou outro aspecto”.<sup>193</sup> Em outras palavras, a peregrinação além de um exercício sacramental e um ato de inspiração sagrada era também uma ação de enorme consequência para a sociedade que a cercava durante a Idade Média. Parte integrante do processo político, social e econômico de transformações na sociedade, neste caso específico no norte da Península Ibérica, mas da mesma forma relacionado em outros contextos medievais, como o acontecimento das cruzadas e o sustento dos territórios latinos no oriente. Era comum na cristandade a vinculação da prática sacramental da peregrinação a outros setores da sociedade, fosse em fenômenos cotidianos, ou na organização estrutural dos poderes e grupos sociais. O peregrino era mais do que um viajante, era um personagem que ocupava um espaço de

---

<sup>193</sup> FRANCO Jr., *Op. Cit.* 93.

excelência na cultura cristã medieval, a de um viajante que devia ser protegido, valorizado e admirado além do ordinário.

Um dos principais argumentos para compreendermos este alto valor espiritual e, por consequência, material das relíquias de santos, mártires e figuras bíblicas era a forte crença da sociedade medieval na existência de milagres. A crença nos milagres era algo normal naquele contexto, acreditado como um evento costumeiro e recorrente por pessoas de qualquer grupo social, tanto entre o mais humildes dos camponeses quanto homens respeitados por seu conhecimento e erudição. Era com generalidade que homens juravam não apenas ter relatos, mas também terem presenciado estes fenômenos.<sup>194</sup>

Porém, milagres são acontecimentos fortuitos, breves e geralmente, inefáveis. Ou seja, aqueles que tiveram a oportunidade de presenciar, ou ainda ser agraciados eram exceções. Assim, a forma daquela sociedade de tentar um contato com essas demonstrações de poder divino foi por meio das relíquias. Como verdadeiros símbolos e lembranças do poder de Deus anteriormente manifestado na vida das pessoas, as relíquias se transformavam para os cristãos nas mais palpáveis possibilidades de que milagres aconteciam. Se pensarmos que o maior de todos os milagres do cristianismo foi a ressurreição de Jesus no terceiro dia após a sua crucificação, que lugar poderia estar com maior presença da força divina que operou este milagre do que a tumba onde seu corpo foi posto e onde desapareceu? Se os cristãos medievais não tinham a oportunidade de presenciar o acontecimento por seus próprios olhos, poderiam ao menos tocar as paredes da gruta que foi testemunha, fazendo assim do Santo Sepulcro, o lugar mais visitado pelos peregrinos na Idade Média.<sup>195</sup>

Dessa forma, se tornar um peregrino, era também ocupar o espaço em que o poder divino teria se manifestado, principalmente através de milagres. É exercer o papel daquele que quer estar sob a presença e ao mesmo tempo valorizar o sagrado. É o indivíduo que está sob um dever e objetivo santo, oficial e coletivo. Um peregrino faz sua jornada para seu crescimento pessoal, mas também em função de toda a cristandade, da mesma forma que os monges rezavam suas novenas, com intenção coletiva de salvação. Cada um vai atrás do “seu” deserto.

A importância dos milagres era enorme na espiritualidade medieval, pois significava, assim como as visões, uma forma de comunicação com o transcendente.<sup>196</sup>

---

<sup>194</sup> SUMPTIOM, *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>195</sup> VAUCHEZ, André. *La Espiritualidad del Occidente medieval*. Historia Menor, Catedra, 1995, p. 122.

<sup>196</sup> *Idem, ibidem*.

Os santos eram reconhecidos, fosse pelos processos de suas beatificações ou das tradições regionais, através de relatos de milagres, aliás como funciona dentro da igreja católica até os dias atuais. No caso das figuras bíblicas, geralmente estavam também relacionados com ações miraculosas, desde as ações fantásticas de Cristo, curando os enfermos, multiplicando os pães e os peixes ou simplesmente andando sobre águas, até o basilar fato de a Virgem teria sido tocada pelo Espírito Santo.

Essa centralidade na religiosidade cristã da época para os milagres era tão grande que a igreja romana buscava de diversas formas provar que apenas os seus fiéis podiam receber estas graças. As notícias do acontecimento de fenômenos extraordinários entre as heresias e as crenças pagãs geralmente eram combatidas de forma feroz pelo clero, dada a legitimidade que os milagres tinham e podiam fornecer.<sup>197</sup> Uma espécie de prova incontestável da presença e apoio do transcendente entre aquela igreja e forma de compreender e praticar a fé.

Estas demonstrações sobrenaturais tão esperadas e acreditadas pelos cristãos eram geralmente curas para problemas de saúde. O fim inexplicável para doenças constantes por toda a vida, a paz de espírito para aqueles que eram possuídos por demônios e mimetizando os milagres de Cristo nos evangelhos, dar a visão para cegos e o direito de caminhar para os aleijados. Por isso, não à toa os relatos de peregrinos que buscaram a jornada justamente por estarem afligidos por doenças e mutilações e foram miraculosamente curados eram variados e geralmente uma forma de legitimar a existência de um caminho de peregrinação.

Um exemplo da relação dos milagres, das curas e dos peregrinos é um dos livros que compõem o *Codex Calixtinus*, uma obra feita sob encomenda da autoridade pontifícia. Compilada no início do século XIII, mas elaborada ao longo do século XII, busca oficializar o caminho de peregrinação de Santiago de Compostela através de diversas ferramentas. Uma delas é o segundo dos cinco livros que o compõem, o chamado *Liber Miraculorum*. Composto pelos relatos de 22 milagres relacionados a figura de Santiago e outros santos padroeiros de cidades localizadas ao longo do caminho. Estes fenômenos, em sua grande maioria, se manifestaram como curas para doenças em diversos peregrinos que fizeram a jornada. Como forma de comparação, um outro livro do *Codex*, que também busca a legitimação para a existência do caminho de peregrinos, o faz tentando provar a relação de Carlos Magno com o culto a Santiago,

---

<sup>197</sup> VAUCHEZ, *Op. Cit.*, p.122.

simplesmente uma das figuras históricas mais importantes como defensores da cristandade durante a Idade Média.<sup>198</sup>

A peregrinação e o culto as relíquias, com sua ligação direta ao acontecimento de milagres, se tornaram no medievo uma das ferramentas mais comuns da busca dos homens e mulheres pelo sagrado, pela demonstração do transcendente. Uma forma prática e física de ter a possibilidade de comunicação com o poder divino. Contudo, através desta premissa básica, a peregrinação passou a ter diversas outras características. Não apenas como uma busca de milagres e curas, mas como penitências, indulgências, uma experiência única de viagem para os homens e mulheres comuns e como sabemos, até expedições coletivas.

Uma das formas mais regulares de peregrinação na sociedade medieval não era necessariamente por iniciativa própria do viajante e sim como uma penitência requerida por um pároco. Aliás, mesmo que um homem ou mulher medieval decidisse por desejo próprio fazer uma peregrinação ele deveria receber a recomendação e autorização do padre de seu vilarejo, ou a autoridade eclesiástica mais próxima. Era responsabilidade deste membro do clero julgar se um de seus fiéis estava pronto para fazer a jornada, assim como seria feito como qualquer outro sacramento. Contudo, existiam peregrinações exigidas como forma de penitência por pecados cometidos anteriormente.

A partir do século VI encontramos os primeiros documentos que mostram peregrinos que fizeram suas jornadas como formas de penitência pública recomendada por um membro do clero contra assassinato, roubos, luxúria e outros pecados da carne. No caso da hierarquia eclesiástica, monges, bispos, abades, o afastamento de seus monastérios e catedrais para o exílio da longa jornada como penitência exigida era mais comum que entre a sociedade laica.<sup>199</sup>

Um exemplo deste formato de jornada foi a condenação de um chanceler do rei francês chamado Guillaume de Nogaert por atacar o papa Bonifácio VIII (1294 – 1303) a peregrinar à Notre-Dame de Vauvert, Rocamadour, Boulogne, Chartres, St-Gilles, Montmajour e Santiago de Compostela, além de ter de se exilar na Terra Santa para o resto da vida (algo que ele não cumpriu).<sup>200</sup> Da mesma forma, homens comuns eram enviados a locais de peregrinação distantes como consequência de seus atos.

Não apenas como penitência religiosa, mas a partir do século XII a peregrinação prevista em lei também se torna comum em diversas comunidades medievais. As

---

<sup>198</sup> MELCZER, *Op. Cit.*, p. 29

<sup>199</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p. 139.

<sup>200</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p. 140.



jornadas sagradas se tornam também sinônimos de exílio e banimento. Uma forma das cidades e vilarejos se verem livres de seus agitadores e criminosos. A colocação nos livros de lei de peregrinações para o oriente como a pena por pequenos delitos relaciona a prática santa a uma simples jornada longa e feita em detrimento do corpo.<sup>201</sup>

Enfim, podemos caracterizar a peregrinação desde o início do período medieval como uma prática diretamente ligada não apenas aos milagres, às curas e às intervenções divinas necessárias pelos puros e pios, mas como uma forma de conseguir através de um método prático e sofrido o perdão por pecados. É a necessidade de passar por uma prova física para considerar a possibilidade de receber a indulgência divina. Com o passar dos séculos esta relação passou a ser tão direta, entre peregrinação e penitência que se tornou em diversos locais da cristandade, oficial e prevista nas leis locais. Podemos perceber a preocupação com os pecados cometidos e principalmente a relação de ser um peregrino e buscar o perdão nos relatos de Saewulf, um homem do norte da cristandade, provavelmente da Britânia, que fez sua peregrinação no início do século XII, em direção a Jerusalém logo após a conquista da Cidade Santa pelos cruzados da primeira expedição. No primeiro parágrafo de seu diário, ele se caracteriza como peregrino e pecador:

“Eu sou Saewulf. Apesar de não ser merecedor e um pecador, eu estava indo em direção a Jerusalém para rezar na tumba do Senhor. Eu não pude cruzar o mar aberto com outros que estavam indo pela rota direta, seja pelo peso dos meus pecados ou porque nenhuma embarcação estava disponível. Em todo caso eu decidi fazer uma descrição das ilhas através das quais eu viajei e seus nomes.”<sup>202</sup>

Em se tratando especificamente da peregrinação para Jerusalém e a Terra Santa, o encontro com a relíquia e com o sagrado tinha um aspecto a mais, além da busca pelos milagres e pela penitência que as outras destinações de peregrinos não tinham, ou seja, a veneração aos locais bíblicos e por consequência a vontade de repetir as passagens, da forma como as conheciam. Era comum os peregrinos que visitavam a Cidade Santa quererem refazer os caminhos da *via crucis*, rezar no jardim das oliveiras ou entrar nas águas do Rio Jordão. Ou seja, além do contato com o Santo Sepulcro, ou quaisquer outras relíquias presentes na cidade, ver os locais por muitos imaginados como os

---

<sup>201</sup> *Idem*, p. 147.

<sup>202</sup> Saewulf, In: WILKINSON, *Op. Cit.*, p. 94. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “I am Saewulf . Though I am unworthy and sinful I was on my way to Jerusalem in order to pray at the Lord’s Tomb. I could not cross the open sea with the others going there by the direct route, whether because of the burden of my sins or because no ship was available. In any case I have decided to give an account of the islands through which I travelled and their names.”

cenários das passagens bíblicas, tanto do novo quanto do antigo testamento, era fundamental. Percebemos este hábito nos diários de peregrinos que relatavam suas jornadas elencando as visitas aos locais sagrados da Palestina. Sempre entre as descrições daquilo que viam eram citadas as passagens dos evangelhos, de forma a relacionar diretamente sua experiência com a dos personagens santos do relato bíblico.

Por exemplo, aqui o peregrino Saewulf descreve as visitas que fez ao locais sagrados, no caso, ao Gólgota:

Abaixo está o local chamado Gólgota, onde é dito que pelo escorrimento do sangue do Senhor sobre seu corpo, Adão levantou dos mortos, assim como é dito na Paixão do Senhor, '*E vários dos corpos dos santos se levantaram*'. \* (...) Perto deste local do Calvário fica a Igreja de Santa Maria, onde o corpo do Senhor foi retirado da cruz, e antes de ser enterrado, teve essências colocadas nele, e foi enrolado em sua mortalha e seu lenço.<sup>203</sup>

Podemos perceber duas formas de referência direta aos acontecimentos e passagens bíblicas a medida que Saewulf faz a descrição de sua viagem; primeiro, com a transcrição de um trecho de um evangelho para ilustrar a importância da região do Gólgota na história do cristianismo. No segundo momento, mesmo sem citar um trecho das escrituras, o peregrino ilustra a igreja de Santa Maria e cita também a sua importância nos momentos finais da vida de Cristo. Enfim, a jornada se torna ainda mais relevante em Jerusalém, à medida que o viajante exercita seu papel sagrado tentando copiar os passos de Jesus.

Este exercício de repetição caracterizava muitas vezes as jornadas dos peregrinos com o uso do termo *imitatio Christi*. Termo utilizado também por vários escritores do século XI ao explicar as peregrinações que iam em destino à Terra Santa e buscavam repetir os passos de Cristo. Este fator aumentava o aspecto de penitência e provação da jornada uma vez que repetir os passos do messias na Cidade Santa queria dizer refazer os eventos da Paixão, ou seja, o martírio e a crucificação. Era comum estes peregrinos procurarem o sofrimento em locais que Cristo teria sofrido. Em diversos relatos vemos a descrição de jejuns longos, em menção aos 40 dias de meditação no Monte Tabor, de flagelações na igreja do Monte Sion, assim como antes de entrar no Santo Sepulcro,

---

<sup>203</sup> Saewulf, In: WILKINSON, *Op. Cit.*, p.102. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: "Below is the place called Golgotha, where it is said that by the streaming of the Lord's blood running over him Adam was raised from the dead, just as it says in the Passion of the Lord, '*And many bodies of the saints were raised*'. (...) Near this place of Calvary is the Church of St. Mary, in the place where the Lord's body was taken down from the Cross, and before he was buried he had spices put on him, and was wrapped in his shroud and his napkin."

\* Mateus 27 : 52.

sempre tentando repetir as ações de Jesus. Algumas outras atitudes menos sofridas, mas também realizadas como o batismo no Rio Jordão, a ação de lavar os pés dos pobres, ou entrar na cidade montado em um jumento. O fato é que a *imitatio Christi* era o máximo para o peregrino em Jerusalém da tentativa de fazer sua jornada ser um contato com o sagrado através do sofrimento não apenas do longo caminho a ser atravessado, mas nos contatos com as relíquias em si. Fazer o máximo possível para agir como um personagem em dever sagrado e nada mais carregado de santidade que as ações de Jesus no exato cenário que ocorreram.<sup>204</sup>

Não podemos dizer que os peregrinos iniciavam sua jornada pensando em não voltar. Justamente o contrário, toda peregrinação exigia a volta, assim como uma procissão, ela é circular, o retorno para casa é parte integrante da jornada. A necessidade do viajante chegar meses depois de volta a sua terra natal com as histórias de sua viagem para contar aos conhecidos, mas principalmente mostrando a todos que não era mais a mesma pessoa, que o contato com a relíquia e o local sagrado havia mudado seu jeito de ser. Porém era claro para todo viajante que as agruras do caminho, os perigos que seriam enfrentados, principalmente a caminho da Palestina, eram muitos. Sem contar que era de certa forma comum a realização da peregrinação no final da vida, como uma penitência final.

Se juntarmos todos estes aspectos clássicos da peregrinação medieval aqui apresentados perceberemos que várias destas características estavam presentes também na expedição para a Terra Santa convocada por Urbano II, ou seja, a necessidade de vencer um grande território, o destino dos locais bíblicos repletos de valor espiritual, as relíquias lá presentes, a expectativa de contato com o sagrado, o aspecto penitencial, indulgente e coletivo da expedição. Se os aspectos exteriores tinham fortes paralelos, a espiritualidade interior de cada participante com certeza também.

---

<sup>204</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p. 128.

### 3.2 A espiritualidade e os paralelos entre peregrinação e cruzada.

Os séculos XI e XII são considerados pela historiografia especializada a “era da peregrinação”. Muitos relatos do período destacam o aumento súbito no fluxo de peregrinos para vários destinos além das tradicionais Jerusalém, Roma e Compostela. Contudo, principalmente logo após a virada do milênio, a Terra Santa ocupou um protagonismo enorme nas escolhas dos peregrinos e isso está diretamente relacionado às transformações na forma de entender a religiosidade cristã do período. Foi um momento histórico que coincidiu com um certo desenvolvimento político com profundas mudanças na vida espiritual da cristandade.<sup>205</sup>

Nos séculos anteriores, uma grande onda de insegurança varreu toda a região ocidental com as chamadas invasões do século IX e X. Vikings, magiares e muçulmanos causaram estragos em diversas regiões que eram cruzadas por rotas de peregrinação, assim como igrejas, tumbas e capelas com suas respectivas relíquias. A insegurança era tanta em algumas regiões como a Bretanha, o norte da Península Itálica nos Alpes, a Península Ibérica e os Balcãs que além da alta probabilidade de um peregrino ser atacado e vilipendiado no caminho, mesmo se atravessasse ileso, dificilmente ele encontraria monastérios e hospitais dispostos a recebê-lo com uma refeição e uma cama quente. Mesmo com diversas chancelarias reais e imperiais exigindo proteção aos peregrinos, os caminhos se mantinham perigosos por toda a cristandade.<sup>206</sup>

Com este referencial, podemos considerar o período dos séculos seguintes como um intervalo pacífico de guerras dos cristãos contra outros povos, pois na virada do milênio, boa parte destes focos de ataque haviam sido neutralizados ou amenizados. Em diversos sentidos, a constante preocupação com a insegurança da região foi substituída por uma estabilidade maior, à medida que estes problemas foram administrados de maneiras diferentes e os cenários políticos locais transformados. O problema dos vikings resultou entre outras consequências no assentamento de vários de seus grupos na região da Bretanha desde a metade do século X, através de acordos com as autoridades do Reino Franco. A investida dos muçulmanos é barrada nos Pirineus e limitada à Península Ibérica, porém também no início do século XI, o processo de Reconquista em fase inicial já havia tornado novamente cristãs parte das terras do norte,

---

<sup>205</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p.160.

<sup>206</sup> *Idem*, p. 161.

criando estabilidade para o caminho de peregrinação para Santiago de Compostela, por exemplo.

Em se tratando da rota para Jerusalém, o processo que a tornou mais segura começou quando os bizantinos do Imperador Basílio II (976 – 1025) derrotaram os Búlgaros expandindo suas fronteiras até as margens do Rio Danúbio. No final do século X os húngaros se cristianizaram e assim o caminho ligando o ocidente até a Síria se tornava mais seguro, estando totalmente sob controle cristão. Com os acordos diplomáticos entre os gregos e o califado fatímida, a peregrinação para a Cidade Santa era reconhecida como um caminho de certa segurança e estabilidade até meados do século XI, quando a invasão seljúcida na Palestina, Síria e Ásia Menor assustou as autoridades bizantinas e ocidentais. Se realmente a jornada se tornou muito mais perigosa que antes, ou o caminho, interrompido, como os cronistas contemporâneos à primeira cruzada afirmavam, é contestável, mas que a estabilidade anterior diminuiu, com certeza ocorreu.<sup>207</sup>

Enfim, além das mudanças nas relações políticas dos povos balcânicos em relação aos cristãos (latinos ou gregos), o Ocidente também teve suas transformações. E com o fantasma dos ataques vikings se dissipando e o processo de Reconquista limitando os conflitos com os muçulmanos ao sul da Península Ibérica, temos um cenário de certa tranquilidade para que os caminhos de peregrinação se solidifiquem dentro da cristandade e se intensifiquem na rota para Jerusalém.

Porém, isso não significa o fim das agressões e escaramuças dentro do território cristão, muito pelo contrário, se o ataque agora não seria realizado por ameaças exteriores e de forma invasiva como as dos séculos anteriores, os conflitos internos se intensificaram. Um exemplo no século XI são as investidas dos normandos em 1066 com a conquista do Reino da Inglaterra e ao longo da segunda metade do século também com a presença e influência sobre diversas terras da Península Itálica, fundando posteriormente o Reino das Duas Sicílias.<sup>208</sup> Em outras palavras, a partir da virada do milênio os conflitos bélicos do ocidente medieval deixam de ser para defender o

---

<sup>207</sup> SOT, *Op. Cit.*, p. 356.

<sup>208</sup> A atividade bélica agressiva e conquistadora dos Normandos no século XI fez com que eles fossem um povo que dividia opiniões e posições políticas dentro da cristandade. Alguns se aproveitaram de seu poderio e buscaram neles aliados como é o caso notório dos papas do período. Os normandos ao conquistarem as terras ao sul da Península Itálica, expulsando bizantinos e árabes da região que se transformou no Reino das Duas Sicílias, garantiram estabilidade ao papado em Roma e se tornaram nas décadas seguintes as principais forças de oposição aos germânicos e seus antipapas. Contudo, era comum que diversas outras forças latinas do período, além dos gregos e orientais em geral, vissem os normandos com desconfiança e apreensão, devido a sua belicosidade, a relativa história recente no ocidente e o temor que era inspirado pelo seu reconhecimento como conquistadores.

território contra “pagãos e infiéis” e passam a ser por disputas entre os próprios cristãos e suas diferentes origens e culturas.

Não por acaso é a partir também do século XI que o conceito de cristandade se solidifica no significado que aqui entendemos, ou seja, um conjunto territorial extenso que contém diversos povos e culturas diferentes, mas com uma identidade comum de ser cristão do rito românico, ou seja, estando sob a autoridade espiritual do papa. Também não é coincidência neste momento que seja posta em prática a vontade de crescimento de poder e influência que as autoridades eclesiásticas e o pontífice buscam ter em toda a cristandade, duas ideias que são interligadas e postas a prova na convocação de Urbano II.

Para explicarmos a espiritualidade cristã presente no final do século XI que está relacionada diretamente com o acontecimento da primeira cruzada, precisamos compreender que apesar deste mais pacífico período pelo qual passou o Ocidente medieval, a religiosidade estava repleta de um forte sentimento escatológico, propiciado pela virada do milênio, a marca dos mil anos da vida e morte de Cristo. A espiritualidade abria então mais espaço para a individualidade e a fé pessoal. Ao mesmo tempo que a preocupação de cada um com seus pecados crescia. Em nenhum outro momento da longa história da cristandade latina o medo real do fim do mundo foi tão forte. A convicção por muitos da proximidade do fim dos tempos fazia com que o perdão divino se tornasse fundamental, o que foi relacionado diretamente com a prática da peregrinação.<sup>209</sup>

O sentimento escatológico se traduz em muitos dos registros de monges e membros do clero do período. Com obsessão pelos pecados, a culpa e a necessidade de perdão é enorme. A teologia da Igreja Romana percebia o mundo ao redor como uma grande fonte de pecados para os homens e conseqüentemente a necessidade de penitência e sacrifício para se livrar deste peso. Assim, compreendemos mais um motivo do aumento no fluxo de peregrinos, afinal a jornada era uma opção de buscar o perdão de uma forma prática, física.

Se nos referimos ao medo da proximidade do Juízo Final pelos cristãos, o que é a origem das ideias e sentimentos escatológicos, precisamos entender como isso se organizava na espiritualidade. Para o cristão medieval, todo homem e mulher uma vez morto deveria ser enterrado para no fim dos tempos ter o direito a ressurreição do corpo. A partir de suas ações em vida teria o direito à eternidade no paraíso ou no inferno até o

---

<sup>209</sup> SOT, *Op. Cit.*, p. 356.

acontecimento do juízo final, quando todos seriam julgados e aqueles que merecessem e estivessem perdoados de seus pecados, teriam a melhor alternativa.

Pois, da mesma forma como as relíquias eram locais e objetos que continham rastros do poder divino e através disso podiam realizar milagres, curas e conceder o perdão para os vivos, também tinham relação com os mortos. A ideia de aguardar o juízo final, ou seja, morrer e ser enterrado nos locais próximos a estas relíquias exercia perante a espiritualidade da época grande fascinação. Em outras palavras, ser colocado em tumbas próximas a locais em que santos e apóstolos foram enterrados, como na cidade de Compostela, significava ter a companhia do santo no dia do Julgamento, uma vez que todos se levantariam juntos. Por isso, precisamos compreender o valor da morte na Cidade Santa para os cristãos. Ser enterrado em Jerusalém, após a realização de uma peregrinação, da penitência que concede o perdão, era um caminho certo para a salvação. Muitos escritos sobre o dia do Juízo Final apresentam o evento ocorrendo nas proximidades da Cidade Santa com a presença de Cristo que originalmente foi enterrado na cidade.<sup>210</sup>

Existe ainda um outro aspecto fundamental do que já comentamos, o *imitatio Christi*, principalmente se pensarmos nas motivações dos peregrinos, que é a característica do pensamento escatológico do cristianismo. Para entendermos a relação dos cristãos com os relatos bíblicos da passagem de Cristo pela Cidade Santa, precisamos considerar que além da Paixão, traduzida em muito sofrimento físico e da crucificação, a ainda mais sofrida morte de Jesus na cruz para realizar a salvação de toda a humanidade, há a ressurreição. O desaparecimento do corpo de Cristo do sepulcro por conta de sua vitória sobre a morte.

Toda esta importância dada ao *imitatio Christi*, tanto nas peregrinações, quanto nas cruzadas se relaciona a uma característica inovadora no século XI na religiosidade cristã medieval. A importância central que a figura humana de Cristo passou a ter. Jesus como um companheiro, um conselheiro, um amigo, uma divindade acessível para os seus fiéis. Essa centralidade da figura de Cristo se referencia nas expedições e jornadas para a Terra Santa, afinal são as passagens do evangelho e o Santo Sepulcro que principalmente as motivam.<sup>211</sup>

O surto no número de jornadas do século XI está relacionado à mesma espiritualidade que também estava incluída no acontecimento das cruzadas de diversas formas. Como já vimos, o fato de a partir da segunda metade do século uma maior

---

<sup>210</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p. 187.

<sup>211</sup> *Idem*, p. 192.

difficuldade para os peregrinos chegarem a Jerusalém ter surgido no Oriente com as conquistas turcas, foi usado como argumento da convocação em 1096. Porém, mais do que isso diversas características da espiritualidade envolvida com inúmeras jornadas de peregrinos no ocidente tiveram paralelos com a primeira cruzada.

Na prática, a peregrinação se tornou mais que uma penitência e sim em uma espécie de oportunidade para um segundo batismo. Uma possibilidade de iniciar de novo, recomeçar a vida como uma folha em branco, isento do peso dos pecados passados e pronto para reiniciar a vida comum. Essa projeção de viver sem os pecados já cometidos era extremamente sedutora, irresistível para os cristãos da época. Tanto que era comum entre aqueles que faziam a jornada no final da vida, juntarem-se a monastérios quando retornavam, procurando ter uma vida limpa de pecados, afinal de nada adiantaria a oportunidade do segundo batismo se os pecados voltassem a acontecer antes do fim verdadeiro.

Pensando especificamente naqueles que visitavam a Terra Santa em suas jornadas, esta ideia de segundo batismo ganhava uma caracterização ainda mais prática e menos abstrata. Em meados do mesmo século XI se tornou praticamente obrigatória a visita ao Rio Jordão, aproximadamente há vinte milhas de distância da Cidade Santa, e a repetição da passagem bíblica do batismo de Cristo. As águas e principalmente a imitação do evangelho, segundo a crença, concediam uma espécie de limpeza espiritual, a libertação dos pecados que atormentavam a consciência dos fiéis. Entrar no leito do rio e ter contato com suas águas era o mesmo que tocar o sagrado. O Jordão era para os cristãos uma das importantes relíquias da Palestina, afinal de contas, assim como as paredes do Sepulcro, as águas que batizaram Cristo, as margens que presenciaram este acontecimento, são as mesmas que tiveram contato com Jesus e por isso tinham os rastros físicos do poder divino e messiânico.<sup>212</sup>

Quando do acontecimento da primeira cruzada o costume ainda existia e a sua concepção ainda era a mesma, os homens e mulheres da expedição armada estavam ali também com a esperança de se livrarem de seus pecados e poderem viver sem o peso do que fizeram de errado. Contudo, eles não faziam a jornada como uma penitência, com a vontade de alcançar o perdão ao fim do caminho, nem receberam a indicação como uma particular vontade de chegarem à Cidade Santa. Pelo contrário, os participantes estavam a caminho de Jerusalém por uma convocação, com um objetivo maior e coletivo, envolvendo toda a cristandade. Além disso, o perdão tão buscado por cada um ali

---

<sup>212</sup> SUMPTION, *Op. Cit.*, p. 185.



presente foi adquirido a partir do momento que resolveram abraçar a causa e costurar as cruzes em suas vestes, ou seja, receberam a indulgência papal por estarem participando, o que é diferente de um perdão resultado de uma penitência e sacrifício feito por iniciativa pessoal ou indicação específica da justiça local.

Esta diferenciação entre remissão dos pecados e penitência é uma questão muito discutida por aqueles que buscam compreender a espiritualidade cristã da virada do milênio e os paralelos entre peregrinação e cruzada. Pois ambas as jornadas são, como colocado por Ayala Martinez, constituídas como expedições meritórias as quais correspondem uma recompensa espiritual. O perdão pelos pecados, o acesso ao paraíso através de uma morte pura ou mesmo a possibilidade de um novo começo, tanto o peregrino quanto o membro da expedição armada o fazem em vista deste prêmio final e mais importante.<sup>213</sup>

Se retornarmos à convocação que Urbano II fez no concílio de Clermont – Ferrand em 1095 vemos que ele faz referência à remissão de todos os pecados para aqueles que participassem da expedição, incluindo os que morressem no caminho ou com a espada em mãos.<sup>214</sup> A princípio, a ideia de indulgência ou remissão dos pecados cometidos por um cristão em toda a sua vida funcionava perante a confissão anteriormente realizada para um membro da Igreja. Ou seja, este perdão concedido para os participantes da expedição se referia àqueles pecados que estavam ao alcance do clero. Em outras palavras, aquilo que o indivíduo havia declarado em confissão, o que teoricamente inclui um arrependimento, e que em troca havia sido estipulada uma penitência pelo pároco, o que seria indulgenciado pela ida para a Terra Santa na resposta a convocação de Urbano II.<sup>215</sup>

No século XI existia uma concepção de pecados que estava além da alçada do poder eclesiástico, uma divisão entre aqueles que poderiam ser absolvidos por um membro do clero e os que não. Estes pecados que se mostravam fora do poder eclesiástico eram aqueles não confessados, seja por falta de arrependimento, ou também por falta de compreensão do cristão pecador. Para estes era necessário um perdão que apenas Deus poderia dar, ou seja, teoricamente a indulgência colocada pelo pontífice através desta guerra santa não era suficiente para absolvê-los, tornando assim a remissão dos pecados não absoluta e, de certa forma, diminuindo a abrangência e importância da ideia como um todo.

---

<sup>213</sup> AYALA MARTINEZ, *Op. Cit.*, p. 231.

<sup>214</sup> Trecho já referenciado anteriormente neste trabalho. Página 38, nota 75.

<sup>215</sup> *Idem, ibidem.*

O processo com os peregrinos funcionava quase da mesma forma, ou seja, o perdão mediante confissão dos pecados e a realização da jornada como penitência, o que posteriormente criaria a absolvição dos erros cometidos até aquele momento. As diferenças estão na especificidade da peregrinação, pois se o indivíduo estava querendo realizar a longa viagem para visitar alguma relíquia por conta própria, ele mesmo buscava o pároco para uma recomendação do seu exercício sacramental. Ou seja, não envolvia o ato extraordinário da convocação do papa passando por cima do processo penitencial de uma enorme quantidade de cristãos. Outra diferença era que enquanto a participação na cruzada substituí a penitência estipulada mediante confissão, a peregrinação normalmente era a própria penitência. Como vimos, em diversos formatos, por iniciativa própria, com indicação eclesiástica em consequência de um pecado grave ou até como a pena por um crime que infringia a justiça civil.

Contudo, para ambas as jornadas esta conceituação de remissão dos pecados é nebulosa, pois a relação direta entre o perdão e a confissão só foi totalmente certificada e oficializada pela Igreja a partir do final do século XII. Ou seja, afirmar com exatidão que a absolvição dos pecados que Urbano II promoveu em 1095, através de seus poderes de pontífice na convocação que fez, se limitaram apenas aqueles confessados e compreendidos pelos indivíduos e as autoridades eclesiásticas não é tão fácil. Inclusive, a divisão de alcance das indulgências entre o clero e o poder divino fica também mais fraca se considerarmos que toda a proposta de cruzada foi feita sob o argumento de ser uma comunicação diretamente de Deus, uma vez que o papa era um intermediário entre os cristãos e o transcendente, característica essa intrínseca a proposta de guerra santa.

Ayala Martinez aponta que em outros documentos de autoria de Urbano II da época da convocação, em sua maioria cartas, nas quais ele faz campanha de suas ideias sobre a expedição, ele aponta a indulgência como um perdão absoluto, total, independente de penitência e confissão.<sup>216</sup> Essa relação confusa entre o formato e a abrangência da indulgência papal referente à expedição convocada é relativa à sua concepção, ou seja, está relacionada diretamente ao acontecimento extraordinário desta guerra santa, a intenção e grandeza que o papa queria dar para a sua criação, assim como a importância do objetivo colocado, no caso a conquista da Terra Santa.

O que podemos afirmar é que esta ‘graduação superior’ da remissão oferecida pelo pontífice para a proposta de cruzada não seria feita para a peregrinação cotidiana realizada por uma grande quantidade de indivíduos espalhados pela cristandade. Porém,

---

<sup>216</sup> AYALA MARTINEZ, *Op. Cit.*, p. 236.

como símbolo de um grande movimento em tamanho e características ideológicas sim, como foi o caso da expedição para Jerusalém.

Mesmo com estas diferenças entre a peregrinação e a cruzada relacionadas à forma como o perdão era alcançado, existe um paralelo muito forte com a clara necessidade e busca por esse perdão na Terra Santa da mesma forma, afinal a espiritualidade envolvida e as ideias religiosas dos cristãos do século XI eram semelhantes. A existência de um perdão como recompensa por um grande esforço físico de competência religiosa e sagrada está presente em ambas as jornadas e as associou diretamente no contexto.

Além da teorização da remissão dos pecados pelo pontífice e pelas regras e erudição da igreja, também podemos perceber essa relação nas demonstrações culturais práticas da expedição. Diversos costumes dos peregrinos, comuns ao longo do século anterior foram repetidos pelos homens e mulheres que ajudaram a conquistar Jerusalém. O nosso exemplo fica por conta da representação e imitação do batismo no Rio Jordão, como foi relatado pelo próprio Foucher de Chartres no primeiro livro de sua *Historia*. Aqui ele descreve algo que ocorreu pouco tempo após a conquista da cidade e o fim da expedição:

“Após estas coisas terem sido alcançadas, algumas pessoas desejaram retornar para suas terras natais. Assim que eles se banharam nas águas do Jordão e coletaram os ramos de palmas próximo de Jericó, aonde foi dito que é o Jardim de Abraão, Roberto, Conde dos Normandos e Roberto, Conde de Flandres, saíram em embarcações para Constantinopla e de lá retornaram para a França e para suas posses.”<sup>217</sup>

Os dois nobres citados exerceram funções de liderança sobre seus homens ao longo da expedição armada. Com ações importantes nas diversas conquistas feitas pelos latinos, como o cerco de Antioquia e a invasão de Jerusalém. E uma vez concluídos seus objetivos como membros da cruzada, ou seja, assim que chegaram à Cidade Santa e ajudaram a torná-la território cristão latino, procuraram voltar para suas terras no Ocidente.

Contudo, além de finalizada a expedição e cumpridos os votos da cruz, foi importante para eles também atuar como os peregrinos e repetir as ações de Cristo, tanto se banhando no Jordão, quanto fazendo a coleta dos ramos de palmas, conhecido ritual

---

<sup>217</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, xxxii, p. 128. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “After these things were accomplished, some of the people wished to return to their native lands. As soon as they had bathed in the waters of the Jordan and had collected palm branches near Jericho, in what was said to be the Garden of Abraham, Robert, Count of the Normans, and Robert, Count of Flanders, set out by ship for Constantinople and from there returned to France to their possessions.

da Páscoa cristã. Essa clara presença da noção da *imitatio Christi* nos possibilita traçar um paralelo entre a ação do peregrino que fez sua jornada ao longo do século XI e daqueles que responderam à convocação de Urbano II. O cronista destaca os dois acontecimentos, mas os demonstra quase como uma etapa obrigatória de toda a jornada daqueles homens. De fato o batismo no Rio Jordão e outras ações de visita a locais bíblicos na Terra Santa foram muito repetidos pelos participantes das cruzadas. Não era uma surpresa ou havia estranhamento nestes fatos, pois há muito eram realizados pelos peregrinos latinos que chegavam a Jerusalém.

A centralidade da Cidade Santa para a primeira cruzada e por consequência para o projeto de Urbano II é primordial para entendermos a relação forte que aproxima peregrinação de cruzada. A já falada importância para a espiritualidade cristã do século XI, seja pelas questões escatológicas, pelo valor de relíquia que toda a região continha, ou mesmo o exercício da *imitatio Christi*, ligou as pessoas que participaram da expedição àqueles peregrinos que fizeram o mesmo movimento ao longo do século.

Outras questões práticas que estimularam esta relação é o caráter que o participante da cruzada assumiu como um viajante, um estrangeiro exilado de sua terra natal, ganhando território e sofrendo os percalços do caminho para alcançar um objetivo sagrado. Se a proposta de combate e conquista, a guerra santa, tivesse sido feita para outra localidade dentro da cristandade, ou ainda em locais próximos à cidade de Roma, com apelo regional, a relação com a peregrinação possivelmente não ocorresse. A distância e a dificuldade em alcançar a Cidade Santa eram desafios que apenas os homens e mulheres que exercitavam a peregrinação costumavam enfrentar e principalmente o fazer por um motivo nobre, sagrado.

O sofrimento enfrentado nos meses de viagem eram parte integrante do processo de mudança pelo qual o peregrino deveria passar. Afinal, a ideia era a realização de um novo batismo, a purificação dos pecados e além do contato com o sagrado das relíquias, a provação de frio, a fome, a sede e o perigo de estar em terras desconhecidas, um período de vida sofrido e desprovido de conforto era também necessário para a formação da penitência. Contudo, como já vimos, o peregrino era o viajante que passava por todo esse processo, mas era reconhecido como um indivíduo em uma função específica, ou seja, para a sociedade ocidental, estava em uma jornada sagrada e para realizá-la com todos estes detalhes precisava de proteção da comunidade, das autoridades de sua terra natal e daquelas que estavam ao longo do seu caminho.

Existiam diversas regulamentações diretamente relacionadas ao voto dos peregrinos para salvaguardar seus direitos, suas posses e seus compromissos na sociedade enquanto os homens e mulheres exerciam essa função temporária e especial. Ao estabelecer o juramento feito em conjunto ao estabelecimento da penitência, o viajante passava a ter um objetivo com sua jornada e a sua vida comum permanecia em segundo plano. Para isso ser possível, as autoridades regionais se responsabilizavam pelas terras, pela família e pelos compromissos daquele indivíduo.

Para deixar claro que um viajante era um peregrino havia diversos símbolos e objetos que reconheciam a jornada sacramental. Principalmente o manto e o cajado, mas também o uso de chapéu, sandálias, sempre roupas com referências à simplicidade e humildade apostolar. Havia também algumas especificidades para cada região como as já citadas conchas de Santiago de Compostela. De toda forma a função destes símbolos e objetos além de uma ajuda prática, eram a identificação do peregrino com a sua função de viajante sagrado em exercício de penitência, ou seja, uma pessoa diferenciada que está passando por aquele caminho não à toa ou com intenções pecaminosas, mas por um motivo específico de ter contato com o transcendente. O peregrino é um exemplo claro de um indivíduo que pratica a religião e deve ser protegido por isso, que está em uma missão religiosa e deve ser valorizado, que quer ser perdoado e por consequência, acredita no Cristo. Em outras palavras, era um modelo de virtudes cristãs, o indivíduo que sacrifica sua vida comum por um objetivo santo.

Se procurarmos entender as intenções pré-estabelecidas da primeira cruzada, ou seja, se as autoridades eclesiásticas e principalmente o papa Urbano II fizeram também a associação entre a expedição em criação e as peregrinações, então perceberemos que na organização teórica e nas regras que as relacionavam às leis civis também existiram paralelos. Afinal, se a convocação feita no Concílio de Clermont – Ferrand iria propor a viagem, o deslocamento de milhares de cristãos de suas casas em direção à Terra Santa, era preciso regulamentar essa jornada dentro das leis comuns das sociedades da cristandade, o exemplo mais próximo era o do peregrino.

Conscientemente ou não, algumas características foram seguidas, por exemplo, o fato que todo cruzado teria suas propriedades, sua família e seus compromissos salvaguardados pelas autoridades locais, laicas e eclesiásticas, para que ele pudesse passar meses fora, empenhado na conquista de Jerusalém, da mesma forma como era feito com os peregrinos. A saída de um indivíduo, fosse uma alta liderança do clero ou da nobreza, ou um camponês ligado a terra, teria que ser relatada e aconselhada pelo

pároco que cuidaria dos direitos daquele sujeito. O enquadramento na lei civil utilizou o modelo da peregrinação já existente e em grande parte funcionou da mesma forma, ou seja, nem sempre foi respeitado à risca...<sup>218</sup> Porém, oficialmente os participantes da expedição ficavam sob a proteção da Igreja com o caráter específico da jornada que participavam.

Outras características chamam atenção para a relação com a peregrinação, como a existência do voto do cruzado, um juramento que, apesar de regulamentado apenas no século XII, se baseava no juramento representado a partir de direcionamentos presentes no discurso de Urbano II. A necessidade do indivíduo que partisse em direção à Terra Santa salientar e juramentar suas intenções com o voto formal e público que desejava sair em sua jornada. O símbolo deste compromisso era a cruz costurada à roupa que identificava o participante da expedição. Uma vez feito era necessário o cumprimento, ou seja, a ida e participação ativa da expedição até a sua finalização, no caso a conquista da Cidade Santa e a finalização da peregrinação no Santo Sepulcro, ou a morte na tentativa. A desistência era oficialmente a quebra de um voto sagrado e por isso motivo de grande vergonha e também um pecado de grande peso.

Foucher de Chartres descreveu no início de sua *Historia*, logo após o discurso de Urbano II o momento que as cruzes foram costuradas às vestes daqueles presentes que decidiram atender a convocação feita e qual o significado que elas tinham:

“Ó que apropriado e que agradável para todos nós ver todas aquelas cruzes feitas de seda, fio de ouro, ou outros belo materiais que esses peregrinos outrora cavaleiros, outros leigos, ou clérigos, costuraram nos ombros de suas capas. Eles fizeram isso por comando do Papa Urbano uma vez que ele fizeram o juramento para ir. Era apropriado que os soldados de Deus que estavam se preparando para a batalha em Sua honra fossem identificados e protegidos por este emblema de vitória.”<sup>219</sup>

Percebemos que não apenas a existência do juramento em conjunto com a orientação de um clérigo da cruzada se relaciona ao mesmo processo na peregrinação, mas também a simbolização, identificação do participante da expedição armada como um indivíduo diferenciado sob uma missão, em busca de um objetivo sagrado. A cruz para a primeira cruzada e para as posteriores é a concha do peregrino para Santiago de

---

<sup>218</sup> AYALA MARTINEZ, *Op. Cit.*, p. 228.

<sup>219</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, iv, p. 68. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Oh how fitting, and how pleasing it was to us all to see those crosses made of silk, cloth-of-gold, or other beautiful material which these pilgrims whether knights, other laymen, or clerics sewed on the shoulders of their cloaks. They did this by command of Pope Urban once they had taken the oath to go. It was proper that the soldiers of God who were preparing to fight for His honor should be identified and protected by this emblem of victory”.

Compostela, identifica-o, mas também simboliza sua fé e o papel sacramental de sua jornada. Curiosamente é a cruz que no início associa o cruzado ao peregrino, mas que posteriormente vai diferenciá-los e servir como base para a caracterização própria da expedição armada.

Estas regulamentações de caráter eclesiástico, mas também laico, incluindo a expedição armada dentro de um espaço teórico na cristandade estão relacionadas também à espiritualidade. São de necessidade estrutural, mas estão ligadas ao papel da religiosidade no contexto da época. Pois, estas caracterizações partem do princípio de que a expedição convocada por Urbano II era de importância extraordinária e assim deveria ser encarada e exercitada. Ou seja, o participante dispunha de um caráter especial, de exceção que o permitia largar sua vida comum para realizar esta missão sagrada. A sociedade da época concebia isto dada a centralidade espiritual que essa jornada ocupava e inicialmente o fez também pela associação à peregrinação.

### 3.3 Foucher de Chartres e a invenção da Cruzada.

No “Dictionnaire du Moyen Âge” lançado em 2012 com direção do historiador Michel Zink, feito com uma proposta de criar verbetes explicativos sobre diversos termos relacionados ao contexto do período de uma forma breve e conceitual, a explicação do que é *croisade* começa assim:

“Peregrinações armadas, que ocorrem com o objetivo da liberação do Santo Sepulcro em Jerusalém, as cruzadas são lançadas por uma bula pontifícia e colocadas sob a autoridade da Igreja que garantia a seus participantes, distinguidos pelo uso da cruz, privilégios espirituais e temporais. Sob esse nome, que não apareceu até meados do século XIII – até aquela data se dizia ‘viagem a Jerusalém’, em ‘peregrinação’ ou de ‘passagem ao Além-Mar’.”<sup>220</sup>

Em linhas gerais, já refletimos sobre diversas das características postas neste início de definição. Sabemos a este ponto que a cruzada foi um fenômeno relacionado fortemente a um projeto da Igreja e do Pontificado de se fortalecer e colocar como autoridade perante toda a cristandade. Assim como tentar dar solução para alguns dos problemas que se enfrentava dentro de seu território, como a proliferação da violência entre cristãos, a dificuldade em regulamentar estes conflitos e o grupo dos *milites* em geral. A convocação desta expedição bélica sob um objetivo de interesse das autoridades eclesiásticas e que respondia aos anseios da espiritualidade escatológica, extremamente focada no caráter humano de Cristo, estava em consonância com os interesses da época.

Esta grande movimentação demográfica rumo à Terra Santa e à cidade de Jerusalém, tinha como inimigo declarado o “infiel”, rótulo posto sobre os turcos seljúcidas e os outros grupos étnicos e políticos islâmicos residentes no oriente próximo. O objetivo santo de livrar o principal centro peregrinatório da época da autoridade dos muçulmanos e colocar os locais santos sob o controle dos cristãos ocidentais, além de criar mais um território latino no mapa convenceu indivíduos de todos os grupos sociais e origens geográficas dentro da cristandade a abandonar momentaneamente suas vidas e seus compromissos cotidianos para realizar esta missão sagrada.

---

<sup>220</sup> GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de, ZINK, Michel. Dictionnaire du Moyen Âge (2a ed. 4a tir.). Paris: PUF, 2012, p. 371. Traduzido livremente pelo autor do original: “Pèlerinages en armes qui se donnent pour objet la délivrance du Saint – Sépulcre à Jérusalem, les croisades sont lancées par une bulle pontificale et placées sous l’autorité de l’Église qui garantit à leurs participants, distingués par le port de la croix, des privilèges spirituels et temporels. Sous ce nom, qui n’apparaît pas avant le milieu du XIII s. – avant cette date on parle de ‘voyage de Jérusalem’, de ‘pèlerinage’ ou de ‘passage d’outre-mer’.”



A distância a ser vencida, a caracterização com o caráter sacramental, penitencial e indulgencial fizeram com que esta ideia fosse identificada com diversas práticas bélicas e instituições antigas ligadas à igreja na sociedade cristã como uma guerra santa ou uma guerra justa. Porém, essa ligação foi feita de forma muito intensa com o antigo costume, e naquele momento muito comum, da peregrinação. O homem que atendesse à convocação e marchasse rumo ao Santo Sepulcro era visto como um cristão em uma missão especial de interesse coletivo e sagrado e assim deveria ser respeitado.

Quase quatro anos depois do Concílio de Clermont – Ferrand, em 1099, os objetivos originais haviam sido cumpridos, as atuações militares no Oriente superaram expectativas e bizantinos, muçulmanos e cristãos orientais tiveram suas sociedades sacudidas e modificadas pela passagem dos ocidentais. Este grande evento passou então a ser objeto de estudo e descrição da historiografia latina que via no acontecimento da expedição bem sucedida um conjunto de detalhes, relações e desdobramentos inéditos e marcantes na História recente.

Contudo, as suas características estruturais, ideológicas e espirituais não foram vistas como grandes novidades, ou seja, estavam sempre relacionadas e arraigadas na sociedade que as deram origem. Assim, pelos primeiros cem anos de sua história, este grande acontecimento ficou carente de uma nomenclatura e conceituação singular. Termos de significação geográfica como jornada (*iter*), expedição (*expeditio*), caminho, viagem e também aqueles ligados ao exercício do peregrino, como a peregrinação (*peregrinatio*), a busca do sagrado e a libertação do Sepulcro foram utilizados por autores diferentes em obras diferentes. Porém, o termo cruzada (*crosada*, *croseria*) demorou a surgir e o seu uso estava distante de ser comum.

Por esse motivo chama a atenção no texto escrito pelo autor Michel Balard para o dicionário citado, a mais básica definição de “peregrinação armada”. Pois, realmente os contemporâneos da convocação de Urbano II e da primeira expedição, assim como de toda a existência do Reino de Jerusalém, enquanto a cidade foi governada pelos latinos, não utilizavam o termo cruzada para definir a expedição conquistadora de 1099, muito menos a colocação como primeira. A *grosso modo* nós sabemos que elas foram feitas, mas eles não. Como Christopher Tyerman se questiona de forma rápida “ocorreram cruzadas no século XII?”<sup>221</sup>. Ele mesmo responde, não.

Em 1096, quando os quatro grandes grupos armados de cristãos se organizaram e marcharam em direção à Jerusalém, formando um grande exército apenas no lado

---

<sup>221</sup> TYERMAN, Christopher. *The Invention of the Crusades*. Toronto University Press, Toronto, 1998, p. 8.

oriental do Bósforo, a noção comum era a realização de uma jornada que muito se assemelhava a uma peregrinação coletiva, porém com um objetivo bélico associado à ideia de guerra santa. Com o caráter sagrado, tanto pela liderança e criação do pontífice, quanto pelo objetivo de importância espiritual, claro para todos, a ligação da jornada com o exercício dos peregrinos foi grande. Podemos perceber isto no texto de Foucher de Chartres desde o início de sua obra, ou seja, a utilização da peregrinação como forma de explicar a expedição e caracterizá-la dentro do contexto da época. O título dado ao primeiro livro<sup>222</sup>, a descrição do momento em que os presentes ao discurso de Urbano II procuram costurar cruzeiros em suas roupas<sup>223</sup>, a apresentação da obra como uma crônica e os seus objetivos básicos de escrita<sup>224</sup>, todos estes trechos que nomeiam os participantes como peregrinos e presentes nas primeiras páginas da obra.

Esta primeira jornada estava intimamente ligada às instituições sociais, políticas e religiosas da época sendo muito mais uma continuidade de todos estes fatores do que uma ruptura, uma quebra e nova criação.<sup>225</sup> Isso também se refere a todas as expedições que possam ser consideradas cruzadas. Sejam aquelas relacionadas pela historiografia tradicional, destinadas ao oriente entre o final do século XI e o final do XIII, ou mesmo as expedições com outros objetivos geográficos e até mesmo aquelas que tiveram organização espontânea. Porém, é considerado o período de auge da espiritualidade e ideologia de cruzada o século XII, com toda a história do Reino de Jerusalém até a chamada terceira cruzada, organizada como resposta às conquistas de Saladino. É comum as jornadas do século seguinte, como a triste quarta cruzada e aquelas organizadas por Luís IX de França, terem um enfoque mais limitado, um interesse menor para a historiografia e o público comum.

A diferença nesse caso é que apesar de muito ligadas à estrutura da sociedade dentro da cristandade, caracterizadas muito mais como continuidades do que como rupturas, as expedições posteriores, tinham como referência também as primeiras, principalmente a expedição de 1096. Em outras palavras, este sentido de continuidade se estendia também como relação às jornadas que já haviam ocorrido.

Para o século XII, as expedições que hoje conceituamos cruzadas, eram eventos diferentes entre si e vistos de forma isolada, ou seja, sem a interpretação de ser um grupo de jornadas com a mesma constituição. A chamada primeira cruzada era o

---

<sup>222</sup> Trecho já referenciado na página 86, nota 155.

<sup>223</sup> Trecho já referenciado na página 132, nota 218.

<sup>224</sup> Trecho já referenciado na página 103, nota 179.

<sup>225</sup> TYERMAN, Christopher. *The invention of the Crusades. Op. Cit.*, p. 10.

acontecimento base, mas diferente das pequenas e diversas tentativas feitas em 1101, todas sem resultado em levar os latinos até Jerusalém e combater as forças islâmicas no caminho. Assim como as “expedições dos pobres”, como a de Pedro, o ermitão e até mesmo a nomeada segunda cruzada de 1146, convocada pelo Papa Eugênio III (1145 – 1153) e celebrenmente argumentada por Bernardo de Claraval, também tendo ocorrido sem nenhum sucesso.

A importância da primeira expedição como referência para todas as outras se deu por ter concluído seus objetivos de forma bem sucedida. Mesmo durante o século XII, antes do surgimento de uma conceituação singular de cruzada, a marca e o reconhecimento dentro da cristandade da conquista da Cidade Santa já existia, algo que os veteranos que retornaram a suas terras de origem aproveitaram<sup>226</sup>. Contudo, esta gloriosa vitória não estava ligada à cruzada e sim como uma expedição armada e de cunho sagrado, respondendo aos anseios da espiritualidade e tendo características do poder eclesiástico anterior.

Percebemos que a peregrinação foi uma das formas encontradas pelos cronistas do período para tentar explicar as expedições, mas não a única. Eram claras para eles algumas diferenças básicas, como o objetivo bélico, a necessidade de virtudes cavaleirescas nos combatentes, como a coragem, a bravura e a habilidade com a espada. Por isso eram necessárias pequenas adaptações na caracterização, o retrato apenas do caminhante exercendo sua penitência e vivendo um pedaço da sua vida de forma apostólica não correspondia a todas as necessidades dos participantes da cruzada.

Como a expedição foi conhecida através dos escritos da época, não apenas nós que estamos tão apartados cronologicamente dependemos das crônicas como documentos históricos, mas o Ocidente medieval também teve suas noções e concepções sobre a jornada conquistadora a partir das primeiras crônicas. Também souberam dos resultados da jornada de 1096 através dos relatos dos sobreviventes e da circulação das ideias e dos conteúdos das narrativas nos anos seguintes, se não os lendo,

---

<sup>226</sup> Foi comum a caracterização dos participantes da primeira cruzada como heróis dos cristãos ocidentais, nas décadas seguintes diversos cavaleiros que participaram da conquista de Jerusalém aproveitaram o reconhecimento dentro da cristandade. Temos registros principalmente ligados aos líderes nobres, mas podemos considerar que isto se estendeu aos soldados e homens humildes da jornada também. Porém, isso não significou que por toda a vida mantiveram o caráter sagrado e diferenciado que experimentaram enquanto estavam no exercício de suas jornadas. Assim como uma peregrinação, ao voltar para suas regiões após terem cumprido seus juramentos e recebidos suas absolvições, se tornaram novamente indivíduos comuns da sociedade laica e deveriam respeitar as regras, leis e autoridades tal qual aqueles que não responderam a cruz. Christopher Tyerman aponta o exemplo de Roberto da Normandia que foi capturado por Henrique I da Inglaterra, seu irmão que o manteve em cativeiro pelo resto da vida, mas em condições confortáveis, o que justificado pelo ato glorioso que Roberto teve na Terra Santa. TYERMAN, *Op. Cit.*, p. 11.

ouvindo as passagens que se tornaram populares por terem sido incluídas nas redações dos poucos participantes que registraram o que viveram.<sup>227</sup> Em meio a tudo, a voz dos cronistas se torna preponderante para a caracterização da expedição como foi reconhecida. Afinal, até o discurso do papa no Concílio de Clermont - Ferrand, responsável pela criação estrutural teórica da jornada só é conhecido através dos trabalhos historiográficos dos cronistas que descreveram as palavras do pontífice, afirmando naquele momento estarem presentes.

O escopo de características base da primeira jornada foi definitivamente formado pelas letras que a descreveram. Se a visão das cruzadas como um conjunto específico e extremamente identificado com a sociedade medieval dos séculos XI, XII e XIII é uma formulação dos historiadores que as estudaram nos últimos 300 anos, com certeza a concepção da primeira expedição e suas relações com a sociedade da época foi feita pelos cronistas que analisaram o ocorrido nas décadas seguintes.<sup>228</sup>

Por isso ver as palavras utilizadas por eles para identificar a jornada como um todo é tão importante, afinal demonstram uma ponte direta entre o contexto anterior que deu origem a toda aquela movimentação e o que veio depois, com o distanciamento temporal, a visão de conjunto e a criação do conceito singular. Algumas impressões que modificadas e adaptadas se tornam posteriormente os grandes símbolos da especificidade da cruzada, como a cruz e o voto, que apesar de baseados em antigos costumes da peregrinação se diferenciam e ganham formatos únicos, surgem concretamente quase 100 anos depois da convocação de 1095, mas estão diretamente baseados em algumas descrições feitas sobre o discurso de Urbano II e os acontecimentos seguintes. Como o trecho a seguir descreve, citando também a importância do Bispo de Le Puy ao realizar tais movimentos:

“Após estas palavras terem sido ditas e a audiência foi inspirada pelo entusiasmo, muitos deles, pensando que nada poderia ser mais merecedor, de uma vez prometeram ir e estimular convincentemente aqueles que não estavam presentes a fazer o mesmo. Entre eles estava um certo Bispo de Le Puy, por nome Adhemar, que depois atuando como

---

<sup>227</sup> Apesar de sabermos que a distribuição e principalmente a leitura destas obras na sociedade do século XII era em pequeno número, com apenas uma ínfima parcela da população tendo acesso direto à narrativa, não descartamos a circulação e o contato de algumas ideias, alguns trechos entre a população em geral. De forma proposital, notoriamente, houve o caso da *Gesta Francorum* que já destacamos ter sido usada para exaltar as ações de Boemundo de Taranto, liderança normanda da primeira cruzada. Para isso foi distribuída, para os parâmetros da época, em grande número nas regiões da cristandade, como tentativa de incentivar novas jornadas em apoio aos recém fundados condados latinos no Levante. Isso tudo através do protagonista do nobre normando.

<sup>228</sup> PETERS, Edward. *Op. Cit.*, p. 20

vicário apostólico prudente e sabiamente governou todo o exército de Deus e vigorosamente o inspirou para executar o cometimento.”<sup>229</sup>

No relato de Foucher não temos a referência, mas nos outros escritos do concílio sabemos ainda que ali foi proferido, a partir de uma frase várias vezes repetida pelo Papa no seu discurso, o que se tornou o tema principal das expedições, “*Dios lo Volt*”, ou “Deus deseja isto”, apontando que aquela era a vontade de Deus e que eles estariam exercitando uma ação divina, também se tornou modelo para as cerimônias de voto e juramento de todo cruzado.

Quando nas décadas seguintes, de forma espontânea ou sob novas convocações, ao iniciar expedições, individuais ou coletivas, homens e mulheres marcharam para a Terra Santa com os objetivos de visitar os locais sagrados sob comando latino e colaborar com o Reino de Jerusalém, costuraram cruzes em suas roupas, fizeram-no não para realizar premissas básicas da cruzada e sim para repetir o que os “gloriosos” e vitoriosos participantes da expedição de 1096 fizeram.<sup>230</sup>

Vimos já que o status do participante das expedições como um indivíduo sob um caráter diferenciado tanto sob as leis civis quanto no aspecto espiritual foi algo retirado diretamente da forma como os peregrinos eram tratados pela sociedade. O mesmo podemos perceber com a existência do juramento, a confissão e por consequência o voto do cruzado, assim como a cruz costurada as roupas de forma a identificá-los naquele dever sagrado. Essa proximidade entre as duas formas de expedição fez com que ao longo do século XII, não apenas a realização como um todo das jornadas que posteriormente foram chamadas de cruzada fossem influenciadas pelas peregrinações do século anterior na cristandade, como dali em diante, este movimento ocorreu também em direção contrária. A própria prática da peregrinação sofreu fortes consequências e transformações com o acontecimento da primeira e das subsequentes cruzadas.

Podemos considerar que entre a convocação de Urbano II e o surgimento das primeiras teorizações e posteriormente certificações, como ocorreu com o voto, das práticas de cruzada, no início do século XIII, a peregrinação estava fundida à existência das expedições.<sup>231</sup> A princípio aquilo que as diferenciava principalmente, o exercício da

---

<sup>229</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, iv, p. 67. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “After these words were spoken and the audience inspired to enthusiasm, many of them, thinking that nothing could be more worthy, at once promised to go and to urge earnestly those who were not present to do likewise. Among them was a certain Bishop of Le Puy, Adhemar by name, who afterwards acting as vicar apostolic prudently and wisely governed the entire army of God and vigorously inspired it to carry out the undertaking.”

<sup>230</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>231</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, p. 21.

guerra também era por vezes questionável, assim como, a partir disso, a caracterização específica da jornada. A primeira cruzada teve entre suas fileiras de cavaleiros, soldados e indivíduos armados uma quantidade enorme de pessoas que acompanhavam o exército franco sem se envolver no combate. Muitas famílias de integrantes, suas mulheres e crianças, além de outros que acompanhavam o grande grupo como forma de seu sustento, fossem comerciantes, prostitutas, cavaliços, navegadores ou por vezes oficiais bizantinos. Porém, foram comuns também pessoas que como a maioria ali buscavam os lugares sagrados em Jerusalém para alcançar o valor espiritual das relíquias lá presentes e o novo batismo que isso possibilitava. Literalmente, entre o grande grupo tínhamos peregrinos desarmados e que não tomaram parte nos combates, descrição esta que se pensarmos nos clérigos e cronistas se encaixa, como o caso de Foucher de Chartres.

O contrário também ocorreu, ou seja, a prática armada para defender os interesses dos cristãos latinos no oriente sem ser considerado cruzada, como foi o caso das batalhas entre as forças do Reino de Jerusalém para defender o seu território. Os inúmeros conflitos narrados nos livros II e III na *Historia* de Foucher, entre os reis Balduíno I e II e os exércitos fatímidas e seljúcidas não podem ser considerados como cruzadas. Apesar de estarem lutando pelas terras latinas, contra os muçulmanos e, como já vimos, baseados na mesma espiritualidade e motivações que o levaram a fazer a primeira conquista em si.

As pequenas diferenças das duas jornadas eram perceptíveis, o que desenvolveu em diversos momentos a noção da cruzada como *uma* forma de peregrinação. Podemos perceber isso inclusive na certificação das cerimônias do voto que foi instituído como um rito litúrgico específico ligado às cruzadas no início do século XIII. Antes disso este ato não era uniformizado e oficializado, ao longo do século anterior este momento foi sempre referido como um costume peregrinatório e realizado de formas diversas. E mesmo após a criação litúrgica, a cerimônia não foi padronizada, mantendo a relação do indivíduo com o membro do clero que o simbolizaria com a cruz, certificando sua jornada, com certa liberdade ritualística.<sup>232</sup>

Esta diversidade nos demonstra como a falta de padrão imposto pelo poder pontifício, permitia que em cada região da cristandade o entendimento da expedição em si fosse diferenciado. Em outras palavras, se cruzada e peregrinação compunham uma mistura profunda no século XII, as culturas e sociedades cristãs latinas no ocidente que

---

<sup>232</sup> TYERMAN, *Op. Cit.*, p. 21.

exercitavam estas duas práticas também tinham suas próprias concepções para cada uma delas, ou seja, pessoas diferentes tinham ideias diferentes e em momentos diferentes sobre a cruzada. Assim, o já prolífico contexto para a fusão da figura do participante da expedição armada com o peregrino, dada a esta diversidade de posicionamentos, tornava esta conceituação algo ainda mais complicado para nós, tão distante dos eventos.<sup>233</sup>

Podemos ainda perceber na narrativa de Foucher delicadas percepções das divergências nas duas práticas, mas ao mesmo tempo a noção de como estavam ligadas. É clara a colocação na crônica, escrita muito recente após o acontecimento da primeira cruzada, do participante da expedição como um peregrino, algo que tivemos oportunidade de compreender ao longo deste trabalho. Geralmente isso ocorreu de forma positiva ou simplesmente como a nomenclatura utilizada. Porém, isso não evitou a existência de uma colocação como esta:

“Naquele tempo muitas das pessoas comuns que foram deixadas a seus próprios recursos e que temiam privações no futuro, venderam suas armas e novamente assumiram seus cajados de peregrinos e retornaram para casa como covardes. Por essa razão eles foram considerados desprezíveis por Deus assim como pela humanidade, e isso resultou em sua vergonha.”<sup>234</sup>

Este trecho se refere ao início da jornada de Foucher, ainda seguindo as forças do Conde de Blois e Roberto da Normandia. Antes de chegarem a Constantinopla, foram até Roma e por isso atravessaram toda a Península Itálica. Nesta travessia os presentes tiveram a primeira oportunidade de enfrentar as agruras da expedição, principalmente por terem passado todo o inverno na região da Calábria, expostos ao frio, a fome, a sede e outros problemas que os acompanhariam até a conquista de Jerusalém.

O curioso deste trecho é a referência aos participantes como peregrinos, mas mais do que isso o uso do termo em um momento que são descritos de forma muito negativa. Possivelmente o grupo de desistentes, que abandonou ali a expedição foi visto da pior maneira possível pelos que permaneceram. Principalmente pelo fato da jornada estar ainda no começo, não ter alcançado o Oriente, nem sequer o Bósforo, ou seja, longe de seu resultado e das expectativas de todos. Em vários momentos da narrativa são feitas

---

<sup>233</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>234</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, vii, p. 75. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “At that time many of the common people who were left [to their own resources] and who feared privation in the future sold their weapons and again took up their pilgrims’ staves, and returned home as cowards. For this reason they were regarded as despicable by God as well as by mankind, and it redounded to their shame.”

menções àqueles que por causa das dificuldades do caminho abandonaram a jornada e fugiram para suas casas no Ocidente. Em todas estas vezes, os assim chamados covardes são colocados como fracos, traidores e sempre, como é o caso deste trecho, são amaldiçoados não apenas como inimigos dos seus companheiros de expedição, mas da cristandade como um todo.

Por isso mesmo, nos chama a atenção, a associação da fuga e da desistência à função de peregrino. Pois, ao caracterizar o momento, o cronista afirma que os mais amedrontados venderam suas armas e assumiram seus cajados. Podemos concluir duas premissas básicas, a colocação do participante como peregrino, mas de uma forma diferente; para o cronista, a coragem e principalmente a vontade de participar do conflito, de ser atuante na expedição e por consequência na conquista dos locais santos, é primordial. Todos, nobres ou comuns, estavam ali para realizar este objetivo e era isso que os trazia honraria e grandiosidade. Já sabemos por outros trechos da obra como Foucher valoriza o guerreiro, o combatente destemido e que entrega sua vida pela realização da conquista e manutenção da Terra Santa em controles latinos. Por isso, negar este aspecto da expedição era uma vergonha muito grande. Dessa forma, a segunda coisa que podemos perceber é que o peregrino comum, ligado apenas ao seu cajado e não a suas armas, não é o suficiente para participar daquela jornada. O peregrino preocupado apenas com sua caminhada até o Sepulcro, ao invés de abraçar o seu juramento de combate e conquista, não corresponde ao ideal de cruzada.

O autor enxerga nos presentes peregrinos em um exercício sagrado, mas peregrinos que buscam o objetivo para que foram convocados, que era a realização de uma conquista territorial, o que exigiria uso da violência. Lembrando que a escrita da obra foi posterior à finalização da expedição, Foucher sabe como foram sofridos, complicados e necessários os conflitos, as batalhas que geraram o resultado positivo para os latinos, a posse da região. Assim, temos a figura deste peregrino adaptado, modificado com o exercício da guerra como uma necessidade e a figura do *milites*, o guerreiro honrado por sua coragem e habilidade com a espada como o modelo.

Em um trecho seguinte na crônica, com a passagem do inverno as forças lideradas pelo Conde de Blois e Roberto da Normandia fizeram a passagem em direção a Constantinople por mar. Durante a viagem as embarcações enfrentaram uma grande tempestade e alguns acabaram afundando. Foucher descreve a morte de muito latinos e a bravura daqueles que conseguiram salvar a vida de alguns. Em seguida, ele comenta novamente a desistência entre membros da expedição:



“Daqueles que agora estavam lutando com a morte poucos sobreviveram. Seus cavalos e mulas foram engolidos pelas ondas e muito dinheiro foi perdido. Em vista deste desastre nós estávamos muito assustados, tanto que muitos medrosos que ainda não tinham embarcado, retornaram para suas casas, desistindo da peregrinação e dizendo que nunca mais iriam confiar a si mesmos no tenebroso mar.”<sup>235</sup>

Temos mais uma vez a mesma temática, dos desistentes, dos acovardados que não resistem ao temor e o sofrimento que a jornada os impõem. Novamente também o cronista usa o termo da peregrinação, desta vez para se referir à expedição como um todo. Um aspecto importante desta referência é que, assim como no trecho anterior, a deserção, o abandono da jornada não é apenas uma fuga, é também a quebra do juramento feito. E esse é o verdadeiro peso desta desistência, pois ao fazer o seu voto, jurar participar e dar a vida pela expedição até a conquista da cidade de Jerusalém se torna um dever sagrado. A penitência que seria substituída e a remissão dos pecados cedida seria uma consequência da realização do objetivo maior. A quebra disso seria mais um pecado a somar àqueles que poderiam ser absolvidos e como podemos notar pelas palavras de Foucher em ambos os trechos, um pecado pesado. Aqui a peregrinação é o termo utilizado para nomear a expedição sem maiores valores adicionados, porém a classificação dada para o desistente ainda é a mesma.

A valorização dada pelo cronista para o guerreiro e seus valores de honra apontam que a relação entre cruzadas e peregrinação é uma das formas encontradas para explicar o que ocorreu na sua prática, o que ele participou, testemunhou e depois relatou. Não é a única, nem a mais legítima e sim uma parte da compreensão que Foucher tinha da sua sociedade e o lugar que a jornada ocupava. Assim, o que podemos concluir é a forte ligação entre as cruzadas do século XII, principalmente a primeira, e a prática da peregrinação, para os cronistas.

Se analisarmos o discurso de Urbano II, mesmo que através das linhas destes mesmos cronistas, não encontraremos a menção direta à peregrinação com aquela jornada que ele estava convocando e ao mesmo tempo criando. O historiador Christopher Tyerman acredita que o papa não pretendia construir esta relação, apesar de aproveitar o status do peregrino na sociedade para os futuros participantes de sua ideia. A aproximação, no discurso de Clermont, da cruzada com a guerra santa é muito mais

---

<sup>235</sup> Foucher de Chartres, *Op. Cit.*, Livro I, vii, p. 75. Traduzido livremente pelo autor a partir do original: “Of the others now struggling with death but few survived. Their horses and mules were swallowed up by the waves, and much money was lost. At the sight of this disaster we were much afraid; so much that many faint-hearted who had not yet embarked returned to their homes, giving up the pilgrimage and saying that never again would they entrust themselves to the treacherous sea.”

forte e perceptível, o que a preocupação de Urbano II em tentar limitar a participação apenas à homens jovens e saudáveis nos demonstra. A associação com a peregrinação foi uma observação prática, cotidiana, ao longo do caminho e relatada pelos escritores da época, sejam os cronistas que marcharam em direção a Jerusalém, seja aqueles que analisaram posteriormente com a passagem do século.

A noção de cruzada, seja o nome, a conceituação específica como um acontecimento diferenciado e inovador, ou até a noção coletiva das variadas jornadas ocorridas a partir de 1096 com estas mesmas características surgiu apenas no século XIII. Antes disso, aqueles que tentaram explicar, organizar e descrever estas expedições o fizeram a partir das instituições e acontecimentos que já conheciam e já existiam na sociedade do final do século XI e todo o XII e principalmente com as movimentações que também tinham como base a mesma espiritualidade que justificava a tentativa de conquista da Terra Santa. Dentro destas semelhanças, a peregrinação teve uma relação muito próxima com as expedições, sendo por boa parte do século uma fusão de suas características. O que podemos perceber claramente pelas fontes escritas do período, o que inclui a crônica de Foucher de Chartres. A prática e a observação aproximaram estes dois conceitos e os relatos nos mostram como para muitos eram duas facetas diferentes do mesmo objetivo e da mesma jornada.

## CONCLUSÃO

A cruzada é um conceito em plena construção historiográfica. Claro, tecnicamente, todos são. Afinal, este que é o mérito do conhecimento histórico e a ciência que o produz, a diversidade de possibilidades em analisar e revisar uma conceituação a cada pesquisa. Porém, percebemos neste trabalho que a reflexão atual sobre o que foi e como a cruzada se organizou e relacionou no contexto da época continua necessária, devido ao uso indiscriminado da palavra na contemporaneidade.

Qual a expedição principal, aquela geograficamente presa ao oriente e à Terra Santa ou ideologicamente contida nas ideias e convocações pontifícias? Será que podemos considerar incluídos todos os membros da sociedade em sua construção ou apenas as lideranças da nobreza e do clero? São os personagens principais os soldados que ajudaram a invadir Jerusalém e realizar o assustador massacre de praticamente todos que até então viviam na cidade ou os reis como Ricardo Coração-de-Leão que negociou um tratado justo com Saladino, sem retornar o controle da Cidade Santa aos latinos? Definitivamente as respostas para estas perguntas podem ser múltiplas e válidas de acordo com o enfoque do pesquisador.

Esta multiplicidade se divide principalmente entre duas formas atuais de compreender e refletir sobre a cruzada e que divergem principalmente na abrangência do movimento. Contudo, tanto para pluralistas quanto para tradicionalistas, a importância da primeira das expedições, realizada em 1096 é enorme, uma vez que serviu como referência para todas as outras que a seguiram, em suas características diversas.

O objetivo e papel central na espiritualidade que o Santo Sepulcro e os locais santos para os cristãos da Terra Santa exerciam no medievo ocidental e por consequência na jornada; a primazia da convocação papal e do poder eclesiástico como autoridade teórica do evento; a cruzada como parte de um projeto de reforma e extensão dos poderes temporais do pontificado, continuidade das ações de diversos papas anteriores a Urbano II, chegando até Gregório VII; a organização mimetizando a sociedade ocidental, uma enorme movimentação demográfica com participação de todos os grupos sociais (incluindo até mesmo aqueles que não iriam participar do combate bélico propriamente dito) e origens regionais dentro da cristandade, com indivíduos advindos da nobreza e do clero liderando os homens comuns; o caráter específico que os participantes tinham perante a lei civil enquanto realizavam seu voto, com suas

propriedades e família sob a proteção das autoridades laicas e eclesiásticas; a simbologia da cruz, o juramento e a noção da expedição como ato penitencial e sacramental; por fim, as raízes ideológicas de cruzada, profundamente ligadas à guerra justa, guerra santa e a peregrinação, fazendo dessa forma uma união entre interesses temporais, como a canalização da violência para fora dos territórios cristãos, e espirituais com o controle de Jerusalém em um período de força do pensamento escatológico e valor das relíquias. Todos estes pontos se tornaram a base da conceituação geral de cruzada e são utilizados como parâmetro e limites para o seu entendimento.

A noção de sua necessidade, variando do absoluto para o relativo, é que possibilitou que qualquer jornada nos séculos seguintes que se utilizaram do combate ao inimigo da fé, infiel ou herético, para a conquista de algum território pudesse ser considerada cruzada. O fato é que mais que a organização e a logística do movimento, suas ideias se espalharam com muita força e estão presentes em diferentes locais, contextos e necessidades dos cristãos ocidentais do século XII até o XVI, no mínimo. Por esse motivo a busca por uma explicação para o significado de cruzada ainda não está terminada. Pluralistas e tradicionalistas, divididos entre a possibilidade de utilizar o conceito cruzada para todas as expedições convocadas pelo poder pontifício com a mesma espiritualidade e ideias estruturais básicas ou apenas aquelas direcionados ao oriente e com a estrutura seguindo rigidamente as características da primeira expedição, respectivamente mantém a discussão em prol da conceituação do movimento.

Destacamos através deste trabalho estas reflexões atuais da historiografia especializada. Utilizamos as divergentes argumentações e noções acerca de cruzada como forma de facilitar e encontrar a resposta para a problemática inicial. Os diferentes lados da arguição sobre os limites e a extensão da cruzada possibilitaram através da reflexão sobre algumas destas pesquisas, melhor localizar a crônica que utilizamos como fonte principal naquele contexto. Apesar de acreditarmos na amplitude das ideias e da espiritualidade da jornada acima das suas características organizacionais, oficiais e sociais, o que nos localizaria entre os estudos abrangentes dos pluralistas, o posicionamento da primeira expedição como referência nos séculos seguintes para sua estrutura e características básicas, nos possibilitou utilizar também dos estudos tradicionalistas.

A noção clara da construção que os historiadores ao longo dos séculos fizeram sobre as expedições armadas e principalmente a convocada por Urbano II em 1095 no

concílio de Clermont – Ferrand contribuiu para também percebermos o trabalho dos historiadores medievais, que tentaram ao mesmo tempo registrar e analisar a jornada que testemunharam acontecer na sua sociedade. Portanto, fizemos a inclusão da tradição medieval dentro desta longa duração de trabalhos historiográficos sobre os eventos relacionados à primeira cruzada.

A *Historia Hierosolymitana* de Foucher de Chartres é uma narrativa deste cunho realizada por uma testemunha que participou de boa parte dos acontecimentos que narrou e o fez com uma análise fresca, sem grande distanciamento. Dessa forma, tivemos a oportunidade de, através de suas palavras, opiniões e interesses, nos aproximar da interpretação e leitura da expedição, a partir da mesma sociedade que lhe deu origem. Como logo percebemos, a noção de que as expedições para a Terra Santa que ocorreram ao longo do século XII tinham um caráter específico e diferenciado até então, ou seja, a criação do conceito de cruzada ter sido posterior quase 100 anos ao seu primeiro acontecimento. Isto nos forneceu uma forma diferente e muito importante de analisar o ponto de vista de Foucher. Às suas reflexões adicionamos então mais uma característica, a de ter percebido, narrado e analisado a expedição a sua volta ainda como um movimento de continuidade de sua sociedade, ligado a diversas características já existentes no contexto anterior. Em outras palavras, Foucher não descreveu uma cruzada, pois não conhecia esse conceito, apesar de ter vivido a realização da expedição que por ele é descrito e identificado pela História.

Em toda a obra há o interesse autoral de construir uma cronologia de eventos que explique o resultado já conhecido, o sucesso da expedição com a vitória dos cristãos e a conquista de diversos territórios na Terra Santa, incluindo os locais sagrados e o Santo Sepulcro. Além disso, com a fundação dos condados latinos e o Reino de Jerusalém e a sua colocação como capelão real do primeiro monarca do novo potentado, Balduíno I, enaltece-lo também. Assim, os eventos por ele considerados vitais para que este final glorioso tenha ocorrido são elencados e detalhados.

A obra foi escrita em partes, o objetivo do primeiro livro da *Historia* era a narrativa da expedição e a conquista dos peregrinos, o que é feito mesmo sem a presença ocular de Foucher na maior parte da campanha no Oriente. A compilação deste trecho foi feita apenas alguns anos após o fim da expedição iniciada em 1096 e é repleto de uma ainda forte presença do mesmo sentimento conquistador e opositor ao “infel” que motivou a expedição.

É perceptível a valorização da conquista da Cidade Santa, apesar dos custos terem sido os horrores do massacre: a bela descrição dos combates, da coragem dos que entregaram suas vidas com espadas na mão e da honra daqueles que venceram os cercos, em detrimento aos covardes que abandonaram o seu juramento; a colocação do muçulmano como inimigo, mesmo sem a presença de trechos feitos em prol da sua demonização; a descrição de aspectos cotidianos da jornada como a convivência com grupos étnicos tão diferentes e o sofrimento da fome, da sede, do frio e dos perigos do caminho. Em diversos momentos, os eventos são narrados na primeira pessoa, com Foucher se posicionando e procurando credibilidade, declarando ter estado presente nos momentos que descreve, o que em boa parte da obra ocorreu.

Assim, ao escrever uma obra que objetiva ser completa e conter os momentos identificados como fundamentais para a compreensão da expedição que culminou na fundação do Reino de Jerusalém, local onde vive, valoriza e também procura defender, a utilização dos seus termos não é leviana, banal e aleatória. Quando é feito o uso de termos e conceitos, demonstra a importância que tinham na associação com a expedição naquele momento.

A identificação da expedição e seus participantes está presente na crônica de Foucher, porém de uma forma que se relaciona a todo o caráter que a expedição continha e pelo qual era analisada, narrada e conhecida no seu contexto de origem. A primeira cruzada e as diversas jornadas que lhe seguiram, oficiais ou não, funcionaram naquele contexto muito mais como continuidades das estruturas e instituições já existentes do que como uma ruptura marcante e destacada na cristandade medieval. A percepção de sua especificidade surgiu a partir da compreensão que o distanciamento cronológico possibilitou, com a visão de conjunto, do processo que as diversas expedições que se sucederam criaram transformando as sociedades ocidental e oriental afetadas pelos seus acontecimentos. Só assim foi possível denotar as marcas únicas criadas pela cruzada. O que motivou a criação e utilização de um conceito novo, um termo diferente. O que não existia nas décadas seguintes à convocação de Urbano II.

O principal ponto de referência feito ao longo da obra foi a associação do participante da expedição aos peregrinos. Porém, mostrando uma relação muito mais estrutural da expedição como um todo do que específica do autor e seu ponto de vista sobre ela. Principalmente, se levarmos em conta que na percepção do cronista, presente em alguns momentos, existiam diferenças sutis *daqueles* peregrinos com os comuns, como, por exemplo, a valorização evidente feita às virtudes do cavaleiro, a coragem, a

habilidade com a espada, a vontade de participar dos combates, de se sacrificar pelo sucesso da expedição. A covardia era a pior das características que os participantes poderiam ter e os desertores, que desistem e fogem, não aguentando as dificuldades do caminho, são também os mais amaldiçoados.

Apesar de peregrinos, eles precisavam ser também guerreiros, mesmo estando sob um dever divino, realizando um ato penitencial, buscando um novo batismo eles eram agentes violentos que exercitariam a guerra. Sabemos que esta era a característica medieval para os *milites*, honrados, porém violentos, se necessário. Assim como a justificativa justa e santa da guerra ali pronunciada embasava aquele comportamento, sabemos também como o peregrino ‘padrão’ do século XII não se encaixa nestas características, uma vez que mal deveria carregar roupas, quem dera armas... Pois, Foucher de Chartres provavelmente também sabia disso e percebemos este estranhamento, por mais que seja improvável sua intenção em mostrar isso na obra.

Sua crônica apresenta um retrato do processo lento de concepção da noção de cruzada como um conceito específico. O que percebemos é justamente a concepção anterior. Ao contrário de uma ruptura, apresenta a continuidade que a expedição demonstrava, ao ser associada e nomeada a partir de práticas e instituições já existentes, e indicia transformações que seriam compreendidas e nomeadas posteriormente.

A *Historia Hierosolymitana*, apesar de estar distante da formulação do conceito posterior colabora com a sua formação, pois define, a partir do ponto de vista do autor, as características básicas da estrutura, da logística, das ideias e espiritualidade presentes na expedição de 1096, assim construindo um perfil da jornada que foi finalizada com sucesso e posteriormente serviu como referência para a teorização sobre as diversas expedições que compartilharam algumas das suas características nos séculos seguintes. Literalmente colaborando com a conceituação da expedição de 1096 como primeira cruzada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### - Fontes principais:

Fulcher of Chartres, *The Chronicle of Fulcher of Chartres, Book I (1095 - 1100)*. Trad. Martha E. McGinty. In: PETERS, Edward. *The First Crusade: the chronicle of Fulcher of Chartres and other source materials*. (Org.) Second Edition. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1998.

Fulcher of Chartres, *A History of the Expedition to Jerusalem, 1095 - 1127*. Translation: Frances Rita Ryan, S.S.J. Ed. with an introduction by Harold S. Fink. W.W. Norton & Company, Knoxville, 1972.

### - Compilações de fontes auxiliares:

PETERS, Edward. *The First Crusade*. The Chronicle of Fulcher of Chartres and other source materials. 2ª ed., University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1998.

PETERS, F. E. *Jerusalem*. The Holy City in the Eyes of Chroniclers, Visitors, Pilgrims, and Prophets from the Days of Abraham to the Beginnings of Modern Times. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1985.

WILKINSON, John. *Jerusalem Pilgrimage 1099 – 1185*. The Hakluyt Society, London, 1988.

### - Trabalhos historiográficos:

ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém: uma cidade três religiões*. Trad. Hildegard Feist. 4ª reimpressão Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Islã*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.



AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “Definición de cruzada: estado de la cuestión.” In: *Clio & Clemen*, nº6 (2009).

CONSTABLE, Giles. “The Historiography of the Crusades.” In: LAIOU, Angelika E. & MOTTAHEDEH, Roy P. (org.) *The Crusades from the perspective of Byzantium and the Muslim World*. Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington, Estados Unidos, 2001.

DENNIS, George. “Defenders of the Christian People: Holy War in Byzantium”. In: LAIOU, Angelika E. & MOTTAHEDEH, Roy P. (org.) *The Crusades from the perspective of Byzantium and the Muslim World*. Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington, Estados Unidos, 2001.

FERNANDES, Fátima Regina. *Cruzadas na Idade Média*. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras* (Org.) Editora Conceito, São Paulo, 2009.

FILIPPETTO, Felipe Vieira. *Estradas e Homens: Um retrato da Peregrinação à Santiago de Compostela através do Codex Calixtinus*. Orientado por Marcella Lopes Guimarães, Curitiba, 2010.

FRANCO JR. Hilário. *Peregrinos, Monges e Guerreiros*. Feudo-Clericalismo e Religiosidade em Castela Medieval. Editora Hucitec, São Paulo, 1990.

FLORI, Jean. *La Guerra Santa*. La dominación de la idea de Cruzada em el Occidente Cristiano. Madrid, Editorial Trotta, 2003.

GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de, ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge* (2a ed. 4a tir.). Paris: PUF, 2012.

GARCÍA FITZ, Francisco. “La Reconquista: estado de la cuestión.” In: *Clio & Crimen*, nº6 (2009), pp. 142 – 215.

GUENÉE, Bernard. *Histoires, annales, chroniques*. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 28e année, N. 4, 1973.

\_\_\_\_\_. *História*. Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *O Dicionário Temático do Ocidente Medieval* (Org.) Trad. Hilário Franco Junior (Org.). EDUSC, Bauru, 2006.

\_\_\_\_\_. *Histoire el culture historique dans l'Occident medieval*. Aubier, Paris, 1991.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Trad. Marcos Santarrita. Editora Schwarcz, São Paulo, 2006.

IRWIN, Robert. "Islam and the Crusades." In: RILEY-SMITH, Jonathan. *The Oxford Illustrated history of The Crusades*. (Org.) Oxford University Press, New York, 1995, p. 218.

LAIYOU, Angelika E. & MOTTAHEDEH, Roy P. (org.) *The Crusades from the perspective of Byzantium and the Muslim World*. Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington, Estados Unidos, 2001,

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad. Marcos de Castro, 2ª Ed., Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 2006.

MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. Trad. Pauline Alphene. Editora Brasiliense, 1983.

MELLO, José Roberto. *As Cruzadas*. São Paulo, Ática, 1989

MELCZER, Willian . *The Pilgrim's Guide to Santiago de Compostela*. First English Translation, with Introduction, Commentaries, and Notes. Italica Press, New York.

MICHELAN, Kátia Brasilino. "Cronistas Medievais: ajuntadores de histórias". In: *História Social*, nº17, 2º sem. 2009.

PHILLIPS, Jonathan. "The Latin East. 1098 – 1291". In: RILEY-SMITH, Jonathan. *The Oxford Illustrated history of The Crusades*. (Org.) Oxford University Press, New York, 1995.

PRAWER, Joshua. "Colonization Activities in the Latin Kingdom of Jerusalem". In: *Revue belge de philosophie et d'histoire*. Année 1951, Volume 29, nº 29 – 4, pp. 1063 – 1118.

\_\_\_\_\_. *The History of the Jews in the Latin Kingdom of Jerusalem*. Clarendon Press Oxford, New York, 1988.

RUNCIMAN, Steven. *A História das Cruzadas, Volume I: a primeira cruzada e a fundação do reino de Jerusalém*. Trad. Cristiana de Assis Serra. Imago Ed., Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *A História das Cruzadas, Volume II: o reino de Jerusalém e o Oriente Franco*. Trad. Cristiana de Assis Serra. Imago Ed., Rio de Janeiro, 2002.

RIVEROS, José Marín. *Cruzada, Guerra Santa y Jihad*. La Edad Media y nosotros. Valparaíso, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, 2003.

RILEY-SMITH, Jonathan. "The Crusading movement and historians." In: RILEY-SMITH, Jonathan. *The Oxford Illustrated history of The Crusades*. (Org.) Oxford University Press, New York, 1995.

SETTON, Kenneth M., LACOUR, Norman P., HAZARD, Harry W. (Org.) *A History of the Crusades: The Impact of the Crusades on the Near East*. University of Wisconsin Press, Madison, 1985

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Trad. José Rivair Macedo, Bauru, São Paulo, EDUSC, 2007.

SOT, Michel. *Peregrinação*. Trad. José Rivair Macedo. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *O Dicionário Temático do Ocidente Medieval* (Org.) Trad. Hilário Franco Junior (Org.). Vol. II, EDUSC, Bauru, 2006.

TYERMAN, Christopher. *God's War*. A new History of the Crusades. Penguin Books, 2006. Kindle Version.

\_\_\_\_\_. *The Invention of the Crusades*. Toronto University Press, Toronto, 1998.

VAUCHEZ, André. *La Espiritualidad del Occidente medieval*. Historia Menor, Catedra, 1995

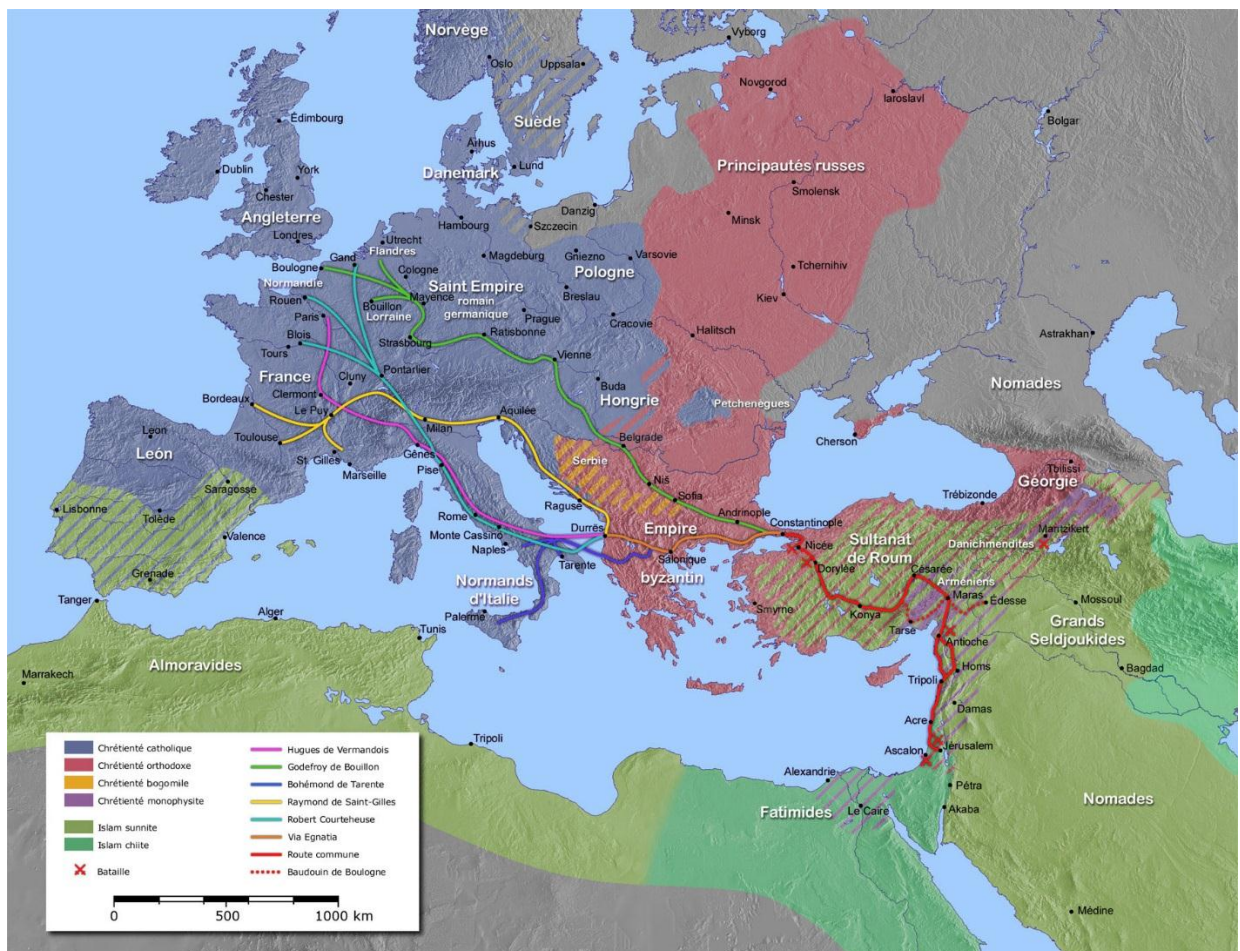
VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. EDUSC, Bauru, 2009.

ZINK, Michael. *Literatura*. Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *O Dicionário Temático do Ocidente Medieval* (Org.) Trad. Hilário Franco Junior (Org.). Vol. II, EDUSC, Bauru, 2006.

## ANEXOS

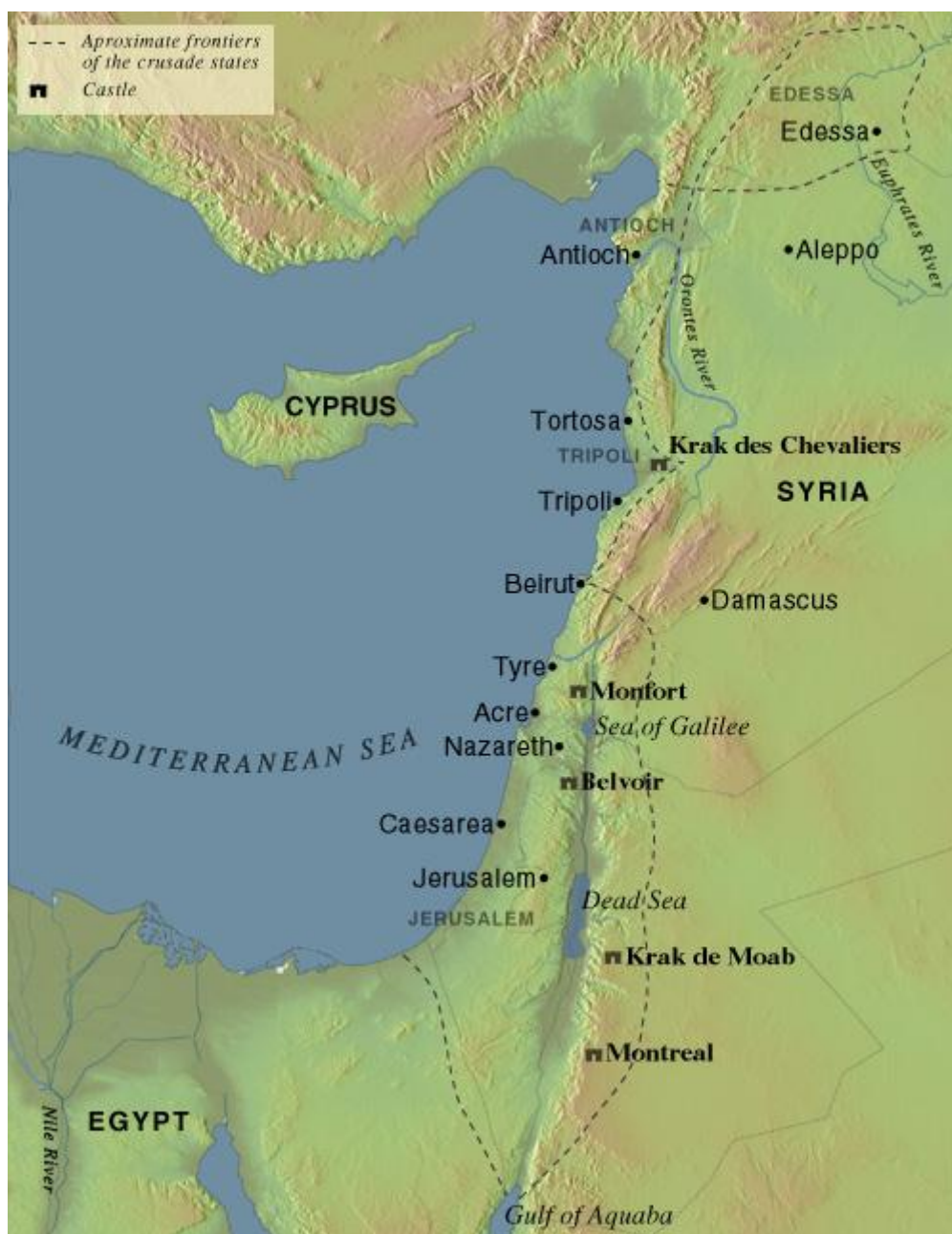
### MAPAS

Trajetos da primeira cruzada, incluindo o caminho percorrido por cada um dos grandes grupos liderados pelos nobres de variados locais do ocidente. O grupo que seguiu Foucher de Chartres é o marcado na legenda como o de Robert Courteheuse, nome em francês do príncipe Roberto, da Normandia.



Acessado em [http://www.en.wikipedia.org/wiki/First\\_Crusade](http://www.en.wikipedia.org/wiki/First_Crusade) em 16/03/2104

Região da Síria e da Palestina após a primeira expedição com a criação dos condados latinos, incluindo o Reino de Jerusalém. Estão indicadas também as principais cidades e fortalezas construídas no governo de Balduíno I.



Acessado em [http://www.metmuseum.org/toah/hd/crus/hd\\_crus.htm](http://www.metmuseum.org/toah/hd/crus/hd_crus.htm) em 16/03/2014.

## CRONOLOGIA

Ano	Acontecimento
<b>1058/59</b>	Nascimento de Foucher de Chartres.
<b>1088</b>	O Bispo Oto de Chantillon assume o pontificado sob o nome de Urbano II
<b>1095</b>	Concílio de Clermont – Ferrand e o discurso convocatório da primeira cruzada.
<b>1096</b>	Liderada por Pedro, o ermitão, a chamada “cruzada dos pobres” ocorre meses após a convocação e é derrotada e desmantelada ainda na Ásia Menor.
<b>1097</b>	Quase um ano após a expedição dos pobres, os diferentes grupos liderados por nobres latinos se encontra do lado oriental do Bósforo nos primeiros meses do ano.
<b>1097 Maio</b>	O primeiro ataque dos latinos a uma cidade asiática, Nicomédia, com vitória rápida.
<b>1097 Julho</b>	O Conde Balduíno de Bolonha, após a morte da esposa, resolve desviar do caminho principal e vai em direção a Edessa. Foucher de Chartres o acompanha como capelão.
<b>1097 Outubro</b>	As forças latinas chegam a Antioquia, no norte da Síria, iniciando o cerco que duraria quase um ano. No processo, a fome, a sede e o frio vão ser constantes, justificando muitas desistências.
<b>1098</b>	No início do ano, Balduíno toma controle total da cidade de Edessa fundando o primeiro dos condados latinos no Oriente.
<b>1098 Maio</b>	No final do mês, após um guarda das muralhas negociar a abertura de uma porta lateral, os cristãos invadem e conquistam Antioquia massacrando boa parte da população.
<b>1098 Junho</b>	Dias após controlar a cidade os cristãos foram cercados por forças muçulmanas lideradas pelo atabegue de Mosul, Kerboka. Apesar de estar em maioria e mais saudáveis a desorganização das forças islâmicas provocaram sua derrota.
<b>1099</b>	Os exércitos latinos apenas marcharam em direção a Jerusalém no início do ano seguinte, pois os líderes da nobreza permaneceram em discussão sobre quem deveria ser o soberano de Antioquia. No fim, Boemundo criou o seu principado.
<b>1099 Junho</b>	Após conquistar Arqa no caminho, os exércitos latinos chegaram a Jerusalém.
<b>1099 Julho</b>	Com um curto cerco e o uso de armas de guerra, os latinos invadiram a cidade em 15 de julho. O que se seguiu foi um terrível massacre de quase todos os habitantes, incluindo crianças, mulheres e idosos.



<b>1099 Julho</b>	Uma semana após a vitória, uma pequena eleição entre os nobres escolheu Godofredo de Bulhão como monarca do Reino a ser fundado. Contudo, ele não aceitou o título de Rei, sendo nomeado “Protetor do Santo Sepulcro”.
<b>1100 Julho</b>	Godofredo de Bulhão morre e seu irmão Balduíno de Edessa é chamado para ocupar o cargo de monarca.
<b>1100 Dezembro</b>	Na noite de natal de 1100, Balduíno foi coroado Rei de Jerusalém.
<b>1101</b>	Três separadas pequenas expedições ocorreram em resposta a vitória da primeira cruzada. Em geral compostas por desistentes da jornada principal, como o Conde de Blois. Todas acabaram na Ásia Menor e na Cilícia, massacradas.
<b>1104</b>	Conquista da cidade de Acre
<b>1110</b>	Conquista da cidade de Beirute
<b>1111</b>	Conquista a cidade de Sidon
<b>1112</b>	Nos primeiros anos de seu governo, Balduíno liderou os latinos em vitórias sucessivas contra os fatímidas em Ramla e das forças de Damasco e Mosul.
<b>1118</b>	Em batalha contra forças egípcias, Balduíno I morre doente e sem deixar herdeiros. Seu primo Balduíno Le Bourg, que já havia herdado o governo de Edessa é coroado como Rei Balduíno II.
<b>1119</b>	Fundação da ordem de cavalaria dos Templários.
<b>1122 – 24</b>	Balduíno II é mantido como refém do emir de Alepo.
<b>1127</b>	Fim da escrita da <i>Historia Hierosolymitana</i> , indicando a possível data de morte de Foucher de Chartres.